



Departamento de Sociologia

(Des) Integração Social Juvenil:
O caso da urbanização de realojamento Casal da Mira

Mafalda Sofia Barrigana Chambino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia e Planeamento

Orientadora:

Doutora Teresa Costa Pinto, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:

Doutor Walter Rodrigues, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2011

Agradecimentos

O processo de elaboração deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e motivação de diversas pessoas que estiveram presentes ao longo de todo o percurso.

Gostaria de agradecer aos meus orientadores, professora Teresa Costa Pinto e professor Walter Rodrigues pela orientação, ensino e apoio na elaboração deste trabalho.

Gostaria também de deixar uma palavra de agradecimento a todas as pessoas que se disponibilizaram a partilhar o seu tempo e o seu conhecimento durante as entrevistas realizadas. Um especial agradecimento aos jovens entrevistados: Vânia, Márcia, Jéssica, Micaela, Ana, Isaac, Nuno e Carlos. Espero sinceramente que o vosso futuro vos venha a surpreender pela positiva.

Claro que este trabalho não teria existido se o professor Jorge Pité não me tivesse mostrado o “admirável mundo novo” da Sociologia. Por isso, o meu obrigado.

Um agradecimento também aos meus colegas de mestrado, Nuno e Bruno. Ao António, com quem comecei as abordagens ao tema do realojamento, por todo o trabalho realizado em conjunto e, claro, pela motivação e amizade. À Raquel, à Neide, à Elisabete e a todos os amigos e colegas do CIES, um obrigado pela constante motivação.

Gostaria também de deixar um agradecimento muito especial à Sílvia, pela amizade e pelo enorme apoio e paciência nas últimas e complicadas fases deste processo. E por tudo o que nos últimos anos me tem ajudado a aprender.

Para terminar, um enorme obrigado aos meus pais, Palmira e Casimiro, pela amizade e apoio desde...sempre. Também, claro, à minha irmã Ana (“mana, já acabaste a tese?”) e ao meu namorado, Luís. Obrigada pela paciência que todos tiveram nas minhas fases de maior stress, por não se importarem de todas as vezes que estive ausente para cumprir com estas obrigações e por nunca me deixarem desistir.

Resumo

Nas últimas décadas a luta pela construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias tem sido um dos principais focos de atenção tanto da esfera política como da sociedade civil. Por um lado, as instituições responsáveis pela intervenção social unem esforços para solucionar rapidamente os problemas mais urgentes e “visíveis” das populações carenciadas; por outro a comunidade científica alerta para a importância de estudos específicos prévios que garantam um maior sucesso das intervenções, através do conhecimento aprofundado da população em causa, bem como da análise dos principais problemas que a afectam e das suas reais causas.

Os bairros de realojamento social assumem-se, então, como um contexto prioritário de análise. Estes territórios surgem da necessidade social e política de erradicar os bairros degradados que proliferavam nas zonas urbanas. A nível social a preocupação centra-se nas condições básicas de vida da população residente, do seu acesso aos sistemas sociais básicos e dos processos de desintegração social que marcam o seu quotidiano. Ao nível político acrescem a estas preocupações a necessidade de reabilitação dos centros urbanos. Assim, surgem nas últimas décadas programas de realojamento social dirigidos a populações residentes em bairros degradados nas grandes cidades, como é o caso do Programa Especial de Realojamento.

No presente trabalho pretende abordar-se o caso específico de um bairro de realojamento social no concelho da Amadora: a urbanização Casal da Mira. O objectivo central deste estudo é compreender os processos de (des) integração social juvenil neste território específico, bem como a forma como estes são influenciados pelo processo de realojamento.

Para responder a este objectivo, recorreu-se a metodologias qualitativas de recolha e análise de dados, estudadas à luz do quadro teórico de referência definido. Privilegiou-se a recolha de informação através de entrevistas semi-directivas aos principais actores institucionais e a um grupo de jovens residentes. O cruzamento das informações recolhidas permitiu traçar um breve quadro descritivo dos principais problemas que condicionam a integração social juvenil neste contexto, das suas influências mútuas e das suas principais causas.

Palavras-chave: Juventude, Realojamento, Inclusão Social, Exclusão Social

Abstract

In recent decades the struggle to build more inclusive and equalitarian societies has been a major focus of attention both from the political sphere and civil society. On one hand, the institutions responsible for social intervention work together to quickly resolve the most urgent and "visible" problems of underserved populations; on the other the scientific community alert to the importance of previous specific studies to ensure a greater success of the interventions through knowledge of the concerned population, as well as analysis of the main problems affecting it and its real causes.

The rehousing neighbourhoods are then assumed as a priority context of analysis. These regions arise from the social and political need to eradicate slums that proliferated in urban areas. At the social level the concern focuses on the basic living conditions of population, their access to basic social systems and processes of social disintegration that mark their everyday lives. At the political level, in addition to these, the need of rehabilitation of urban centers. So, arise in the last decades rehousing programs targeted to populations living in large cities slums, such as the Special Rehousing Program.

The present study is intended to address the specific case of a rehousing neighbourhood in the municipality of Amadora: Casal da Mira urbanization. The main purpose of this study is to understand the processes of young social (dis) integration in this specific area as well as how these are influenced by the process of resettlement.

To meet this objective, we used qualitative methods of data collection and analysis, studied in the light of the defined theoretical framework. We focused on the collection of information through semi-directive interviews with key institutional actors and a group of young residents. The crossing of the data collected allowed us to outline a brief descriptive table of the main problems that affect the social integration of young people in this context, their mutual relations and their main causes.

Key-words: Youth, Resettlement, Social Inclusion, Social Exclusion

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iv
Abstract	vi
Introdução.....	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	5
1.1 - Exclusão Social.....	5
1.2 - Tipos de Exclusão	10
1.3 - Segregação urbana	11
Capítulo II - Da teoria à empiria	15
2.1 - Jovens em realojamento: uma cultura diferente ou uma questão de abordagem?.....	16
2.2 – Modelo Analítico.....	17
2.3 – Metodologia	21
Capítulo III - Pesquisa empírica.....	25
3.1 – Caracterização da Urbanização e da população residente	25
3.1.2 – Principais actores sociais.....	28
3.2 – Apresentação dos jovens entrevistados	30
3.3 – Exclusão social.....	33
Os jovens da urbanização e a sua relação com a escola: que educação?.....	34
Emprego, Desemprego:	35
Caracterização sócio-económica dos jovens e seus agregados familiares.....	35
Família e comunidade: agentes de inclusão ou exclusão?.....	38
As intervenções institucionais segundo o olhar dos jovens.....	42
3.4 – Comportamentos	44
Comportamentos problemáticos juvenis	44
Os jovens e a criminalidade.....	45
A ausência de perspectivas de futuro	47
(Des) Ocupação Quotidiana	47
3.5 - Positivo ou negativo? O papel do Realojamento na (des) integração social juvenil.....	48
3.6 – Aproximação ao diagnóstico	51
Conclusão.....	57
Fontes	61
Bibliografia.....	61

Anexos.....	I
Anexo A - Legislação PER – Decreto Lei 163/93	III
Anexo B - Caracterização da urbanização.....	VII
Anexo C - Planta da Urbanização	XI
Anexo D - Caracterização da população residente.....	XV
Anexo E - Guiões de Entrevista	XIX
Anexo F - Árvores de Problemas	XXIII
Curriculum Vitae.....	XXIII

Índice de Quadros e Figuras

Figura 2.1 – Esquema do Modelo Analítico.....	17
Quadro 3.1 – Tipologia dos Apartamentos	25
Quadro 3.2 – Bairros de Origem	26
Figura 3.1 – Distribuição Etária	27
Quadro 3.3 – Nacionalidade dos Moradores	28
Quadro 3.4 - Principais problemas por dimensão da exclusão social	33
Quadro 3.5 - Principais problemas por dimensão dos comportamentos	44

Introdução

Os desenvolvimentos dos meios urbanos nos últimos séculos conduziram à existência de uma pluralidade quase infindável de contextos, grupos, vivências, culturas e estilos de vida. Com esta diversidade – tanto populacional como territorial – surgiram novos problemas sociais. Nas cidades ocidentais contemporâneas um dos maiores problemas tem lugar nas zonas residências periféricas, muitas vezes caracterizadas por contextos desfavorecidos a diversos níveis. Neste sentido, os bairros degradados são talvez o exemplo mais ilustrativo desta questão. São zonas inseridas no meio urbano, usualmente periféricas às grandes metrópoles, onde há décadas se instalaram populações migrantes de diversas origens, que chegaram à metrópole em busca de novas oportunidades de vida. A carência económica de origem, aliada às baixas qualificações, conduziu a que estas populações permanecessem inseridas em trabalhos desqualificados e precários, permanecendo em situações de carência económica. Os bairros de barracas – instalações habitacionais provisórias – tornaram-se definitivos. Desenvolveram-se estigmas sociais em relação aos moradores destas zonas, que se reflectiram em condicionantes negativas no acesso ao mercado de trabalho. Iniciaram-se assim ciclos familiares de pobreza, muitas vezes caracterizados por uma cultura da pobreza, que começou a marcar os quadros de vida e de comportamentos destas populações.

Com o cada vez maior desenvolvimento dos meios urbanos, o problema dos bairros degradados ganhou visibilidade. Foram trazidos para os discursos sociais (nomeadamente através da divulgação dos *media*) os problemas de pobreza, desemprego, baixas qualificações e condições precárias de vida. Todavia, um dos factores que mais influenciou a construção de uma representação social negativa sobre estes locais foram os índices de criminalidade elevados e comportamentos desviantes dos jovens, usualmente mais frequentes do que nas áreas circundantes.

Diversos trabalhos têm sido realizados sobre este tema. A condensação de inúmeros problemas sociais numa mesma zona territorial, a afectar uma população excluída a diversos níveis, e todos os preconceitos e estereótipos sociais que incidem sobre estes grupos, têm sido algumas das explicações encontradas para este problema.

A exclusão conduz à falta de oportunidades, o não acesso aos serviços conduz a baixos níveis de vida, que conduzem à continuidade dos ciclos de pobreza e conseqüentemente à continuidade da estereotipização e discriminação sociais. No capítulo “enquadramento teórico” será desenvolvido o conceito de exclusão que permitirá compreender melhor este processo.

Com vista à resolução deste problema social, foram desenvolvidas políticas de realojamento populacional. A administração central, em conjunto com as autarquias, desenvolveu programas de construção de bairros de realojamento social para onde foram transferidas as populações residentes em bairros degradados. Todavia, na maioria dos casos, assistiu-se a um processo de transferência para o bairro de realojamento dos principais problemas que afectavam estas populações no bairro de origem. Por essa razão, também os bairros de realojamento são alvos de uma visibilidade negativa pela restante sociedade, bem encontrando-se – em conjunto com os bairros degradados – no centro de diversas pes-

quisas científicas em ciências sociais e constituindo o foco de atenção de instituições de intervenção social.

Para falar de bairros sociais (i.e: bairros degradados e bairros de realojamento), torna-se quase “obrigatório” falar dos jovens que neles habitam. As questões ligadas à juventude são sempre extremamente actuais. Esta etapa, a juventude, é caracterizada como um dos principais pontos de definição individual e social. A fase da transição para a vida adulta, o ganhar responsabilidades, tomar decisões que orientarão o futuro académico e profissional, o processo de integração no mercado de trabalho e a saída de casa dos pais para iniciar uma vida autónoma são processos que têm despertado o interesse das ciências sociais nos últimos anos.

Perceber os processos de integração e/ou desintegração social dos jovens residentes em territórios de realojamento é o objectivo central do presente estudo. Importa compreender se o processo de realojamento trouxe alterações positivas para a integração social destes jovens. Para isso, optou-se por analisar a questão a partir do seu oposto procurando-se responder à seguinte interrogação: quais as situações de exclusão social que ainda prevalecem no quotidiano da população jovem realojada?

Dada a pluralidade de situações, de processos de integração e de percursos de vida, importa neste momento centrar a atenção nos modos de ruptura social e de exclusão que continuam a afectar estes indivíduos. Tal como se desenvolverá no Enquadramento Teórico, a exclusão social será aqui encarada não apenas a nível relacional, mas incluindo também as condicionantes de acesso às dimensões consideradas caracterizadoras de uma vivência social integrada no comum da sociedade de referência.

No seguimento desta questão de partida, surgiram outras questões que orientaram a pesquisa: Qual o papel das instituições na intervenção para a redução da exclusão social entre os jovens? Qual a influência do processo de realojamento nesta problemática? Será que o realojamento veio ajudar a atenuar situações de risco e os problemas sociais que conduzem à exclusão social dos indivíduos? Ou será que este processo, pelo contrário, veio acentuar alguns problemas já existentes, conduzindo a um quadro mais negativo do que o vivido no bairro de origem? Ou, por outro lado, este processo não exerceu influência relevante nesta questão?

Se as interrogações colocadas anteriormente nos levam por um caminho em que a influência central parece ser marcada por um processo exterior de mudança territorial, outras questões surgem que vêm alargar a visão noutra sentido: qual o papel das vivências familiares nesta problemática? Terão os jovens que vivem em maiores situações de exclusão quadros de vivência familiar que propiciem e/ou incrementem (mesmo que não deliberadamente) estas vivências e estes problemas de integração?

O objectivo central deste estudo será, portanto, realizar uma análise multidimensional às situações de exclusão social vividas por jovens residentes num território urbano em crise, abordando diversas dimensões/factores que possam influenciar esse processo, como sejam: redes de sociabilidade (nomeadamente familiares), intervenções das instituições, processo de realojamento, território enquan-

to unidade de referência e construção identitária e enquanto factor de estereotipização e rotulamento social. Pretende-se também realizar uma aproximação à metodologia de diagnóstico social, através da articulação dos problemas, suas causas, variáveis de influência e possíveis áreas de intervenção.

No que respeita à pesquisa empírica, optou-se por se focalizar a análise num grupo de jovens residentes numa urbanização de realojamento no concelho da Amadora. Esta escolha surgiu com a realização de trabalhos académicos sobre este tema. A residência neste concelho e o contacto quotidiano com estes problemas surgiu como o principal factor de atracção por este tema. Embora ainda existam alguns bairros de barracas no concelho, o maior interesse surgiu em relação aos bairros de realojamento devido a vários factores: as supostas soluções para os grupos populacionais desfavorecidos não pareciam estar a surtir efeito positivo do ponto de vista social. No quotidiano continuam a observar-se problemas de marginalização, exclusão (e auto-exclusão) das populações aí residentes, nomeadamente dos jovens. Estariam os jovens realojados a sentir melhorias nos problemas de exclusão social que os afectavam? Estaria a integração social destas populações realmente no bom caminho? Estas questões despoletaram o interesse por este tema, e continuam a suscitar cada vez mais questões, mais possíveis visões de pesquisa que contribuam para uma melhor compreensão desta problemática tão marcante na vida de todo um município.

Nos capítulos seguintes desenvolver-se-á esta problemática, tanto em termos teóricos, como através da realização de pesquisa empírica.

Num primeiro momento far-se-á uma problematização teórica do tema em estudo, bem como se desenvolverão os quadros conceptuais que servirão de base e suporte à posterior pesquisa empírica.

De seguida apresentam-se os objectivos e objectos centrais da pesquisa. Após a nota metodológica – onde se definem os métodos e técnicas utilizados, bem como a sua aplicação directa no terreno – analisar-se-ão os dados resultantes das entrevistas realizadas, de forma a chegar a uma aproximação ao diagnóstico dos problemas de exclusão social sentidos pelo grupo em estudo: uma análise articulada entre os principais problemas detectados e suas características e causas, variáveis de influência e possíveis áreas de intervenção.

Capítulo I

Enquadramento Teórico

As questões da Pobreza e Exclusão Social ganham cada vez maior dimensão e importância, nomeadamente devido à evolução das sociedades e à luta por vivências sociais mais justas e igualitárias. À medida que proliferam os estudos, projectos, intervenções e discussões sobre esta questão, percebe-se mais claramente a dimensão e gravidade deste problema, nomeadamente nos contextos urbanos. A “pobreza urbana” ou as “novas formas de pobreza” são cada vez mais alvo de estudos nesta área. Simultaneamente, associa-se a estes fenómenos o de “exclusão social”. Esta relação entre a exclusão social e a pobreza nem sempre se encontra clarificada, pelo que estes conceitos tanto são utilizados como sinónimos, como são vistos como mutuamente exclusivos. De qualquer das formas, estes fenómenos são considerados as realidades opostas à ideal: a Inclusão Social.

A Inclusão Social pode ser considerada como a situação de integração plena do indivíduo na sociedade a que pertence. Esta integração não pode nas sociedades ocidentais contemporâneas ser entendida como uma homogeneidade de formas de vida, de representações e quadros de valores, de comportamentos. As sociedades contemporâneas são caracterizadas por uma pluralidade infundável de estilos de vida e de quadros de valores. O elo de ligação que permite considerar os indivíduos como integrados socialmente é a cidadania, entendida como a capacidade de escolha individual, como a capacidade efectiva de utilizar as competências ligadas à vida social (Almeida, 1993:830). Usualmente, o termo Inclusão Social é utilizado para designar os processos de inclusão de indivíduos, grupos e/ou comunidades em situações de exclusão social. Assim, a OCDE define inclusão social *“como um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social tenham acesso aos recursos necessários que lhes permitam participar plenamente na vida económica, social e cultural e que tenham um nível de vida e de bem-estar considerado como normal na sociedade em que vivem.”* (COM, 2003 : 773) Os processos de inclusão social garantem um melhor acesso à participação nos mecanismos de tomada de decisão e um melhor acesso aos direitos fundamentais. Em todos os contextos caracterizados por graves problemas sociais, a situação idealizada e a que se tenta chegar através dos mais diversos meios de intervenção é sempre a de Inclusão Social. Os processos de inclusão social são dirigidos a populações em risco e/ou em situação efectiva de exclusão social, torna-se então pertinente a definição desse conceito.

1.1 - Exclusão Social

“Quem são os excluídos? Os “impuros” físicos e/ou sociais, aqueles que, por características sociais bem visíveis ou comportamentos fogem à norma, e, por isso, são considerados desviantes. As sociedades “defendem-se” isolando-os em espaços delimitados, seja por fronteiras materiais ou simbólicas”

João Sebastião (1998:3)

A utilização do termo “exclusão social” é relativamente recente. Na era pós Revolução Industrial os problemas relacionados com a pobreza e exclusão social não estavam incluídos nos discursos políticos

nem nas investigações científicas. Na época a pobreza era uma situação comum entre as classes operárias e entendia-se que o progresso económico por si só resolveria estas situações – vistas como anomalias no processo evolutivo das sociedades. *“A pobreza era vista como uma ausência de riqueza, com as suas conseqüentes privações resolvidas, em condições normais, pelo crescimento económico, ou, pontualmente, por acções compensatórias de tipo assistencialista”* (Amaro, 2003:9). Todavia, com o passar das décadas notou-se que mesmo nos países mais desenvolvidos a pobreza não só continuava a aumentar, como assumiu novas facetas: sem-abrigo, idosos e crianças negligenciados, desempregados de longa duração, minorias étnicas, entre outros. Face a esta constatação, tanto a esfera política e social, como o meio científico, começaram a atribuir uma maior atenção às questões da pobreza.

Em meados dos anos 70 surgem as primeiras referências à noção de exclusão social, derivada da tradição francesa de analisar grupos e contextos desfavorecidos. Pretendia-se demonstrar que apesar dos progressos económicos e sociais das sociedades, continuavam a existir segmentos importantes da população privados dos benefícios e direitos dos sistemas sociais (Capucha, 2005:76). Segundo Castel, alguns indivíduos passam por processos de ruptura com a sociedade, sendo a principal a ruptura com o mercado de trabalho. Por consequência, ocorrem rupturas nas esferas familiares, afectivas e de amizade. A exclusão social é, então, a fase final deste processo descendente de marginalização. O autor não pretendia referir-se às situações de pobreza – vista como a privação de recursos económicos – mas sim às situações de ruptura dos laços sociais que integram os indivíduos na sociedade a que pertencem.

O conceito generalizou-se aquando da sua utilização no âmbito do II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, onde surgiu como ilustração da multidimensionalidade da pobreza. A sua generalização foi repentina, nomeadamente pelo facto de diversos governos apresentarem dificuldades em assumir a pobreza. Entendiam-na apenas como a escassez de recursos económicos, e assumi-la era simultaneamente estar a pôr em causa a eficácia dos seus sistemas de Estado Providência. Desta forma nos discursos políticos a noção de pobreza foi sendo substituída pela de exclusão social, instalando-se diversos e profundos equívocos sobre o significado destes conceitos. Importa, portanto, apresentar uma breve descrição destes dois conceitos, com o objectivo de se compreenderem os seus pontos comuns e, fundamentalmente, aqueles em que diferem.

A pobreza é entendida fundamentalmente como a privação de recursos económicos. Não se refere a uma situação pontual de carência económica, mas sim a situações recorrentes em que os indivíduos não dispõem dos recursos necessários para satisfazer as suas necessidades básicas de vida. Esta noção é relativa, uma vez que tem como referência o que em cada sociedade e em cada época é entendido como necessidades básicas (Mingione, 1996:5-9).

Devido ao carácter multifacetado da pobreza, nas últimas décadas têm surgido novas perspectivas e abordagens deste fenómeno relacionadas com a ruptura de laços e relações sociais – a chamada perspectiva da privação social (Amaro, 2003:16-17). Esta perspectiva vem aproximar-se do conceito de exclusão social, uma vez que analisa a pobreza do ponto de vista do não acesso aos padrões de vida

dominantes e da não participação na vida social, seja ela por carência de recursos e capacidades, seja por sentimentos individuais de afastamento social derivados da privação económica que conduzem situações de desvalorização pessoal impeditivas da participação social. Nesta abordagem surge também a perspectiva ligada à pobreza humana, em que as situações de privação múltipla conduzem à incapacidade de viver uma vida digna e saudável (Amaro, 2003:16).

Esta aproximação conceptual entre pobreza e exclusão social demonstra que os dois conceitos estão relacionados com situações de privação múltipla de recursos e consequente afastamento dos indivíduos em relação aos padrões de vida dominantes na sociedade em que se inserem. Neste sentido, a pobreza pode ser entendida como a privação de recursos a diversos níveis (económico, cultural, educacional, social, entre outros), enquanto a exclusão traduz as situações de desintegração e não participação que são simultaneamente causa e efeito dessa mesma privação.

Segundo Capucha (2005:77), existem duas correntes de pensamento maioritárias no que concerne à definição do conceito de exclusão social. Segundo a *visão francófona*, exclusão social está directamente relacionada com os laços de solidariedade que concernem coesão à sociedade. Já a *visão anglo-saxónica* associa exclusão social à não realização dos direitos individuais de participação nas diversas esferas da vida social. Esta segunda visão aproxima-se da posição supra referida. Seguindo a linha de pensamento destas perspectivas, *pobreza* diz, então, respeito a problemas na estrutura social de redistribuição dos diversos recursos, que causam a escassez e privação de alguns deles. Por seu lado, a *exclusão social* está relacionada com a natureza relativa desses problemas, com as formas de organização social em torno dos mesmos e com os processos dinâmicos que implicam a durabilidade dessas situações. Este conceito associa-se, assim, aos aspectos relacionais entre indivíduos e aos mecanismos de integração e desintegração social dos mesmos.

Estas abordagens mostram que determinados indivíduos ou grupos que sejam afectados por situações graves de privação de recursos, acabam por entrar num processo de afastamento e desintegração social, culminando com a ruptura dos laços que os unem à sociedade a que pertencem – seja ao nível das relações sociais, seja ao nível da participação social, dos seus direitos e deveres. Esta é a visão mais utilizada nos estudos da exclusão. Talvez porque os grupos sociais que se assumem como foco de atenção principal para os cientistas sociais desta área sejam grupos maioritariamente marcados por estes tipos de privação e de exclusão. Contudo, torna-se pertinente a referência a outras abordagens e formas de entender este conceito.

Tal como já foi referido no presente texto, a exclusão social assume não só um forte carácter multidimensional, como também é considerada imensamente multifacetada. São inúmeras as situações nas sociedades ocidentais contemporâneas que podem ser consideradas no âmbito de estudos sobre a exclusão. Segundo Xiberras, o ponto de partida da maioria dos processos de exclusão é uma situação de conflito entre os futuros excluídos e a sociedade em que se inserem. Usualmente, estes indivíduos possuem algum tipo de diferença fundamental em relação à restante sociedade, o que conduz a um processo de distanciamento e ruptura por não conformidade com os modelos vigentes. Esta diferença

pode ser “*profundamente reivindicada (terrorismo, integralismo), até à diferença simplesmente suportada (deficiência psicológica, física), ou mesmo injustamente imposta (enclausuramento, gueto).*” (Xiberras, 1996) Os exemplos ilustrativos referidos pela autora permitem compreender que analisar a exclusão tendo como foco central a questão das diferenças estruturais leva a que se integrem neste campo de estudo vários outros grupos para além dos afectados por problemas de privação de recursos económicos. Referimo-nos então a grupos com características específicas que, por essa razão, não se encontram integrados nos sistemas sociais dominantes. São pessoas usualmente afectadas por rupturas de laços sociais, por quebra das relações sociais, muitas vezes por problemas de inserção no mercado de trabalho e nas esferas de participação social. Luís Capucha também abordou a questão da diferença, atribuindo-lhe contudo a designação de “handicap”. Refere-se a grupos com “handicaps” específicos que por essa razão ficam mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social (Capucha, 2005:167). Xiberras refere ainda que a diferença apenas numa categoria não conduz necessariamente a situações de desintegração social. Usualmente estas situações são marcadas por uma acumulação de diferenças/handicaps a diversos níveis, “*como se a sociedade de acolhimento pudesse, em rigor, aceitar a diferença ou o desvio em relação à normalidade, ao menos no que respeita a um ponto, mas a acumulação, ou a soma, de demasiadas diferenças tornar-se-lhe-ia insuportável*”. (Xiberras, 1996:31)

Entende-se assim que os excluídos podem não o ser apenas no que respeita aos bens materiais e ao mercado de consumo, são-no também no que se refere à esfera simbólica. A problemática da exclusão social deixa então de ser relacionada apenas com os aspectos distributivos da riqueza, passando também a abranger diferenças nos quadros de valores, sejam eles religiosos, políticos, de liberdade ou de direitos sociais – mercado de trabalho e sistema escolar (Xiberras, 1996:33).

Entendida a exclusão desta forma, depreende-se que existem situações de afastamento e desintegração social em todos os estratos e classes sociais. Contudo, a maior visibilidade de certos fenómenos – nomeadamente a pobreza urbana e os bairros degradados – levam a que se atribua este problema quase exclusivamente a determinados grupos sociais (Sebastião, 1998:4).

Embora em termos teóricos se possam definir diversas categorias distintas que caracterizam a exclusão, a multidimensionalidade deste fenómeno leva a que frequentemente seja difícil identificar o principal factor despoletador da situação (Sebastião, 1998:6). Por todas estas razões, os estudos da exclusão têm assumido cada vez mais uma visão abrangente e integrada das diversas categorias que a compõem. Entende-se, portanto, a exclusão como uma situação de carência num ou mais dos seguintes aspectos (Pereirinha, 1996:221): integração cívica (cidadania), integração económica (participação nos mercados), integração social (beneficiar dos serviços do Estado), integração interpessoal (participação na vida social).

Alfredo Bruto da Costa e Inês Baptista (Bruto da Costa, 2002:13), no âmbito de um estudo desenvolvido no Centro de Estudos para a Inclusão Social (CESIS) defendem que para se analisar as situações de exclusão de determinado grupo ou indivíduo é necessário definir um contexto de referência. Ou seja, apenas se pode considerar que uma pessoa é excluída se for definido em relação ao quê

ou a quem é que acontece essa exclusão. Assim sendo, é necessário analisar as situações de exclusão em comparação (ou tendo como referência) as características da sociedade em que se insere. A inserção social e o conseqüente pleno exercício da cidadania exigem que algumas condições sociais estejam garantidas: nomeadamente o acesso determinadas esferas – ou subsistemas – sociais. Os autores atribuem-lhes a denominação de “sistemas sociais básicos” e defendem a ideia de que – embora este seja um campo vasto e abrangente – podem dividir-se em cinco domínios centrais: social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas. De referir que estes cinco sistemas sociais são interdependentes e sobrepõem-se na maioria das situações. Da mesma forma, as situações de exclusão social não podem ser analisadas apenas como de uma perspectiva dicotómica de ter ou não ter acesso a estes sistemas. Existem diversos graus de acesso, bem como níveis mais ou menos satisfatórios de acesso, que podem (e devem) ser definidos com base nos níveis médios da sociedade e/ou contexto social em que se inserem. Estes graus de acesso podem traduzir-se em “graus de exclusão”, permitindo uma melhor compreensão das situações vividas, bem como – no campo da intervenção institucional no meio social – permitem que os actores sociais definam estratégias e prioridades de intervenção baseadas na gravidade e complexidade das situações em causa.

Levanta-se então a questão: basta não ter acesso a um destes sistemas para se considerar que um indivíduo é excluído socialmente? João Ferreira de Almeida defende que a não aplicação de certas competências com vista ao acesso a um ou mais dos sistemas sociais referidos pode surgir como opção individual, não sendo assim considerada como exclusão social (Almeida, 1993:831). Estes casos em que a exclusão deriva de práticas e escolhas individuais são denominados de auto-exclusão (Bruto da Costa, 2002:23). São disso exemplo os casos em que os indivíduos optam por não cumprir a escolaridade, por não tentar entrar na vida activa, não desenvolvendo planos de vida e abstendo-se voluntariamente da participação na vida social. Esta situação acontece nos diversos grupos e espaços sociais, estando, contudo, maioritariamente visível em zonas urbanas desfavorecidas, onde muitas vezes as situações estruturais de precariedade económica e social se misturam com situações de auto-exclusão, de grupos que se mantêm à margem da vida social comum por opção própria. O que permite distinguir entre exclusão e auto-exclusão é a reversibilidade das situações. Considera-se que os indivíduos estão em situação efectiva de exclusão quando deixa de existir uma real capacidade de mudança dos seus comportamentos num futuro próximo (Almeida, 1993:831). Esta é uma realidade para grande parte dos indivíduos afectados por estes problemas, uma vez que estas desvantagens se reproduzem e influenciam mutuamente, contribuindo para a reprodução das situações de exclusão social vividas (Sebastião, 1998:10-11).

Por outro lado, estas condições também podem ser incorporadas no *habitus* durante o processo de socialização. Os modos de vida associados a situações de pobreza e exclusão social tendem a ser reproduzidos entre gerações. A habituação à cultura familiar de pobreza conduz a que a definição de estratégias (individuais ou colectivas) para ultrapassar estas condições se torne praticamente nula. “A situação de exclusão caracteriza-se, então, pela ausência, ou fraca capacidade, para intervir na defi-

nição do rumo da própria existência, ficando à mercê de processos estruturais que não compreendem nem dominam” (Sebastião, 1998:11).

Todas estas abordagens se cruzem em pontos comuns. Torna-se claro que a exclusão surge como um processo de ruptura entre indivíduos e sociedade. Essa ruptura pode acontecer em diversas esferas, não estando condicionada aos recursos económicos, como acontece no caso da pobreza. A pobreza e a exclusão social são, assim, entendidas como problemas autónomos, mas relacionados e que podem surgir como causa ou efeito mútuos. Por outro lado, a exclusão não deve ser analisada apenas do ponto de vista de uma categoria: ela resulta de uma acumulação de desvantagens a diversos níveis, pelo que a sua análise deve incluir essa diversidade.

1.2 - Tipos de Exclusão

A abordagem efectuada relativamente aos diversos domínios de exclusão, foi no sentido de que este fenómeno é sempre relativo ao contexto de referência. Ou seja, as condições que levam a considerar um indivíduo excluído em determinado contexto (cidade ou país, nomeadamente) podem não o ser noutros contextos. A título de exemplo, o nível de rendimento de um indivíduo pode levar a que ele seja considerado em situação de exclusão em determinados países e, por outro lado, a que esteja dentro do habitual noutros países. Isto porque a referência é sempre o nível médio de rendimentos do país em questão. Assim sendo, no mesmo contexto de referência podem também existir diversos níveis de exclusão. Isto porque, da mesma forma que para um indivíduo ser considerado excluído no seu contexto de referência não necessita de estar privado de todos os sistemas sociais básicos e de todas as categorias que os compõem, essa situação também não se resume simplesmente a ter ou não ter acesso a determinados bens (matérias ou não). Existem níveis – ou graus – diferenciados de privação, o que conduz à existência de inúmeros graus de exclusão social. Estes graus não são definidos *a priori* e devem ser analisados aquando da pesquisa tendo como ponto de comparação o contexto social de inserção dos indivíduos.

Tal como tem ficado demonstrado, a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo. Este conceito exprime uma pluralidade imensa de situações, vivências e contextos, que são impossíveis de analisar sem recurso a uma tipologia caracterizadora das formas mais comuns de exclusão. Bruto da Costa (2002:21-23) defende a existência de cinco tipos centrais de exclusão:

Económico: caracteriza-se pela privação múltipla de recursos (pobreza), pelas más condições de vida, habitações precárias, baixos níveis de escolaridade, desemprego ou emprego precário.

Social: exclusão ao nível dos laços e relações sociais. Incluem-se aqui as situações de isolamento social, seja por carência económica, ou por opção do sistema familiar. Alguns exemplos são o isolamento social dos idosos, de doentes mentais e de toxicodependentes.

Cultural: relacionada com os preconceitos e estereótipos sociais. Aqui estão incluídos os fenómenos de xenofobia, racismo, homofobia, entre outras formas de discriminação de pessoas ou grupos por uma ou mais das suas características específicas. Os factores que determinam a exclusão são depen-

dentos do quadro cultural em causa, de sociedades mais ou menos tolerantes. Os casos mais comuns são a exclusão de membros de culturas e religiões diferentes, de minorias étnicas e culturais, e de indivíduos com uma história de vida desviante – como é o caso dos ex-reclusos.

Origem patológica: situações de exclusão derivadas de perturbações patológicas dos indivíduos. A situação mais comum é o isolamento e exclusão de pessoas com doenças mentais. Acontece usualmente quando o meio familiar não tem estrutura para apoiar uma pessoa que sofra de doença mental, e quando a esse factor se aliam a falta de apoios sociais para apoiar estas pessoas.

Comportamentos auto-destrutivos: este tipo de exclusão é composto pelas situações derivadas de comportamentos auto-destrutivos, nomeadamente a toxicodependência e o alcoolismo. Este tipo de exclusão está relacionado de forma muito próxima com a exclusão económica e social, podendo ser tanto causa como efeito das mesmas.

1.3 – Segregação urbana

Tal como tem sido referido até este ponto, os conceitos de *pobreza e exclusão social*, embora distintos, estão fortemente relacionados e devem por isso ser analisados como fenómenos que se influenciam mutuamente, sendo cada um simultaneamente causa e efeito do outro. De uma forma resumida pode ver-se a *pobreza* como a escassez e privação de recursos, enquanto a *exclusão social* se refere às dinâmicas dos processos de organização social que se geram em torno dos problemas de pobreza, bem como às relações entre indivíduos, aos laços sociais e aos níveis e formas de integração e desintegração social entre os mesmos.

Todavia, tal como é sabido, todos os fenómenos sociais são relativos no tempo e no espaço, e as questões da pobreza e exclusão social não são disso excepção. É compreensível que, por exemplo, os problemas de pobreza na era pós revolução industrial não sejam os mesmos que actualmente. Da mesma forma, a pobreza no contexto urbano actual assume contornos específicos. O território e a organização e distribuição do espaço físico nas cidades influenciam fortemente os fenómenos sociais. Os estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago demonstraram desde início que a divisão urbana das cidades traduz os processos sociais que nelas ocorrem. Estes autores defendiam que a segregação espacial conduzia à formação de grupos específicos, com novas culturas e modos de vida próprios. Alguns autores definiram até matrizes de organização das cidades onde se encontravam claramente delimitadas as zonas de serviços e as zonas de residências, bem como as zonas onde viviam as classes ditas médias e altas, e as zonas onde residiam os operários e os imigrantes¹. Embora estas matrizes não tenham uma aplicação prática nas cidades actuais, a verdade é que estes estudos contribuíram em muito para a compreensão da divisão social em espaço urbano. Percebeu-se que, ao contrário do pressuposto de partida, a segregação étnica tem uma maior expressão do que a segregação de classe. As populações imigrantes tem tendência a instalar-se em “zonas de transição”, em casas arrendadas com

¹ São disso exemplo os trabalhos dos autores: Burgess – “modelo das zonas concêntricas”; Hoyt – “modelo sectorial”; Harris e Ullman – “modelo multinucleado”

baixas condições de habitabilidade. Estas pessoas – já alvo de discriminação por serem imigrantes e pertencerem a minorias em relação à sociedade de acolhimento – reuniam-se assim em zonas degradadas e pobres, aumentando o estigma e discriminação social.

As mudanças ocorridas nas cidades capitalistas – onde a terra disponível é privada e cada parcela tem um valor específico conforme a sua função, localização e uso – geram sistemas de luta e competição sociais para a apropriação do espaço. Estas acabam por reflectir, directa ou indirectamente, as diferenças de classe que marcam as sociedades (Savage e Warde, 2002:66). A par das mudanças urbanas, surgem mudanças nas próprias situações de pobreza e exclusão social. As novas correntes teóricas estudam o que chamam de “novas formas de pobreza urbana”. Mas o que caracteriza essas formas de pobreza? Quais as suas consequências e quem são os grupos mais afectados?

Em primeiro lugar, a concentração da pobreza em áreas urbanas é um dos fenómenos permanentes nas sociedades capitalistas². Esta concentração leva a que existam formas de exclusão de grupos específicos (desempregados, idosos, minorias). Leva também a que se gerem processos de pobreza urbana crónica, em que grupos de indivíduos não conseguem entrar no mercado de trabalho ou têm empregos precários e inseguros, dispendo estas famílias de baixos rendimentos, sendo afectadas pelo isolamento social, e transmitindo estes problemas para as gerações mais novas, gerando o que se denomina de “ciclos de pobreza”. Estes grupos de indivíduos afectados pela pobreza acabam por se concentrar em guetos no centro das cidades e em zonas urbanas degradadas. Começa-se a perceber que os pobres urbanos “correm um risco superior de constituírem formas crónicas de exclusão social”, como consequência do declínio dos sistemas de apoio social (por parte do Estado ou de redes informais e/ou familiares de solidariedade) e da própria segregação urbana (Mingione, 1996:14).

Como consequência das alterações urbanas (desindustrialização, instabilidade do mercado de trabalho, fragilização das redes familiares, declínio do Estado Providência e redução dos apoios sociais) denota-se um aumento da concentração da pobreza em áreas urbanas e assim como a existência de uma maior probabilidade de empobrecimento em diversas etapas do ciclo de vida (infância, jovens à procura do primeiro emprego, pessoas de “meia idade” que são surpreendidas pelo desemprego repentino e que, estando ainda longe da idade da reforma, não são “aceites” no mercado de trabalho)³. Como resultado das novas formas de pobreza e da segregação socio-espacial, assiste-se à formação de zonas urbanas “em crise”, degradadas, marcadas pela precariedade e más condições de vida, pela pobreza, isolamento e marginalização – os subúrbios degradados, *Guetos*. Estas áreas, no interior das cidades, exprimem as desigualdades sociais e nelas os grupos específicos exibem características culturais distintas, formando subculturas fortemente interiorizadas nos indivíduos e que contribuem para o aumento do isolamento social. Pode então concluir-se que “a pobreza e a exclusão social, na medida em que se expressa territorialmente por via do próprio dinamismo dos processos de segrega-

² *Sociologia da cidade e do território*, Actas das aulas

³ *Sociologia da cidade e do território*, Actas das aulas

ção urbana e das formas de apropriação que a estrutura social vai fazendo do espaço, tente a ser algo visível assimilando-se ao próprio espaço” (Gonçalves e Pinto, 2001:114).

Compreende-se, assim, que as cidades são zonas que facilitam as situações de pobreza e exclusão social, principalmente se nos referirmos a grandes metrópoles desenvolvidas, onde se fixam fluxos migratórios diversificados (migrantes ou imigrantes), pessoas que procuram no “centro do desenvolvimento” novas oportunidades de vida e de crescimento económico. A fixação em zonas habitacionais degradadas e precárias, que a início seria provisória, torna-se permanente quando os indivíduos são confrontados com a instabilidade e precariedade laboral, bem como com a exclusão a nível social e com a desadequação (ou inexistência) de políticas públicas de suporte a estas situações. A pobreza e exclusão social tornam-se crónicas e passam a fazer parte da estrutura social. Os ciclos de pobreza repetem-se, bem como o estigma e isolamento social. Estas situações são muitas vezes acompanhadas por sentimentos de desmotivação, acomodação e descrédito nas instituições, sentimentos estes que contribuem para a já existente dificuldade destes indivíduos poderem desenvolver planos de vida com vista à resolução dos seus problemas.

Para ilustrar estes processos surgiu o conceito de *underclass* – “*resultado de um processo específico de pauperização devido à acumulação, nessas zonas da cidade, de factores de desvantagem*” (Sebastião, 1998:10). O autor Myrdal desenvolveu este conceito pela primeira vez em 1963, utilizando-o para referir uma nova classe criada pelas mudanças no mercado económico. Esta classe era formada por pessoas que por ser pobres ficam afastadas do mercado de trabalho e não partilham a vida social habitual da sociedade em que se inserem. Todavia, a mudança em alguns discursos teóricos conduziu à alteração da descrição do conceito, passando a ser utilizado para definir grupos de indivíduos pobres – maioritariamente negros – com comportamentos marginais e criminosos e que, por essa razão, não se integram socialmente. Desta forma, o conceito deixou de se referir a uma questão de estrutura social, passando a ser associado a comportamentos desviantes. Esta nova visão não conseguiu unanimidade nos meios teóricos, pelo que passou a não ser muito utilizado nos estudos sociais. (Gans, 1996:141-142). Todavia, o mesmo autor defende a reutilização da noção de *underclass*, aproximada à definição original de Myrdal. O progresso do capitalismo e das economias de mercado tem conduzido a que cada vez mais pessoas fiquem fora do mercado laboral: jovens à procura do primeiro emprego e pessoas de meia-idade que perdem o emprego são os grupos mais afectados. A precariedade laboral de longa duração conduz a diversos tipos de privação, podendo levar a situações extremas de marginalização e exclusão social. A noção de *underclass* surge quando os indivíduos se encontram excluídos inclusivamente das redes informais de trabalho: são também chamados de “sem-classe” por alguns teóricos, contudo – uma vez teoricamente todos os indivíduos se encontram inseridos numa classe – o termo *underclass* surge para caracterizar estas pessoas que devido à marginalização extrema não encontram espaço em nenhuma das outras classes sociais (Gans, 1996:146). Como refere o mesmo autor, o aumento dos níveis de pobreza – e a sua concentração num mesmo território – conduz a que alguns pobres enveredem por comportamentos criminosos. Embora o peso relativo destas situações

seja baixo face à generalidade dos grupos pobres, a sociedade tende a rotular todos os pobres como marginais, criminosos e perigosos, nascendo assim um estigma e preconceito acentuados em relação não só às pessoas afectadas por estes problemas, como a todos os moradores das zonas territoriais onde esta problemática é maioritária. Este rotulamento social negativo conduz em grande parte às situações de ruptura com os laços sociais e de afastamento da sociedade, agravando e ajudando a perpetuar as situações de exclusão social vividas por estes grupos.

Esta questão da concentração territorial de populações que vivem em situações de precariedade ganhou maior visibilidade com o crescimento de bairros ilegais de habitações precárias e degradadas. Usualmente são bairros habitados por minorias étnicas, migrantes que encontraram nestes locais um refúgio para as dificuldades económicas e sociais que encontraram à chegada ao país de destino. Nas últimas décadas tem havido um esforço acrescido por parte dos Estados para desenvolver e aplicar planos de realojamento destas populações. Estas políticas habitacionais pretendem minimizar a precariedade vivida por estas populações, prevenindo e menorizando os processos de exclusão social. Todavia, os ciclos de pobreza e exclusão social nem sempre têm sido quebrados com o processo de mudança de território constituinte do realojamento. Muitas das características dos bairros degradados são transferidas para os bairros de realojamento – como é o caso do fechamento sócio-espacial. Este fechamento pode ter por base uma diferença étnica, de classe ou a pertença a determinado território, e caracteriza-se por um processo – por vezes involuntário – de ausência de relações entre um grupo e a sociedade em que se insere. (Pereira, e tal, 2001:91-109). Para além disso, os bairros de realojamento continuam – na maioria dos casos – a servir de factor de discriminação da população realojada. Usualmente são caracterizados por um estilo de construção que não se insere na malha urbana envolvente, são zonas em que – embora as condições das habitações sejam melhores – continua a haver uma forte precariedade em termos de espaço público, no que respeita nomeadamente à falta de equipamentos sociais e à fraca disponibilidade de serviços à população. Para além disso, são normalmente bairros construídos em territórios desfavoráveis e afastados da restante cidade. Os estereótipos sociais negativos continuam a existir em relação à populações realojadas, em grande parte devido ao seu perfil social. *“É uma população que, pela frágil posição no sistema socioeconómico e baixas qualificações profissionais e escolares, ocupa uma posição na estrutura e na hierarquia de prestígio social que a impede de assumir protagonismo na escolha do espaço residencial, sendo, assim, relegada para espaços sociais e simbolicamente desvalorizados”* (Gonçalves e Pinto, 2001:113).

Capítulo II Da teoria à empiria

No capítulo anterior definiu-se a noção de exclusão social e referiu-se a existência de territórios demarcados nas metrópoles caracterizados pela precariedade a diversos níveis e por situações profundas e estruturais de exclusão. Diversos processos deram origem a estas zonas urbanas em crise. Como exemplo, podemos referir o grande fluxo migratório para a periferia da capital portuguesa de comunidades africanas aquando da descolonização. Fugidas da guerra e das más condições de vida, estas pessoas procuraram em Lisboa e na sua periferia uma nova oportunidade de vida. Quando chegaram, com falta de recursos económicos, fixaram-se em zonas centrais, alugando casas precárias ou, na maioria das vezes, construindo habitações ilegais provisórias. Cedo se percebeu que o mercado não tinha capacidade para absorver a mão-de-obra. As más condições e precariedade de vida destas pessoas agravaram-se, bem como se instalou e difundiu rapidamente o estigma e a exclusão destes grupos. Por todos estes factores, os ciclos de pobreza e exclusão continuaram a reproduzir-se nas novas gerações, chegando ainda com enorme gravidade aos dias de hoje. Após vários anos, chegou-se à conclusão a nível político que era preciso fazer alguma coisa para resolver este problema. Enquanto as cidades se desenvolviam e as várias correntes políticas procuravam apoiantes, foi legalmente permitido que os bairros de barracas (denominação oficial) existentes no centro das cidades tivessem acesso a luz e água potável, e alargou-se a obrigação de pagamento do imposto autárquico a estas zonas, onde as habitações eram ilegais. Todavia, com o crescimento e desenvolvimento urbano, tornou-se uma prioridade nas agendas políticas a erradicação dos bairros de barracas e o realojamento social dessas pessoas. Criou-se assim o *Programa Especial de Realojamento* (daqui em diante denominado PER), aprovado em Conselho de Ministros a 18 de Março de 1993 e promulgado pelo Presidente da República Mário Soares a 26 de Abril do mesmo ano. Concretizou-se em termos legislativos no Decreto-lei 163/93 de 7 de Maio de 1993⁴. Este programa tinha como objectivo a erradicação dos bairros de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Um dos municípios que aderiu a este programa foi a Amadora. O concelho da Amadora era um dos mais afectados por este problema, estando as zonas centrais da cidade (adjacentes às principais estradas militares) ocupadas por bairros degradados. A dimensão era tal que passados 18 anos ainda existem bairros por demolir e pessoas por realojar. Foi necessário criar a nível concelhio três programas complementares ao PER: Programa de apoio ao auto-realojamento, Programa de retorno voluntário, Programa municipal de habitação a custos controlados. No âmbito da aplicação do PER neste município construíram-se três grandes bairros de realojamento social: Casal da Boba (700 fogos habitacionais), Casal do Silva (284 fogos habitacionais), Casal da Mira (760 fogos habitacionais).

⁴ Vide Anexo A

No presente trabalho de investigação optou-se por analisar a realidade do bairro de realojamento Casal da Mira, por este ser o bairro com maior número de agregados familiares, o mais recentemente construído e o que se encontra mais na periferia do concelho, características que importa ter em conta na análise dada a sua possível influência ao nível da integração social. Dadas as características e o propósito da presente investigação, considerou-se que não se deveria realizar uma análise ao bairro como um todo, mas apenas a um sector populacional em específico. Assim sendo, aplicar-se-á o modelo analítico que de seguida se apresenta ao grupo populacional dos “jovens”, a população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, por ser esta a faixa etária socialmente aceite para a designação de juventude (Machado e Silva, 2009).

2.1 - Jovens em realojamento: uma cultura diferente ou uma questão de abordagem?

Os temas ligados à juventude têm sido uma marca nas investigações sociológicas nos últimos anos. Analisam-se as questões ligadas às culturas juvenis, às “tribos urbanas”, à integração no mercado de trabalho e aos processos de transição para a vida adulta. Por outro lado, desenvolvem-se diversos estudos acerca dos jovens “problemáticos”, “marginais” e “excluídos”. Em relação a estes últimos existe na maioria das vezes um traço comum: são jovens que residem em contextos desfavorecidos, principalmente em bairros de barracas ou de realojamento, provenientes de famílias pobres onde os ciclos e a cultura de pobreza são umas das principais características da vida familiar e em sociedade. Se está provado que os jovens provenientes de contextos desfavorecidos têm maior probabilidade de ter o seu percurso de vida marcado pela exclusão em relação à restante sociedade, também é verdade que se generalizou nas sociedades uma ideia diferente: todos os jovens que vivam nestas zonas têm problemas de sucesso escolar, de inserção profissional, entram em economias paralelas e adoptam comportamentos desviantes e na maioria dos casos criminosos. Ora esta forma de olhar para estes indivíduos – largamente difundida e generalizada pelos meios de comunicação – é bastante redutora e discriminatória. Assume-se à partida que o local de residência é o factor central e determinante para a definição do modo de vida dos indivíduos. Todavia, a realidade é diferente desse discurso. Tal como foi referido, nas zonas urbanas em crise encontram-se mais jovens com problemas de inserção do que noutras zonas urbanas. Mas o facto de serem provenientes desse contexto não marca a construção identitária de todos os jovens da mesma forma, criando uma cultura de juventude específica dessas zonas. Na verdade, os jovens residentes em bairros sociais são afectados pelas mesmas transformações sociais que os restantes jovens, existindo dentro de cada bairro uma pluralidade de percursos de vida e de identidades sociais que não podem deixar de se ter em conta. Tal como referem Machado e Silva:

“É preciso olhar para os jovens de condição mais desfavorecida sem noções apriorísticas e irreflectidas. Vê-los não como uma categoria homogénea e amorfa, condenada e perigosa, mas considerá-los como indivíduos com capacidades de acção, não esquecendo, é claro, o quadro de constrangimentos, por vezes muito pesados, em que estão inseridos. Nem pensar, ingenuamente, que tudo está em aberto para cada um deles, independentemente do ponto do espaço social de onde parte, nem pensar fatalmente que cada um já

está no ponto do espaço social onde vai ficar no resto dos seus dias. Todos têm um campo de possibilidades, mais ou menos generoso.”

Machado e Silva (2009:10)

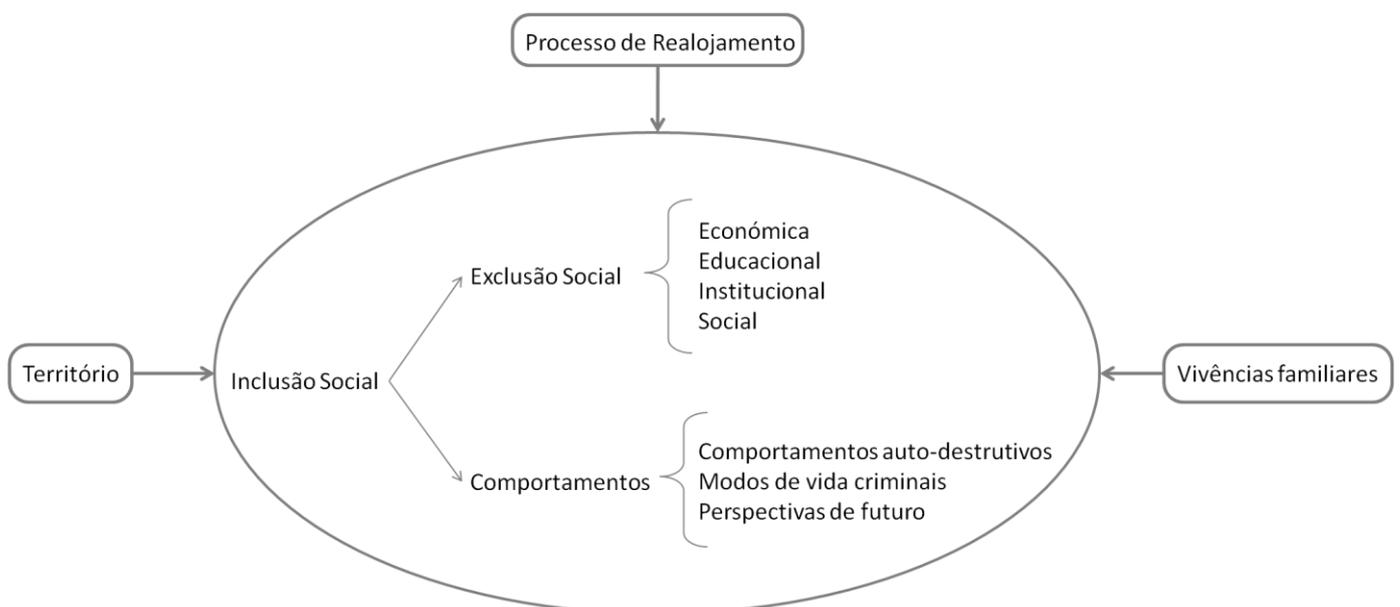
Assim, a escolha de na presente investigação abordar as características dos jovens mais afectados por situações de exclusão social foi feita com a consciência de que neste contexto existem muitos outros percursos de vida que não são afectados por este problema.

2.2 – Modelo Analítico

A exclusão social – tal como foi referido no capítulo anterior – é um fenómeno multidimensional, que assume diversas formas e que é influenciada pelos mais diversos processos sociais. Para além disso, são diversos os modos de abordar e estudar este fenómeno. O objectivo central da presente pesquisa é analisar a inclusão social de jovens num bairro de realojamento, utilizando como referência base a noção de exclusão social. Surge então a questão: como articular os diferentes conceitos e as diferentes dimensões que compõem estes fenómenos? Como perceber a influência de factores demarcados do contexto de referência na situação actual vivida por estes jovens? Foi para responder a estas questões que se construiu o esquema de análise que orientou a pesquisa empírica.

O esquema que em seguida se apresenta sintetiza as relações entre conceitos. Em primeiro lugar, optou-se por analisar a inclusão social a partir de duas noções: exclusão social e comportamentos. Em segundo lugar, considerou-se pertinente compreender a influência de três factores neste processo de inclusão social juvenil: o processo de realojamento, o território (bairro de realojamento) e as vivências familiares.

Figura 2.1 – Esquema do Modelo Analítico



Exclusão social – entendida como o não acesso a quatro dimensões consideradas base para a vida em sociedade. A definição destas dimensões resulta de uma conjugação de abordagens já previamente definidas no enquadramento teórico, tendo como base a noção dos sistemas sociais básicos defendida por Alfredo Bruto da Costa (2002:14).

1. Económica

Nesta dimensão incluem-se dois sistemas sociais básicos: mecanismos geradores de recursos, e mercado de bens e serviços. No primeiro consideram-se todas as formas – legais e institucionalizadas – de obtenção de capital económico. Inclui-se aqui o mercado de trabalho – através dos salários – e o sistema de Segurança Social – através de subsídios de apoio (à doença, ao desemprego, rendimento social de inserção, etc.). Actualmente – para os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos⁵ – a inserção no mercado de trabalho é um dos principais condicionantes da inclusão social e do pleno exercício da cidadania. O mercado de trabalho surge aqui – não como meio social de integração e socialização – mas sim como o principal meio de obtenção de recursos económicos. Embora o mercado de trabalho seja a principal fonte de rendimentos nas sociedades contemporâneas, o Sistema de Segurança Social assume também um papel relevante neste domínio. Nomeadamente quando estamos a falar de grupos populacionais carenciados e/ou em situações de um certo isolamento social.

No que respeita ao mercado de bens e serviços, *“não carece de comentário, uma vez que é sabido que, nas economias de mercado, o acesso àquele mercado é condição normal para se dispor da maior parte dos bens e serviços que as pessoas e as famílias precisam para viver”* (Bruto da Costa, 2002:15). A inserção social pode ser analisada neste sistema através da capacidade de acesso aos bens e serviços considerados “mínimos” na sociedade de referência.

2. Educacional

Esta dimensão refere-se à relação entre os jovens e a escola. Aqui se incluem as questões relativas ao sucesso e ao abandono escolar. Algumas das principais características das zonas urbanas marcadas pela precariedade, como é o caso dos bairros de realojamento, são os baixos níveis de escolaridade e um forte índice de absentismo e abandono escolar precoce. Sabendo que a escolaridade é um dos principais factores que determinam uma participação de sucesso no mercado de trabalho – que, tal como foi referido, é determinante para a inserção social dos indivíduos – torna-se da maior relevância a análise desta dimensão.

3. Institucional

Nesta dimensão incluem-se os sistemas sociais relacionados com as instituições sociais independentes do mercado. Consideram-se aqui as instituições que a sociedade tende a proteger das leis do mercado, deixando a sua gestão nas mãos da classe política, ora da administração

⁵ Embora a idade mínima legal para trabalhar seja 16 anos, socialmente considera-se os 18 como a passagem para a vida adulta (por ser a maioridade legal) e conseqüentemente como o início da inserção na vida activa – nomeadamente quando o jovem não se encontra a estudar.

pública. São instituições com uma forte componente de protecção social e de defesa dos direitos civis e sociais. A lógica por detrás do distanciamento destas instituições em relação ao mercado de consumo baseia-se no princípio de que o acesso às mesmas não deve ser condicionado pelos bens e/ou capacidades económicas dos indivíduos – ao contrário do que acontece com o mercado de bens e serviços. Este nível será analisado do ponto de vista das instituições prestadoras de serviços sociais: sistema de saúde, instituições de solidariedade social, projectos municipais de intervenção social.

4. Social

Dimensão composta por todos os sistemas e redes de relações sociais em que um indivíduo está inserido. Caracteriza-se por ser a dimensão relativa à socialização, à construção da identidade social e à integração nos grupos sociais da sociedade a que pertence. Aqui se incluem os grupos, comunidades e redes sociais em que o indivíduo se insere: a família, os amigos, os colegas, etc. Este domínio pode ser dividido em três níveis de sistemas de relações: imediato, intermédio, amplo. No nível imediato incluem-se as relações sociais ao nível da família e dos vizinhos. No nível intermédio incluem-se os colegas de empresa (a totalidade dos colegas, se considerarmos uma pequena empresa, ou os colegas mais próximos – do mesmo departamento, por exemplo – se considerarmos uma empresa de grandes dimensões), os membros da associação recreativa e cultural, parceiros em grupos de lazer/desporto, etc. Por fim, o nível mais amplo de relações sociais inclui a comunidade local, o mercado de trabalho, a comunidade política. Neste nível, o mercado de trabalho surge como meio de socialização, e não como factor de rendimento.

Comportamentos – neste domínio incluem-se os modos de vida da população em estudo. Pretendem abordar-se determinadas práticas quotidianas que, não sendo exclusivas de zonas de realojamento, assumem aqui mais relevo pela maior concentração de casos de exclusão social do que nas restantes zonas urbanas. Práticas essas que são altamente condicionantes da inserção na sociedade de referência. Consideram-se aqui os comportamentos auto-destrutivos, os modos de vida criminais e as perspectivas de futuro.

1. Comportamentos auto-destrutivos

Neste âmbito incluem-se práticas como a toxicodependência e o alcoolismo. É sabido que em zonas urbanas precárias são elevadas as prevalências destas dependências. São situações que condicionam a inserção social dos indivíduos – afastando-os da escola, do mercado de trabalho, e quebrando os laços e as relações sociais familiares e de amizade – colocando-os simultaneamente em risco de vida. Pretende, então, analisar-se a incidência destes comportamentos nos jovens em estudo.

2. Modos de vida criminais

Tal como os comportamentos auto-destrutivos, os modos de vida criminais não são exclusivos de zonas de realojamento ou de bairros degradados, mas é maior a concentração de indivíduos que praticam este tipo de comportamentos nestes locais. As privações múltiplas – tanto a nível material, como afectivo e das referências simbólicas – conduzem muitas vezes a situações de desocupação quotidiana, à formação de grupos de jovens afectados pelas mesmas situações de precariedade e afastamento social, o que pode estar relacionado com práticas ilegais e criminosas. Assim, torna-se relevante conhecer os níveis de criminalidade entre os jovens residentes nesta urbanização, bem como os tipos de crimes e as suas causas.

3. Perspectivas de futuro

A associação de todos os factores característicos da situação de exclusão social pode conduzir a situações de alienação social e desinteresse pela formação de planos de vida futuro. Num momento de transição para a vida adulta, os jovens definem planos e estratégias de futuro: investimento numa formação, procura de emprego, definição de objectivos a concretizar ao longo do processo de independência. Todavia, as populações afectadas por privações múltiplas tendem a descurar o futuro, não definindo objectivos nem desenvolvendo práticas efectivas de planeamento de vida. A utilização deste conceito pretende compreender até que ponto estes jovens têm definidas estratégias e planos de vida futura que lhes permitam enfrentar o processo de exclusão social que os afecta. Este factor ganha mais relevância ainda tendo em conta que o contexto de análise é um bairro de realojamento e não um bairro degradado. Um dos objectivos do realojamento é a melhoria das condições de vida, com vista a um futuro melhor para os residentes. Assim, importa perceber se os jovens estão a tentar romper com os ciclos de pobreza, definindo planos de formação e emprego que lhes permitam enfrentar os desafios que o contexto lhes coloca.

A análise dos componentes do modelo de análise supra referidos permitirá chegar a uma conclusão sobre o estado da integração social dos jovens em estudo. Por outro lado, tal como já referido, torna-se relevante analisar algumas variáveis que podem influenciar este processo de integração social dos jovens. Na presente investigação optou-se por analisar três variáveis de influência: processo de realojamento, território e vivências familiares.

No que respeita ao processo de realojamento, pretende-se perceber se a passagem para o bairro de realojamento trouxe mudanças efectivas nas dimensões de exclusão social que afectavam os indivíduos no bairro degradado de origem. O realojamento é realizado com vista a uma melhoria das condições de vida dos habitantes, mas o processo de troca de área de residência conduz muitas vezes a rupturas na vida dos indivíduos. Os bairros degradados – embora extremamente precários e sem condições de habitabilidade na maioria das vezes – eram dotados de vivências próprias: redes de economia informais (sistema de “biscates” e pequenos negócios caseiros), redes de apoio entre vizinhos (apoio na troca de bens essenciais e nos cuidados aos menores, por exemplo), vivência “de portas abertas” onde a vida dos moradores é virada para o bairro e para os vizinhos, havendo partilha de vivências

quotidianas, entre outras características. A passagem para o bairro de realojamento poderá comprometer essas vivências. Tentar-se-á compreender de que forma o realojamento influenciou a inclusão social destes jovens.

Esta questão está directamente relacionada com a segunda variável: território. Neste ponto o que se pretende analisar é se o território do bairro em si é causador e/ou influenciador das situações de exclusão social vividas pelos jovens. Tal como foi referido no enquadramento teórico, o espaço físico é um dos condicionantes da inclusão social, surgindo como factor de segregação da vida urbana. O bairro de realojamento surge como uma marca visível da “diferença” da população residente, servindo de base ao estigma social em torno dos residentes. Por outro lado, estas zonas são tendencialmente mais precárias, menos desenvolvidas e com menos recursos do que o restante município. Usualmente, os bairros de realojamento são caracterizados pelo seu afastamento físico em relação ao resto do município e pela carência de serviços e equipamentos. Assim, tentar-se-á perceber se esta desqualificação e estigmatização do espaço físico são condicionantes reais da inclusão social dos jovens residentes.

Por fim, a variável relativa às vivências familiares. Não se pretende aqui – por limitações inerentes ao âmbito da pesquisa – realizar uma caracterização aprofundada dos agregados familiares. O que se pretende é perceber qual a composição e principais características dos agregados dos jovens em estudo, de forma a concluir a que nível os quadros de vida familiares influenciam na realidade as práticas quotidianas e a inclusão social destes jovens. Os jovens com percursos de exclusão mais demarcada estarão recorrentemente incluídos em núcleos familiares desestruturados? A desestruturação dos núcleos familiares conduz fatalmente a percursos desviantes e excluídos? Será principalmente este o sentido da análise desta variável.

Apresentado o modelo de análise que fundamenta – em conjunto com o quadro teórico – a pesquisa empírica, explicitar-se-á de seguida a metodologia utilizada.

2.3 – Metodologia

A metodologia é parte integrante das pesquisas científicas, podendo ser entendida como o conjunto de técnicas de pesquisa que permitem recolher informações e compreender o objecto de estudo. Nas ciências sociais – nomeadamente em Sociologia – existe um variado leque de métodos e técnicas de pesquisa. Importa ao investigador seleccionar as mais adequadas ao seu objecto de estudo e as que melhor responderão ao modelo analítico definido. Na presente pesquisa optou-se por utilizar o método de análise intensiva, dado que se pretende o estudo aprofundado de casos com o objectivo de se obter um conhecimento mais intensivo relativamente aos processos de integração social dos jovens residentes no Casal da Mira. No entanto, em complemento à utilização deste tipo de metodologia recolheram-se dados intensivos extensivos, primários e secundários.

Como dados secundários consideram-se todos os que foram previamente recolhidos por terceiros. Incluem-se aqui documentos diversos fornecidos pelas instituições, bem como o documentário *Cinema*

*de Bairro*⁶. Estes dados foram analisados à luz do modelo analítico de forma a recolher as informações relevantes relativas a cada categoria em estudo.

Por dados primários entendem-se todos os que são recolhidos pelo investigador durante a pesquisa empírica. Dados os objectivos do estudo e o modelo analítico construído, optou-se por recorrer à técnica de entrevista como modo principal de recolha de informações.

A entrevista é uma técnica de recolha de informação baseada na comunicação verbal entre o investigador e o entrevistado. As entrevistas podem ser directivas, sendo por isso estruturadas e constituídas maioritariamente por perguntas fechadas, o que permite ao investigador um maior controlo da mesma, reduzindo o espaço de resposta do entrevistado. Por outro lado, as entrevistas podem ser não-directivas, sendo menos estruturadas, são constituídas por um conjunto de tópicos que o investigador irá utilizando para conduzir a entrevista, dando, contudo, liberdade ao entrevistado para expressar as suas opiniões e conduzir o rumo da conversa.

Na presente pesquisa optou-se pelo recurso a entrevistas semi-directivas, para que se pudesse, de alguma forma, dirigir os temas gerais a serem abordados, mas deixando “liberdade” para o discurso dos indivíduos. Assim, o rumo e ordem de abordagem dos assuntos foram condicionados pelo discurso dos entrevistados, mas dirigidos pelo entrevistador em função das interrogações desta investigação.

Para uma correcta análise deste fenómeno considerou-se de extrema importância entrevistar diversos actores locais, de modo a que se recolhessem informações diversificadas sobre as múltiplas facetas do objecto em estudo. Realizaram-se diversas entrevistas a actores institucionais, bem como oito entrevistas a jovens residentes na urbanização⁷. Para além das entrevistas, foram realizados alguns contactos informais com a população que permitiram um melhor conhecimento do contexto em estudo.

Na Câmara Municipal realizaram-se diversas entrevistas: no Departamento de Educação e Cultura, no Gabinete de Acção Social, na Divisão de Gestão do Parque Habitacional (Dr.^a Helena Dias, chefe de divisão), na Divisão de Habitação e Realojamento (Dr.^a Manuela Esteves) e no Gabinete Técnico do Casal da Mira. Foi ainda realizada uma entrevista de grupo aos docentes responsáveis por cada ano lectivo da Escola Primária/JI Casal da Mira. Embora o público-alvo já não frequente aquela escola, o conhecimento dos professores sobre as dinâmicas sociais do bairro e sobre os contextos familiares das crianças e jovens demonstrou-se um contributo útil para a compreensão de diversas dimensões em estudo. Foi também entrevistada a equipa técnica da associação Loja Mira Jovem, sendo esta entrevista posteriormente complementada com uma entrevista apenas ao coordenador do projecto (Dr. Luís Miguel Baptista).

⁶ Documentário realizado através de uma parceria entre a Fundação Inatel e o Instituto de Segurança Social no âmbito das comemorações do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Este projecto incluiu os bairros: Mataduchos (Guimarães), Bairro da Rosa (Coimbra), Casal da Mira (Amadora), Bairros I e II (Beja) e Bairro da Rua da Armonia e das Panteras Cor-de-Rosa (Olhão).

⁷ Apresentação dos jovens entrevistados no ponto 3.2, pág. 30

Seria importante entrevistar ainda alguns outros actores institucionais (nomeadamente professores da escola 2+3 e técnicos da associação Unidos de Cabo-Verde), o que não foi possível devido a limitações ao nível dos recursos humanos necessários para as realizar e analisar.

Para a realização das entrevistas foi construído um guião de entrevista para cada tipologia de actores sociais entrevistados (vide Anexo E) e respectivas grelhas de análise de conteúdo de acordo com o modelo de análise, tendo sido contempladas as dimensões: exclusão social – aos níveis económico, educacional, social e institucional; e comportamentos – comportamentos auto-destrutivos, criminalidade, ocupação quotidiana, perspectivas de futuro.

A perspectiva de cada entrevistado sobre a influência do realojamento, do território e da família nas dimensões em análise foi abordada ao longo de toda a entrevista. Devido às diferentes perspectivas resultantes dos diferentes papéis sociais desempenhados pelos vários tipos de actores sociais, e pelas vantagens associadas à triangulação, as informações recolhidas nas entrevistas foram sempre cruzadas com os dados da análise documental e com alguma contacto com as vivências no bairro, de forma a produzir resultados o mais próximos possíveis da realidade.

Capítulo III Pesquisa empírica

3.1 – Caracterização da Urbanização e da população residente⁸

A Urbanização Casal da Mira foi construída em 2003 no âmbito do Programa Especial de Realojamento. Situa-se no concelho da Amadora, freguesia da Brandoa. É constituída por 760 fogos habitacionais, divididos por 39 lotes, o que resulta numa média de 20 apartamentos por lote. Estes 760 fogos dividem-se em tipologias entre o T1 e o T4:

Quadro 3.1 – Tipologia dos apartamentos

Tipologia	Total	%
T1 (1-2 inquilinos)	132	17
T2 (2-4 inquilinos)	336	44
T3 (3-6 inquilinos)	204	27
T4 (6-8 inquilinos)	88	12
Total	760	100

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Existem também 68 espaços destinados a lojas/comércio. Destas apenas 7 estão ocupadas: Gabinete Técnico da Câmara Municipal, Centro de Dia para Idosos (Santa Casa da Misericórdia), Loja Mira Jovem (Associação Raízes), Unidos de Cabo Verde, Farmácia, Cruz Vermelha Portuguesa, Pressley Ridge. Existe mais uma loja que está a ser preparada para ser um espaço comercial, criado no âmbito do programa Amadora Empreende (sistema municipal de apoio aos munícipes para criação do seu próprio negócio. A equipa que abrirá esta loja não é residente no Casal da Mira.) As restantes lojas sofreram actos de vandalismo, pelo que a Câmara Municipal optou por selá-las⁹.

Na urbanização existe é um pequeno parque infantil, insuficiente para a população infantil residente. Existe também um campo de futebol. Embora seja utilizado por alguns jovens, as dimensões reduzidas não permitem a utilização regular para a prática desportiva¹⁰. Em termos de apoio à infância, a Instituição Particular de Solidariedade Social Unidos de Cabo Verde possui um jardim-de-infância no interior da urbanização, e existe no interior da urbanização uma escola primária para as crianças residentes. A abertura desta escola veio responder aos problemas relacionados com a deslocação das

⁸ Para a caracterização da população residente é necessário ter em conta que nem todas as variáveis utilizadas são compostas pelo mesmo número de casos. Isto porque os dados de caracterização são recolhidos aquando do realojamento das famílias e vão sendo actualizados conforme os contactos com o Gabinete Técnico, todavia nem sempre os representantes sabem indicar as informações relativas aos outros membros da família. Existem também situações em que se recusam a responder, nomeadamente no que respeita ao sector profissional (variável com menos dados disponíveis).

⁹ Fotos ilustrativas no Anexo B.

¹⁰ Fotos do parque infantil e do campo de futebol no Anexo B.

crianças para a freguesia vizinha (São Brás), mas limita a heterogeneidade da população escolar, reduzindo as suas oportunidades de socialização com membros de outros contextos sociais e concentrando no mesmo espaço escolar um grande número de alunos com características específicas ao nível das dificuldades de aprendizagem e dos problemas comportamentais.

A urbanização fica localizada na periferia tanto da freguesia da Brandoa, como do próprio concelho. É uma das zonas mais afastadas do centro da cidade e onde escasseiam os serviços, bem como a rede de transportes para o centro do concelho. Em 2009 foi inaugurado perto da urbanização o maior centro comercial de Portugal: o Dolce Vita Tejo. Este veio melhorar a rede de transportes nas imediações da urbanização, bem como trouxe para a proximidade alguns serviços que antes estavam muito mais inacessíveis. De qualquer forma, os acessos entre a urbanização e o centro comercial não são facilitados, principalmente para a população que não dispõe de viatura própria. Os idosos residentes são a camada populacional mais afectada pela distância de serviços. Actualmente existe um pequeno comerciante que visita a urbanização algumas vezes por semana para vender bens alimentares (nomeadamente pão e mercearias) com uma carrinha, o que resultou numa solução de apoio à aquisição destes bens a idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Esta é, portanto, uma urbanização de realojamento de grandes dimensões, com poucas infra-estruturas e com reduzidos serviços de utilidade à população. Para além disso, situa-se numa zona periférica e isolada. Os moradores do Casal da Mira encontram-se, portanto, numa situação de isolamento físico e social em relação ao restante município.

Nesta urbanização foram realojadas famílias originárias de diversos bairros. A maioria, 64%, dos agregados familiares veio da Azinhaga dos Besouros¹¹. Três das famílias realojadas não estão incluídas no PER, todavia foram realojadas no âmbito deste programa por motivos sociais relevantes.

Quadro 3.2 – Bairros de origem

Bairro	Total	%
Azinhaga dos Besouros	485	64
Bairro novo	58	8
Estrlea de àfrica	47	6
Bairro Azul	39	5
Bairro da Alegria	20	3
Outros	101	13
Não PER	3	0
Total	753	100

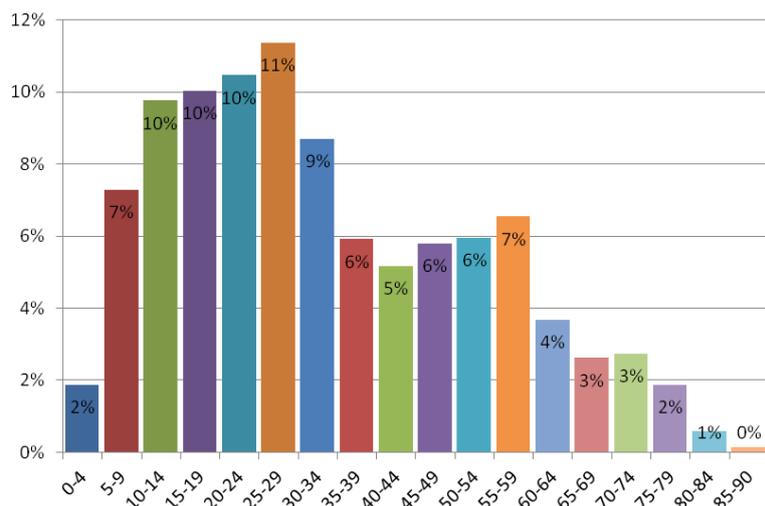
Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Em Novembro de 2011 existiam 745 agregados familiares a residir na urbanização, perfazendo um total de 2500 moradores (mulheres: 51%, homens: 49%). O número de agregados familiares vai

¹¹ Tabela completa dos bairros de origem no Anexo D.

sofrendo alterações ao longo dos meses: existem agregados que saem da urbanização (umas vezes por despejo por não cumprimento dos contratos, outras por opção das famílias). Destes agregados, cerca de 35% eram compostos por 1 ou 2 membros, e 42% por 3 a 4 membros¹². Assim, a média de pessoas por família no Casal da Mira é de aproximadamente 3,3, sendo muito superior à média nacional apurada nos resultados preliminares dos Censos 2011 – 2,6 pessoas por família.

Figura 3.1 – Distribuição etária



Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

No que respeita à distribuição etária da população, pode verificar-se que a urbanização é composta por uma população maioritariamente jovem. Aproximadamente 29% da população residente é menor de idade. O segmento populacional em estudo (15 – 29 anos) representa 31% da população residente. No ponto oposto, os moradores em idade de reforma (maiores de 65 anos) representam apenas 9% dos residentes.

No que respeita à nacionalidade da população residente, os países com maior peso são Portugal (60%) e Cabo-Verde (34%). Os 60% de moradores com nacionalidade portuguesa equivalem à parcela de moradores com idade até aos 29 anos: segunda e terceira gerações de imigração, já nascidos em Portugal e, por isso, com nacionalidade portuguesa. Todavia, é a cultura cabo-verdiana que marca o quotidiano e os processos de socialização familiar desta população.

¹² Confira composição dos agregados familiares, bem como todos os quadros de apoio à caracterização no Anexo D.

Quadro 3.3 – Nacionalidade dos moradores

Nacionalidade	Total	%
Portuguesa	1527	60
Angolana	52	2
Santomense	19	1
Cabo Verdiano	880	34
Moçambicana	1	0
Guineense	54	2
Paquistanesa	4	0
Espanhola	2	0
Ns/Nr	20	1
Total	2559	100

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Passando agora à escolaridade da população residente, cerca de 87% da população completou o ensino obrigatório. Todavia, uma parcela relevante da população (40%) apenas concluiu o ensino primário. Apenas cerca de 9% dos moradores concluíram o ensino secundário, uma média bastante reduzida nomeadamente num momento em que se discute o alargamento do ensino obrigatório para o 12º ano. Apenas 1% dos moradores (9 indivíduos) concluíram um curso de ensino superior. Estes resultados revelam-se bastante preocupantes se tivermos em conta a actual conjuntura económica, a redução dos postos de trabalho e o aumento das exigências formativas no processo de inserção no mercado laboral.

Este padrão de baixas qualificações reflecte-se no sector de actividade dos moradores. A população activa representa apenas 26% do total dos moradores. Este valor é relevante se tivermos em conta que 63% dos moradores têm entre 20 e 64 anos. Os sectores de actividade mais representados são: Serviços Pessoais e Colectivos (13%); Construção Civil e Obras Públicas (7%); e Comércio, Restauração e Reparação de bens pessoais (4%). Da restante população, em 20% dos casos os moradores não sabiam ou recusaram-se a fornecer esta informação. Existem 25% de estudantes e 19% de desempregados. Este perfil profissional dos moradores reflecte-se nos rendimentos dos agregados: aproximadamente 50% dos agregados têm um rendimento de 550€¹³.

3.1.2 – Principais actores sociais

A influência e acção dos actores num contexto são um factor importante e incontornável para a compreensão do mesmo. Considerar-se-ão de seguida os actores sociais com uma relação mais próxima e uma acção mais directa sobre a população em estudo, embora se deva ter presente que a nível mais macro existem diversas outras instituições e/ou programas que actuam sobre este contexto.

¹³ Não existem dados sistematizados em relação ao rendimento da população. Este é um valor aproximado baseado na distribuição das rendas dos alojamentos – definidas de acordo com os rendimentos declarados dos agregados familiares.

Em primeiro lugar importa referir os actores cuja acção incide prioritariamente sobre a esfera material e física da urbanização: são as instituições ligadas à gestão das habitações e do espaço urbano. Aqui destacam-se dois organismos da Câmara Municipal da Amadora: a Divisão de Habitação e Realojamento e a Divisão de Gestão do Parque Habitacional. A primeira é responsável pelos processos de realojamento em todas as suas etapas. Embora o realojamento mais massivo da população para o Casal da Mira tenha ocorrido entre 2003 e 2004, actualmente ainda continuam a haver realojamentos em curso. Por um lado, os recursos não permitiram o realojamento de todas as famílias inscritas no PER, por outro lado existem continuamente novas solicitações neste sentido. Actualmente esta divisão faz a gestão dos apartamentos de realojamento que ficam vagos (principais motivos: falecimento dos inquilinos, desistência das famílias [compra de outras habitações e/ou não adaptação à urbanização] e acções de despejo por incumprimento dos contratos estabelecidos) e continua a realojar famílias nesses espaços. A Divisão de Gestão do Parque Habitacional faz a gestão quotidiana das habitações, nomeadamente atendimento aos moradores, actualização das rendas (definidas com base no rendimento do agregado) e gestão do parque habitacional (reparações no interior das habitações dos prédios). Esta divisão tem um Gabinete Técnico na urbanização que efectua o contacto mais directo com os moradores. Embora sejam duas divisões distintas, o seu trabalho é articulado e actuam em conjunto na gestão dos realojamentos e do parque habitacional. Estes organismos estão mais vocacionados para as dimensões habitacionais, não sendo da sua responsabilidade directa a intervenção nas áreas sociais. Todavia, trabalham em contacto directo com as entidades responsáveis por essas áreas.

Os actores directamente ligados à dimensão social têm áreas de acção mais abrangentes e diversificadas. A nível da Câmara Municipal existem dois organismos com influência indirecta na urbanização: o Gabinete de Acção Social e o Departamento de Educação e Cultura. O primeiro é responsável pelas questões relacionadas com os problemas e intervenções sociais em todo o município, bem como pela aplicação e gestão do programa Rede Social no concelho da Amadora. O segundo é o responsável pela gestão do parque escolar.

Ao nível de intervenções sociais directas junto da população, destaca-se a Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem - criada em 2004 e direccionada para a luta contra a pobreza e exclusão social infantil e juvenil no distrito de Lisboa. Esta associação materializa-se no Casal da Mira através do projecto Loja Mira Jovem. Este é um projecto da associação Raízes, financiado pelo Programa Escolhas¹⁴, que tem como objectivo central a intervenção ao nível da inclusão social de crianças e jovens. Nas crianças mais novas os objectivos centrais deste projecto são o controlo dos comportamentos problemáticos, a redução do absentismo e abandono escolar e a melhoria dos resultados escolares. Para os jovens são exercidas acções de sensibilização para a continuidade dos estudos e forma-

¹⁴ O programa Escolhas teve início em 2001 e é composto por projectos de 3 anos (denominados de “gerações”) com vista à inclusão social de crianças e jovens residentes em contextos sociais desfavorecidos. Está actualmente na 4ª Geração (2010 – 2012). O projecto Loja Mira Jovem tem vindo a ser renovado em todas as gerações do programa.

ção profissional e é dado apoio nos processos de inserção no mercado de trabalho. Estas medidas estão principalmente (mas não exclusivamente) direccionadas para jovens com problemas de comportamento, de inserção social e de estabilidade do núcleo familiar.

A Unidos de Cabo Verde é outra instituição de apoio social existente na urbanização. Foi criada em 1985 e desenvolve a sua actividade em diversos locais no concelho da Amadora. No Casal da Mira a sua actividade está ligada ao apoio na inserção no mercado de trabalho e nos processos de legalização e naturalização. A face mais visível da sua acção na urbanização reside no Jardim de Infância Unidinhos, Instituição Pública de Solidariedade Social que veio responder à carência de infra-estruturas de apoio à infância que se faz sentir na urbanização.

Ao nível do apoio à população idosa da urbanização, a Santa Casa da Misericórdia da Amadora instalou no Casal da Mira um centro de dia que presta cuidados básicos e que desenvolve actividades de ocupação quotidiana para este grupo populacional.

Recentemente abriu na urbanização uma representação da Cruz Vermelha, que providencia refeições quentes e roupas às pessoas mais carenciadas, não apenas do Casal da Mira, como de todo o concelho. Recente também é a associação Pressley Ridge que – estando ainda muito no início da sua actividade – será a entidade gestora do projecto de desenvolvimento comunitário em plano para a urbanização “Mira Kapaz” (financiado pela Fundação Aga Khan), resultado de um Contrato de Desenvolvimento Social assinado entre a autarquia e a Segurança Social em Maio de 2011, que contará com a participação de todas as instituições intervenientes neste território¹⁵. Embora ainda não sejam suficientes as actividades práticas desenvolvidas em conjunto por estes actores sociais, a comunicação e troca de informações entre todos é prática comum. Através desses contactos as diversas instituições chegaram a acordo sobre a necessidade de uma maior e mais abrangente intervenção social na urbanização, devido à multidimensionalidade e à dimensão dos problemas sociais que afectam esta população.

3.2 – Apresentação dos jovens entrevistados

Durante a pesquisa empírica realizaram-se diversas visitas à urbanização que resultaram em alguns contactos informais com a população. Esses contactos permitiram ter algumas noções da vida no Casal da Mira. Todavia, mostraram também o fechamento dos jovens no que respeita a contactos com pessoas do exterior. As entrevistas a membros das várias instituições confirmaram esse facto: a maioria dos jovens do bairro é marcada por sentimentos de insegurança e desconfiança que se reflectem na redução de contactos sociais com pessoas não residentes na urbanização. Assim, optou-se por realizar as entrevistas na sede do projecto Loja Mira Jovem, por ser um local onde os jovens se sentem seguros. Todos os jovens entrevistados frequentam a associação ou – no caso de dois deles – embora não a frequentem, são amigos da equipa técnica. Todos estes jovens foram realojados da Azinhaga dos

¹⁵ Por ser um projecto que ainda está na fase inicial de planificação e concepção, não foi estabelecido nenhum contacto com a entidade responsável no âmbito desta pesquisa.

Besouros. Contudo, alguns referiam a “Pontinha” como o seu bairro de origem. O bairro Azinhaga dos Besouros situava-se na fronteira entre a Amadora e a freguesia da Pontinha (concelho de Odivelas), sendo comum alguns moradores utilizarem esta segunda designação em vez do nome do bairro. Segundo a Dr.^a Manuela Esteves (Divisão de Habitação e Realojamento, CMA) esta opção surgia da não identificação plena com o território e de uma tentativa de não associação às visões exteriores negativas existentes sobre a Azinhaga. Assim, na apresentação dos entrevistados optou-se por não uniformizar a informação relativa ao bairro de origem, mantendo a designação escolhida por cada entrevistado.

Ana

26 anos, nacionalidade cabo-verdiana (mas nasceu em Portugal). Veio da Azinhaga dos Besouros há seis anos. Mora sozinha, mas tem dois filhos – de cinco e seis anos – que vivem em Setúbal com a avó paterna. Estudou até ao 4º ano. Já se candidatou a escolas profissionais mas nunca foi chamada. Durante o verão trabalha como camareira num hotel do Algarve, no resto do ano fica no Casal da Mira, mas nunca conseguiu trabalho. Gostava de trabalhar num lar a cuidar de idosos. No final do ano emigra para França, onde já tem alguns primos. Preferia viver na Azinhaga dos Besouros, porque era mais próxima dos vizinhos. No Casal da Mira está sempre sozinha. Não costuma frequentar a Loja Mira Jovem, embora seja amiga dos técnicos.

Carlos

21 anos, nacionalidade portuguesa. Veio da Azinhaga dos Besouros há 7 anos. Vive com a mãe, avós e irmão. A mãe tem 42 anos e é doméstica. O irmão tem 18 anos, estuda no 11º ano. A avó tem 56 e é doméstica. O avô tem 62 anos, é pedreiro. O Carlos estudou até ao 9º ano, deixou de estudar porque “a escola não dá dinheiro”. Tirou curso profissional de mesa-bar, estagiou no Hotel Holiday Inn, onde ficou a trabalhar durante 3 anos. Ficou desempregado por desentendimentos salariais com a gerência. Está à procura de emprego na mesma área. Gostava de ser mecânico, mas pensa que já é tarde para isso. Preferia viver na Azinhaga dos Besouros, porque lá havia mais união da comunidade e não havia tanta inveja entre vizinhos. Vai à Loja Mira Jovem de manhã, depois passa o resto do dia na rua com os amigos.

Isaac

23 anos, moçambicano. Não vive na urbanização, vive nas vivendas por trás, não passou pelo processo de realojamento. Contudo, é ali que costuma passar os dias, uma vez que a maioria dos seus amigos são dali: frequentaram a mesma escola ainda antes do realojamento. Vive com o pai, de 56 anos que é taxista. Estudou até ao 12º ano e quer estudar Gestão de Empresas na universidade. Ainda não conseguiu por não ter condições económicas para tal. Embora já tenha trabalhado (em armazéns, como repositor de stocks, em restauração e como jardineiro), actualmente está desempregado. Está à procura de um emprego que lhe permita pagar as propinas. Nos tempos livres faz teatro. Não costuma frequentar a Loja Mira Jovem, embora conheça toda a equipa. Conhece a maioria dos jovens da urbanização.

Junto com alguns desses jovens formaram um grupo que está a tentar aplicar actividades de desenvolvimento comunitário de ocupação das crianças e jovens no Casal da Mira (razão pela qual foi seleccionado para a entrevista).

Jéssica

16 anos, nacionalidade portuguesa. Veio da Azinhaga dos Besouros, há seis anos. Vive com a avó, a tia e o tio. A tia tem 31 anos, portuguesa, tem o 12º ano e trabalha nas limpezas. O tio tem 37 anos, português, estudou (mas não se recorda até que ano) e também trabalha nas limpezas. A avó tem 70 anos, é cabo-verdiana, reformada. Tem quatro irmãos que vivem com a mãe: 16 anos, 10 anos, 4 anos e um bebé com 11 meses. Estudou até ao 7º ano. Actualmente não está a estudar porque não tinha vaga na Escola das Profissões. Quer voltar a tentar no próximo ano, para tirar um curso profissional de instalação e reparação de computadores com equivalência ao 12º ano. Gostava de ser empregada comercial. Durante o dia ajuda uma amiga num café, cuida da casa e vai à Loja Mira Jovem. Preferia viver na Azinhaga dos Besouros.

Márcia

15 anos, nacionalidade portuguesa. Vivia na Azinhaga dos Besouros, de onde veio há seis anos. Vive com a mãe e os irmãos. A mãe tem 37 anos, é portuguesa, tem o 9º ano de escolaridade, está actualmente desempregada (antes da cessão do contrato era assistente de secretariado na Câmara Municipal da Amadora). O irmão mais novo tem 7 anos, estuda no 1º ano. O mais velho tem 16 anos, estuda no 9º ano, mas tem muitos problemas de comportamento na escola. A Márcia estudou até ao 7º ano. Estava a fazer equivalência ao 9º ano, mas desistiu por motivos familiares. Embora gostasse de tirar o 12º, não acredita que o consiga, porque não gosta de estudar. Gostava de ser educadora de infância. Como não encontra nenhum curso profissional nessa área, não está na escola. Está desempregada, à procura de emprego em centros comerciais. Vai todos os dias para a Loja Mira Jovem, “é a minha segunda casa”. Gostava mais de viver na Azinhaga dos Besouros, porque lá as pessoas estavam mais próximas e tinham mais condições: tinham uma horta e criavam animais.

Micaela

15 anos, nacionalidade portuguesa. Vivia no bairro da Pontinha, de onde saiu há oito anos. Vive com os pais e os três irmãos. A mãe tem 37 anos, guineense, estudou até ao 6º ano, mas tem o 9º através do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), nunca trabalhou por motivos de saúde. O pai tem 49 anos, cabo-verdiano, estudou até ao 4º ano, era pedreiro, mas actualmente está desempregado. A irmã de 19 anos está a estudar no 9º ano. O irmão de 21 anos estudou até ao 6º ano, mas tem equivalência ao 9º através do RVCC. O irmão de 20 anos estudou até ao 9º ano, mas está a terminar a equivalência ao 12º através do RVCC; conseguiu uma bolsa de estudo na área de cinema. A Micaela está a estudar no 9º ano e gostava de continuar até ao 12º. O seu sonho é ser futebolista. Joga numa equipa de futsal, mas preferia jogar futebol de 11. Quando não está nas aulas, está sempre na Loja Mira Jovem.

Nuno

25 anos, português. Veio do bairro da Pontinha há oito anos. Não tem morada certa, passa uns dias em casa de irmãos e outros em casa de amigos: quis sair de casa do pai para ser independente. Tem sete irmãos, todos empregados, com casa e família próprias: dois emigraram para França, quatro vivem no Casal da Mira e um vive na Cova da Moura. Estudou até ao 9º ano e está actualmente a tirar o 12º pelo RVCC. Durante o dia trabalha como monitor de informática na Loja Mira Jovem e à noite é DJ em discotecas. Antes tinha trabalhado no Palácio Nacional de Queluz, como jardineiro recuperador de jardins históricos.

Vânia

18 anos, nacionalidade portuguesa. Veio do bairro da Pontinha há cerca de seis ou sete anos. Vive com a mãe e o irmão. A mãe é cabo-verdiana, tem 38 anos, estudou até ao 4º ano, é empregada de limpeza. O irmão tem dois anos, nacionalidade portuguesa. A Vânia estudou até ao 9º ano. Depois procurou escolas profissionais, mas como não conseguiu entrar em nenhuma, actualmente não se encontra a estudar. Está desempregada, à procura de emprego. Gostava de estudar restauração para vir a ser pasteleira ou cozinheira. Durante o dia trata da casa e fica na Loja Mira Jovem até ir buscar o irmão e a sobrinha à creche. Preferia viver no bairro da Pontinha porque havia mais convívio e proximidade entre os vizinhos.

3.3 – Exclusão social

Partindo da pesquisa realizada, apresentam-se de seguida os problemas detectados em cada uma das dimensões que compõem o conceito de exclusão social.

Quadro nº 3.4 – Principais problemas por dimensão da exclusão social

Exclusão Social	
Educacional <ul style="list-style-type: none">- Abandono escolar precoce- Insucesso escolar- Dificuldades de aprendizagem- Desinteresse pela escola	Económico <ul style="list-style-type: none">- Desemprego- Desinteresse e desmotivação profissional- Falta de capacitação profissional: carência de formação, postura e linguagem desadequadas, fraca responsabilidade- Algum preconceito e fechamento dos empregadores- Problemas graves de pobreza ao nível do acesso aos serviços mínimos e aos bens básicos
Social <ul style="list-style-type: none">- Carências familiares- Perda do sentido de comunidade- Fracas relações de vizinhança – “portas fechadas”- Sentimentos de insegurança- Dificuldades de relação entre moradores originários de bairros diferentes- Isolamento social face ao exterior	Institucional <ul style="list-style-type: none">- Falta de comunicação- Descrença nas instituições- Agressão a agentes da autoridade

Os jovens da urbanização e a sua relação com a escola: que educação?

Uma das características mais marcantes do perfil individual da população em estudo centra-se na relação com a escolaridade. Sabendo que a escolaridade é um dos factores determinantes do percurso profissional dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, bem como surge com um dos elementos fundamentais para a definição do progresso de uma sociedade, nomeadamente no que se refere às populações jovens que se assumem como os principais protagonistas “*dos processos de aquisição de novas qualificações e saberes*” (Guerreiro, Cantante e Barroso, 2010:153), e num momento em que se debate o alargamento da escolaridade mínima obrigatória para o 12º ano, os níveis de escolaridade desta população são bastante preocupantes. Verificam-se elevados índices de abandono escolar precoce. As diversas instituições que intervêm neste contexto têm lutado para que a maioria dos jovens complete, pelo menos, a escolaridade obrigatória, facto que não se verifica em grande parte dos jovens. Uma grande fatia dos jovens está inserida em percursos escolares alternativos, e em muitos dos casos completam o 9º ano e/ou o ensino secundário através de RVCC. Machado e Silva, num estudo sobre a população juvenil noutra urbanização de realojamento da Amadora (Casal da Boba), tendo chegado a uma conclusão semelhante, afirmam mesmo que a questão do “*abandono escolar tão precoce, sem que haja controlos sociais e mecanismos institucionais capazes de o contrariar, não deixa de surpreender numa grande cidade europeia do século XXI*” (Machado e Silva, 2010:200).

A par do abandono escolar precoce, surgem os altos níveis de insucesso escolar. Esta população é marcada por graves dificuldades de aprendizagem e por uma alta desmotivação escolar. Não existe na maioria das famílias um reconhecimento da importância da escolaridade. A maioria das famílias residentes está ausente da educação dos filhos – seja por desinteresse, seja por uma vida profissional demasiado exigente materializando-se na falta de tempo para estas questões (nomeadamente nas situações de monoparentalidade) – não em que se verifica desinteresse e falta de apoio nos problemas escolares dos seus educandos. Estes factores, ligados a padrões geracionais de baixa escolarização, influenciam a atitude de desinteresse, desmotivação e descrédito pela escola que marca a maioria destes jovens. Esta “*reprodução social das baixas qualificações, no contexto da globalização dos mercados, implica, na verdade, um aprofundamento das desigualdades sociais*” (Guerreiro, Cantante e Barroso, 2010:154). Este desinteresse tem início na escola primária e que marca todo o percurso escolar desta população. As escolas têm apostado em medidas alternativas de ensino e motivação, que têm demonstrado alguns resultados principalmente ao nível da redução do abandono escolar. Todavia há que ter em consideração que as escolas públicas não estão dotadas de meios (humanos e económicos) nem de quadros com qualificação adequada para a intervenção multidimensional, focalizada e individualizada (não apenas no âmbito restrito do ensino escolar, mas da capacitação ao nível pessoal e social de que esta população carece) necessária à obtenção de melhores resultados neste nível.

A formação profissional é uma das principais opções destes jovens. Contudo, uma parte dos jovens que opta por esta vertente de ensino acaba por desistir. Isto acontece devido à socialização dos jovens em torno da cultura de dependência de subsídios estatais que marca esta população. Este factor

leva – segundo conversas informais com técnicos e jovens - a que uma fatia dos jovens apenas tenha interesse em frequentar as escolas profissionais que atribuem bolsas de estudo. As escolas onde podem estudar gratuitamente, mas não recebem nenhum incentivo monetário, não lhes despertam interesse.

«Deixei de estudar porque estava farto da escola... Escola não dá dinheiro!» [Carlos]

Para além da influência do desinteresse das famílias pela educação e percurso escolar no afastamento dos jovens da escola, existe outra realidade que afecta esta questão: a baixa empregabilidade dos jovens da urbanização com um nível de escolaridade mais elevado. Na urbanização, os jovens que estudaram até mais tarde, que concluíram o ensino secundário ou superior, demonstram dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Esse factor é uma influência negativa para os restantes jovens, que vêm nesses casos a “prova” de que não vale a pena estudar, pois o futuro profissional será negativo de qualquer das formas. Esta perspectiva fatalista do futuro afecta os jovens em diversas áreas da sua vida, como continuaremos a ver adiante.

Emprego, Desemprego:

Caracterização sócio-económica dos jovens e seus agregados familiares

Os problemas de escolaridade acima enunciados afectam directamente as questões ligadas com a esfera económica da vida destes jovens. As baixas qualificações escolares e o fraco investimento dos jovens em programas de formação profissional, associados ao acomodamento a formas alternativas de obter grau académico sem – na maioria das vezes – esse grau se reflectir em conhecimentos efectivamente adquiridos¹⁶ conduzem a fracas capacidades profissionais que se reflectem numa dificuldade acrescida de entrada no mercado de trabalho. Esta questão ganha maior relevância se for tido em conta que *“a diferença entre ter e não ter um emprego é das que mais imediatamente se transformam em desigualdade social”* (Machado e Silva, 2010:199).

Os altos níveis de desemprego sentidos em todas as camadas da população residente não são apenas causados directamente por dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, existem características culturais da população que influenciam esta situação. Esta comunidade tem como característica cultural o fraco envolvimento dos membros masculinos nos processos de sustento do agregado familiar, sendo esse âmbito deixado – na maioria dos casos – para as mulheres. Assim se compreende que o desemprego nas jovens raparigas seja muito baixo, tal como acontece com a geração das suas mães.

¹⁶ Incluem-se aqui as regras do ensino escolar obrigatório que limitam o número de vezes que cada aluno pode reprovar em determinado ano, levando a situação comuns de transição de ano de escolaridade por obrigatoriedade e não por conhecimentos; bem como o programa RVCC – que na sua origem foi criado para atribuir graus de escolaridade através da valorização da experiência laboral (o que fará sentido em situações de pessoas que se especializaram em determinada profissão não pela formação escolar mas pela prática e aprendizagem quotidiana ao longo dos anos) – mas que neste contexto é utilizado por jovens que não têm interesse em estudar e recorrem a este programa de forma a obter um grau de ensino de uma forma “facilitada”.

O investimento na procura de emprego e a motivação para a inserção laboral por parte dos jovens rapazes é muito baixo.

«Há muito desemprego, sim. Porque os rapazes não trabalham. Não trabalham porque não querem! (...) as raparigas trabalham, elas procuram. Por causa que já têm filhos e isso. Mas eles não, não querem saber. Tipo, os pais dos bebés, alguns ajudam, mas só que há muitos que são maus e não prestam... e não ajudam.» [Jéssica]

«Os jovens que vêm mais mais mais pedir ajuda a procurar trabalho é os que têm problemas com a polícia. Quando a polícia começa a mandar notificações, começam a vir cá, para quando vierem os polícias saberem que eles estão a trabalhar. Mas pronto, de resto... não procuram muito, não.» [Nuno]

Assim, às baixas qualificações e as consequentes dificuldades ao nível laboral acrescem as fracas motivações. Estes factores levam à situação que se vive actualmente em que apenas uma pequena parcela dos jovens rapazes do Casal da Mira se encontra a trabalhar. As raparigas por sua vez são incentivadas desde cedo a procurar emprego, tanto por influência da família, como pelas necessidades económicas resultantes de situações regulares de maternidade precoce e monoparentalidade feminina.

No caso dos rapazes, mais do que nas raparigas, acresce ainda a questão da capacitação social para a inserção laboral. Para além da escolaridade e da formação profissional, é necessário possuir algumas competências sociais que asseguram o cumprimento das regras laborais: capacidade de relacionamento social, disciplina organizacional, capacidade de trabalho em equipa, capacidade de comunicação, autonomia, iniciativa e motivação (Capucha, 2005:157). De acordo com o mesmo autor, usualmente os meios sociais tendencialmente excluídos são marcados por dificuldades de passagem destes conhecimentos durante o processo de socialização. Da mesma forma, o abandono escolar precoce retira a estes jovens a possibilidade de adquirirem estas competências em meio escolar. Assim se conclui que *“um dos mais importantes factores de exclusão consiste na socialização em contextos de aprendizagem eles próprios exclusionários”* (Capucha, 2005:157). Os jovens residentes na urbanização demonstram uma grande carência destas competências básicas. Assume aqui importância a questão do vestuário, da postura comportamental e da linguagem utilizada. Estas questões de postura e atitude realçam-se principalmente no momento das entrevistas de emprego. Nas suas experiências profissionais parte destes jovens tende a não assumir as responsabilidades inerentes ao trabalho em causa, demonstra dificuldade de cumprimento dos horários e problemas de atitude para com as hierarquias. A ausência de competências e o ainda relevante preconceito social para com os moradores de bairros sociais, conduz à redução de oportunidades laborais para os jovens residentes: as entidades empregadoras tendem a não empregar os jovens rapazes provenientes do Casal da Mira.

«Aqui é complicado arranjar trabalho... porque o bairro tem a fama de roubos e essas coisas todas.»

[Micaela]

«Eu acho que a maioria dos jovens aqui do bairro tem dificuldades de arranjar trabalho, mesmo por viver aqui. Eu quando estava a trabalhar num restaurante ali em baixo recebia muitos currículos e o que é que se fazia? O meu colega que trabalhava lá já há dois anos dizia: “desses currículos, tudo o que é aqui do bairro o patrão não vai ver nada”, e eu perguntei porquê, e ele disse “epá... vocês sabem... Casal da Mira, toda a gente tem medo.» [Isaac]

Tal como foi referido, mais uma vez esta questão não se costuma colocar com as raparigas residentes. Embora elas padeçam das mesmas carências acima enunciadas, demonstram ser mais autónomas e conseguem usualmente ultrapassar rapidamente essa situação.

Para além dos problemas de desemprego, a maioria dos empregos da população residente (tal como referido na Caracterização da Urbanização) são pouco qualificados, com remunerações consequentemente baixas (recorde-se que cerca de 50% dos agregados têm rendimentos inferiores a 500€). Assim, a precariedade económica é uma marca da vida desta população. Existem na urbanização situações graves de pobreza ao nível do acesso aos bens básicos: alimentação, vestuário, serviços mínimos (água, luz, gás), saúde. Os jovens são directamente afectados por este problema. Foram inclusivamente relatados casos de jovens com 17/18 anos cujas famílias passam por situações graves de precariedade e que se recusam a sustentar economicamente estes filhos, que são despejados de casa pelos pais. Este jovens passam a viver numa situação ainda mais precária, apoiando-se em amigos e outros familiares, muitos deles também a ser afectados por problemas de pobreza no seu seio familiar.

«A mesma pergunta de sempre: “o que é que fazes seu putro? Diz-me lá o teu estatuto, conta-me lá do fundo.” Tenho estatuto de pobre, emprego de preto nascido no *guetto*, vivendo no beco, na rua do espeto que fica bem perto da loja do Neco. Eu não sei quem foi, mas eu não fui, é certo. A informação passa pelo computador enquanto tu ‘tás sentado, chorando de dor, perguntado a Deus: o que fizeste tu para ser tratado como um animal fora do Zoo?»

[excerto de *rap* cantado por um grupo de jovens do Casal da Mira no documentário *Cinema de Bairro*.]

Existe também uma prevalência elevada de situações de dependência de subsídios estatais. Os cerca de 50% de agregados com rendimentos que rondam os 500€ incluem famílias cujos membros têm empregos desqualificados (onde a remuneração se cinge ao ordenado mínimo nacional), e situações de agregados que beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI). Genericamente, estas famílias têm tendência para se acomodar às medidas de protecção social, perpetuando uma cultura geracional de desmotivação perante o trabalho, de habituação a um quotidiano instável economicamente e de recurso e/ou preferência de dependência das diversas prestações de apoio social (Capucha, 2005:156).

Considera-se, assim, que a nível económico esta população está longe da integração na sociedade de referência. O não acesso ao mercado de trabalho, os baixos rendimentos e as consequentes situações de pobreza vividas são, uma condicionante à integração social destes indivíduos.

Família e comunidade: agentes de inclusão ou exclusão?

A dimensão social da exclusão é, possivelmente, a mais complexa e multifacetada. Na presente pesquisa centramos-nos em três níveis de análise: família, comunidade, sociedade.

Tal como tem sido referido até este ponto, os agregados familiares residentes são marcados por padrões de baixa escolarização, empregos desqualificados, desemprego e baixos rendimentos. Esta problemática social conduz à existência maioritária de dois tipos de famílias residentes no Casal da Mira. Por um lado existem as famílias que tentam ultrapassar a precariedade através do trabalho, acumulando por vezes mais do que um emprego para garantir o sustento do agregado familiar. Essas famílias são na sua maioria ausentes da educação das crianças e jovens, uma vez que após o emprego resta-lhes pouco tempo para o acompanhamento dos filhos. Por outro lado, existem as famílias que se acomodaram à situação precária vivida e à dependência de prestações sociais. Estas famílias são tendencialmente muito desligadas tanto da esfera afectiva como educacional dos filhos. Deste desligamento familiar que marca o quotidiano das crianças e jovens residentes urgem as seguintes situações: menores com problemas escolares (comportamentais e de aprendizagem), com uma grande desocupação quotidiana e sem uma estrutura familiar de apoio que os controle, lhes imponha regras, e simultaneamente funcione como um meio de afecto. As carências afectivas são na realidade, segundo a maioria dos técnicos entrevistados, a principal razão para as situações de desintegração a diversos níveis sentidas por este segmento populacional.

Os modelos familiares conduzem diversas vezes a comportamentos problemáticos por parte dos jovens. Um dos exemplos mais referidos ao longo da pesquisa empírica foram as situações comuns de famílias que dada a sua precariedade económica não têm possibilidade de dar aos filhos os bens de que necessitam – ou que exigem, como roupas, telemóveis, entre outros – e, muitas vezes, responsabilizam-nos pelo seu próprio sustento. Alguns destes jovens adoptam comportamentos criminais, como furtos a pessoas e a lojas. As famílias não os questionam, nem os responsabilizam pelos seus actos. Esta desresponsabilização familiar – por vezes unida a uma desresponsabilização legal – leva a sentimentos de impunidade por parte destes jovens, que legitimizam esses comportamentos e aumentam cada vez mais a sua frequência.

«Aqueles jovens que eu vejo com mais problemas é aqueles que a mãe e o pai são *bué* exigentes, exigentes de mais. “Tens que trabalhar, tens que estudar!” E eles não, quando chega nesse ponto de não há trabalho, não há casa, não há nada, começam a roubar. Chegam a casa e o pai fica a olhar de lado, não diz nada. Não têm grande relação com os pais. (...) Pais e mães que ficam a olhar os filhos de lado... os filhos entram em casa com roupa nova, com dinheiro, e eles não ligam» [Nuno]

Ainda relacionado com a dimensão familiar surge a questão da diferença de género durante o processo de socialização. Nesta população existe uma tendência cultural para a desresponsabilização masculina, começando desde logo pelos modelos familiares de referência. Na sua maioria, os jovens

rapazes não são incentivados a estudar nem a trabalhar (a não ser quando algum tipo de apoio social está em causa, ou quando os jovens começam a ter problemas com a justiça), não lhes são impostas regras nem lhes são exigidas responsabilidades ou alterações comportamentais. Assim, a maioria dos rapazes entrevistados utiliza o tempo com os amigos, usualmente na rua, em grupos de jovens sem ocupação que não poucas vezes entram por comportamentos marginais e criminosos. Por outro lado, as raparigas são desde cedo educadas para o apoio à família e para a importância do trabalho. Em primeiro lugar, essa influência começa pelo papel que as suas mães assumem na gestão da vida doméstica. Depois, desde cedo são o apoio da família para o cuidado aos mais novos: irmãos, sobrinhos ou primos. Quando as mães vão para os empregos, são usualmente as raparigas que ficam responsáveis pelos mais novos, pela sua alimentação, higiene e segurança. Referimo-nos aqui a crianças a partir dos 8/9 anos, ainda inseridas na escola primária. O futuro destas jovens fica muitas vezes comprometido por estas situações: têm que faltar às aulas e não dispõem de tempo suficiente para dedicar aos estudos. Luís Miguel Baptista, coordenador da Loja Mira Jovem, ilustrou esta situação com um exemplo em concreto: há cerca de dois anos, existia um grupo de jovens raparigas no bairro que eram ótimas bailarinas. A equipa da associação uniu esforços e conseguiram os meios para levar esse grupo ao Festival Andanças. Uns dias antes tiveram que anular a participação: a maioria das raparigas não podia ir porque tinha que ficar a cuidar de familiares mais novos. Esta alta responsabilização pela gestão familiar não afecta a vida das jovens “apenas” no que respeita à escola, às oportunidades de futuro e à minimização do tempo disponível para si próprias. Na verdade, incute nestas raparigas um forte sentido de maternidade, uma forte noção de que é a maternidade e o sustento dos filhos o principal caminho a adoptar na vida. A maternidade adolescente é um problema que afecta muitas raparigas da urbanização e para o qual não existem respostas institucionais concretas e direccionadas. O factor cultural surge mais uma vez como influência neste problema. Existe uma forte pressão social para as raparigas engravidarem logo cerca dos 16/17 anos. Para as famílias a fertilidade das suas descendentes é um sinal de prestígio social.

«Culturalmente é valorizado. Uma rapariga mãe sobe de estatuto. (...) E estou a falar de gente com 13, 14, 15 anos. (...) A partir dos 21 anos de idade se uma rapariga aqui não tem filhos é muito estranho, é anormal. E estão todas as famílias, mesmo que não tenha namorado, mesmo que não tenha ninguém, "então? e quando é que tu tens um filho?" começa a haver uma forte pressão social.»

[Miguel Baptista, Loja Mira Jovem]

Assim, as raparigas são incentivadas desde muito cedo a iniciar-se na maternidade. A maternidade da adolescência acarreta novos e profundos problemas. Em primeiro lugar, as adolescentes ainda não dispõem de estrutura psicológica, nem de vida estruturada (escolaridade e emprego) que lhes permitam uma maternidade tranquila. Por outro lado, como tem sido referido ao longo deste trabalho, existe uma forte desresponsabilização dos jovens rapazes. Assim, estas raparigas acabam por ser mães sem o

apoio efectivo dos pais das crianças. A monoparentalidade feminina é, portanto, uma das características desta população. A maternidade precoce, sem um desenvolvimento psicológico estruturado, sem estruturas de base (habitação, rendimento), traz consigo todos os ingredientes para a continuidade de reprodução dos ciclos de pobreza e exclusão a que nos temos vindo a referir. Estas jovens, embora na sua maioria empregadas, não só vivem situações precárias e de desintegração social a diversos níveis, como estão, possivelmente, a contribuir inconscientemente para a perpetuação das situações de desintegração e problemas sociais diversos que afectam a população infantil e juvenil residente, uma vez que criando os seus filhos numa situação de precariedade acabam por continuar a reproduzir e perpetuar as situações de pobreza e exclusão social.

As mudanças nas relações comunitárias foram um dos problemas mais referidos ao longo de toda a pesquisa e o principal motivo pelo qual a maioria dos moradores preferia a vida nos bairros de origem. Os bairros de origem eram marcados por um forte sentido de comunidade, pela partilha da vida quotidiana e pela vivência habitacional numa lógica de “portas-abertas”: os residentes viviam virados para a comunidade, com tudo o que de positivo e de negativo daí resultava.

“As trocas afectivas e as comunicações sociais eram realizadas portanto fora da família, num "meio" muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, (...) crianças e velhos, (...). (...) Os historiadores franceses chamariam hoje de "sociabilidade" essa propensão das comunidades (...)” (Áries, 1975:11)

Com a passagem para a urbanização de realojamento essa lógica alterou-se: a organização passou a ser marcada por uma lógica de “portas-fechadas”, estando cada família virada para si e para a sua própria casa e desvanecendo-se os laços de comunidade que existiam. Tal como referia Philippe Ariés, “*no século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular*” (Áries, 1975:265). Esta nova situação trouxe um forte isolamento social aos moradores. No que respeita aos jovens, por um lado perderam os apoios de vizinhança que tinham quando o núcleo familiar lhes faltava, e por outro lado aumentaram os comportamentos problemáticos e criminais, uma vez que deixaram de existir as redes de vizinhança que atenuavam a ocorrência deste tipo de situações. A esta situação acresceu a mistura de moradores de bairros distintos no mesmo espaço de realojamento. Se se poderia esperar que houvesse uma partilha de vivências e as diversas comunidades se integrassem na nova urbanização, na prática houve – e continua a haver – problemas de convivência e de adaptação entre estas populações. Entre os jovens, por seu lado, ocorreu também a situação inversa: alguns grupos de jovens problemáticos de diversos bairros uniram-se e integraram-se entre si. Esta situação não foi positiva: a fusão entre estes grupos impulsionou as práticas criminais e delinquentes. Por outro lado, a fusão de diversos bairros veio afectar a perda das hierarquias sociais existentes em cada um deles: os moradores não se reconheciam nas hierarquias de outros bairros, que acabaram por deixar de ter a influência que tinham junto da comunidade e perdendo-se a regulação social que ia existindo nos bairros de origem. “*Ao retirarem-se física-*

mente, os cidadãos também se retiram dos papéis de suporte mútuo que desempenham junto dos outros cidadãos, abandonando o controlo social que antigamente ajudava a manter o civismo no seio da comunidade.” (Guiddens, 2004:226) Este é um dos motivos para o aumento da criminalidade nesta urbanização e para a falta de respostas da própria população na solução destes problemas.

No que respeita às relações entre jovens e as pessoas não residentes na urbanização estas ainda são marcadas pelo estigma e preconceito social, por um lado, e por práticas de auto-exclusão e isolamento, por outro. Os comportamentos marginais que costumam estar associados aos jovens de bairros sociais foram transportados para a urbanização de realojamento. O surgimento súbito de uma urbanização com 760 fogos – onde foram realojadas populações de diversos bairros de barracas (efectivamente problemáticos e marcados por um forte estigma social ao longo dos anos) – numa zona periférica e pacata da cidade, caracterizada por aglomerados de pequenas moradias, despoletou uma onda de insegurança e desconfiança nos moradores.

«As pessoas quando ouvem falar do Casal da Mira pensam que é aquele pessoal que só quer roubar, lutar, fazer corridas de carros. (...) Quando as pessoas vieram morar aqui, vieram do bairro social (...). E as pessoas sentiram aquele medo. Quando viam um grupo de jovens negros por aqui começavam a fugir, porque antigamente não havia nada disso, antigamente era dois ou quatro, viam-se na rua raramente. E antigamente aqui era muito calmo (...). Acho que as pessoas que viviam aqui começaram a ver muita gente aqui a andar junta, depois normalmente nós jovens começamos a andar sempre à noite, a partir da meia-noite e tal e as pessoas ficam com aquele medo, “o que é que eles andam a fazer?” e começaram-se a isolar.» [Isaac]

«Do meu ponto de vista, há discriminação, e eu sei porque é que há. É pessoas que já foram assaltadas, ou a vizinhança já foi assaltada, e acho que isso... não vou dizer que não estão a pensar mal, estão a pensar bem, porque também é assim são pessoas que vão atrás da vida e chegam a casa e há bandidos na rua... se eles sentem isso eu acho que têm direito.» [Nuno]

A desocupação quotidiana dos jovens, por seu lado, leva a que se reúnam em grupos pelas ruas, diversas vezes adoptando comportamentos criminais e de vandalismo. A reunião de um estigma e preconceitos já existentes, com efectivas afrontas à segurança dos moradores praticadas por alguns jovens residentes, conduziram a um fechamento muito forte dos membros da sociedade para com os moradores desta urbanização, canalizando-se esses sentimentos não apenas para os jovens problemáticos mas para todos os moradores.

«Eles vêem uma carteira e ficam malucos, por causa de uma coisa toda a gente paga. Por causa de um pagam todos.» [Márcia]

Por outro lado, também os jovens tendem a não se tentar incluir nos sistemas sociais fora da urbanização. Embora se tenha desvanecido o espírito de comunidade fechada que havia nos bairros de origem, a população juvenil continuou fechada sobre si mesma, reduzindo, na maioria dos casos, as relações

sociais aos moradores do bairro e mostrando atitudes de desconfiança e afastamento em relação a indivíduos exteriores. Existe uma forte união e relacionamento entre os jovens residentes, que se reflecte na formação de grupos de jovens que partilham as vivências e práticas do quotidiano. Assim, assiste-se a uma situação em que os jovens usufruem de um capital social positivo entre si, mas possuem um capital social negativo no que respeita à sociedade em geral (Capucha, 2005:87).

«Não conheço muitas das pessoas que vivem aqui. Tipo... não tenho aquela confiança neles. (...) Costumo estar com os meus amigos aqui do bairro. Falo com os vizinhos que já conhecia... mais ninguém.»
[Micaela]

«Os outros que não são cá do bairro tratam-nos de maneira diferente, tipo somos discriminados porque somos pretos e isto e aquilo. Mas eu não ligo muito a isso. Só me dou com os meus amigos aqui e já chega.» [Jéssica]

Assim, compreende-se que a integração social dos jovens ao nível das relações sociais está longe de ser conseguida na sua plenitude. Se o sentimento de pertença aos grupos de jovens em que se inserem é forte e influencia as práticas quotidianas e os padrões de comportamentos, valores e escolhas individuais; por seu lado a relação com outros segmentos populacionais da urbanização fica por vezes dificultada; e as relações sociais com indivíduos de fora da urbanização é marcada pelo preconceito, insegurança e desconfiança de ambas as partes.

«Eu acho que as pessoas que não são de cá olham para a gente daqui de maneira diferente. Tem pessoas que só porque ouviram que o Casal da Mira tem assaltos e problemas dizem “tu és donde?”, “sou do Casal da Mira”, “és dali?? Fogo, nem acredito!!”. Por isso, *ya*, há pessoas que têm preconceitos. Quando sabem que somos daqui tipo, olham logo a gente de lado.» [Márcia]

“Quando dizemos que somos do bairro a conversa muda logo, olham-nos de outra maneira... Tipo, as outras pessoas não nos percebem... Parece que tipo... vivem noutra mundo (...)” [Vânia]

As intervenções institucionais segundo o olhar dos jovens

No que diz respeito à relação entre a população e as instituições não se detectaram problemas relacionados com a dificuldade de acesso dos jovens a nenhuma das instituições que intervêm no contexto. Todavia, detectou-se um problema de comunicação entre a Câmara Municipal e a população residente. Os jovens sentem que não são escutados por quem tem a responsabilidade na intervenção na urbanização. Embora as técnicas que contactam com a população tentem dar resposta à maioria dos problemas sociais vividos, existem questões que dependem de estruturas hierárquicas superiores. A esse nível a lógica de decisão é baseada maioritariamente em factores económicos e de visibilidade das situações para a opinião pública, escasseando as respostas ao nível social. A população tem vindo a reivindicar

alguns pedidos de intervenção no bairro, nomeadamente ao nível das infra-estruturas complementares (parques infantis, lombas na estrada, ocupação dos espaços destinados a comércio, construção de um campo de futebol) aos quais não têm obtido resposta. O sentimento que se detectou entre a população juvenil do bairro é de descrença na Câmara Municipal, que por vezes se reflecte noutras instituições.

«Eu acho que o que faz falta aqui para melhorar a vida das pessoas, é as pessoas que são responsáveis... mesmo as pessoas que são responsáveis pelo bairro, vir e falar com as pessoas... mesmo com a comunidade. Estou a falar, tipo, no exemplo do Raposo, do presidente, falar e ouvir. Se ele falar, tipo, vir e ouvir o que as pessoas têm para dizer acho que assim ele vai poder saber o que está mal e o que não está mal. Agora se ele nunca vier e não der ouvidos, nunca vai saber, as pessoas vão ficar sempre a acumular raiva.» [Nuno]

A dificuldade de comunicação é, então, o principal problema de relacionamento entre os jovens e a Câmara Municipal. Todavia, entre os jovens e a Polícia de Segurança Pública (PSP) os problemas relacionais atingem níveis mais preocupantes. Os jovens encaram a polícia como uma instituição hostil, havendo práticas recorrentes de violência contra os agentes policiais. A prática mais comum é o apedrejamento a viaturas policiais. A arquitectura dos prédios permite um fácil acesso aos telhados pelo exterior¹⁷. Existem grupos de jovens que guardam pedras nos telhados para poderem arremessar aos carros patrulha. Por outro lado, a organização do espaço – três fileiras de prédios numa zona territorial elevada – permite a utilização de certos pontos como zonas de vigia, a partir das quais esses grupos de jovens controlam as entradas e saídas na urbanização. Por outro lado, a PSP não aplica neste território a lógica de policiamento de proximidade que aplica noutros contextos. As rondas são pouco frequentes, existem rusgas policiais regulares. De forma a manter sobre controlo um território marcado pelas situações de criminalidade acima descritas, a PSP optou por manter “*o bairro um pouco debaixo de medo*” [Miguel Baptista, Loja Mira Jovem]. A população juvenil é marcada por sentimentos de raiva e violência para com esta instituição, o que dificulta as intervenções policiais e aumenta os comportamentos violentos por parte dos jovens.

“O “policiamento comunitário” implica não só apoiarem-se cidadãos, mas também mudar a perspectiva habitual das forças policiais. Uma ênfase renovada na prevenção do crime mais do que na imposição da lei, pode ir a par da reintegração do policiamento na comunidade. O isolamento da polícia daqueles que é suposto servir tende geralmente a produzir uma mentalidade fechada, pois a polícia tem pouco contacto regular com os cidadãos comuns.” (Guiddens, 2004:226)

¹⁷ Nos prédios, a zona de estendais é protegida por um gradeamento horizontal, em toda a altura do prédio, que é utilizado por alguns jovens como escada para aceder aos telhados. Imagens ilustrativas no Anexo D.

No que respeita à relação com os restantes actores institucionais, não foram relatados problemas. As crianças e jovens dirigem-se à Loja Mira Jovem para ocupação quotidiana (através de jogos, *workshops*, apoio ao estudo) e para apoio na procura de emprego. Para a procura de emprego recorrem também à associação Unidos de Cabo Verde. Existe um sentimento de respeito pelas instituições que trabalham directamente no apoio à população, como o Centro de Dia para idosos, a Cruz Vermelha e a nova Pressley Ridge.

Os segmentos populacionais afectados por sentimentos de revolta, descrença e raiva para com algumas instituições acabam por adoptar uma atitude mista defensiva e agressiva em relação às mesmas e aos técnicos que as personificam no seu quotidiano. Assim, a gestão do parque habitacional é afectada pela não colaboração destes moradores. Por outro lado, o sentimento de que não são escutados por parte das instituições responsáveis desperta nos jovens um maior sentimento de isolamento e distanciamento social face ao exterior da urbanização.

3.4 – Comportamentos

Até este ponto tem vindo a analisar-se a integração social do ponto de vista da inclusão em sistemas sociais considerados básicos para uma plena participação na sociedade de referência. Todavia, tal como foi explicitado no Quadro Teórico e no Modelo Analítico, o estudo da integração social também deve ter em conta os padrões de comportamentos dominantes no segmento populacional em estudo. Na presente pesquisa abordaram-se as dimensões: comportamentos auto-destrutivos, criminalidade, perspectivas de futuro e ocupação quotidiana.

Quadro nº 3.5 – Principais problemas por dimensão dos Comportamentos

Comportamentos	
<p>Comportamentos auto-destrutivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo de drogas leves 	<p>Criminalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Roubos: casas, pessoas e viaturas - Corridas ilegais - Armazém de bens roubados - Vandalismo, pequena criminalidade
<p>Perspectivas de futuro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desinteresse pela escolaridade e pelo emprego - Falta de projectos de futuro e objectivos de vida 	<p>Ocupação quotidiana</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte e generalizada desocupação quotidiana - Formação de grupos juvenis

Comportamentos problemáticos juvenis

Usualmente os contextos socialmente desfavorecidos, como é o caso dos bairros sociais, são marcados por situações graves de dependências e tráfico de estupefacientes. As dependências costumam acontecer ao nível das drogas “pesadas” (heroína e cocaína) e do alcoolismo. Os bairros de origem destas populações não eram excepção. Para além disso, como estavam localizados em zonas mais próximas dos centros urbanos, eram locais relevantes de tráfico de estupefacientes. Contudo, no Casal da Mira a

situação é diferente. Existem alguns casos graves de alcoolismo entre as camadas mais velhas da população (homens de meia-idade).

«Alcoolismo sim. Nos homens mais velhos. No meu prédio há um senhor que bebe todos os dias e depois começa a discutir com a mulher e com os filhos.» [Micaela]

Todavia, não existem casos de alcoolismo na camada populacional em estudo. Pelo que foi apurado durante a pesquisa empírica, também não existem casos de consumo de estupefacientes. Segundo uma das jovens entrevistadas, em todo o bairro existem no máximo dois casos de jovens que consomem drogas pesadas. A possível explicação para esta alteração baseia-se no facto nos bairros de origem a maioria dos toxicodependentes não eram oficialmente moradores do bairro, dirigiam-se àquele local visto estarem ali concentrados sistemas ilegais de tráfico de estupefacientes. O consumo por parte da população residente não era expressivo. Uma parte dos jovens dedicava-se ao tráfico de estupefacientes, contudo no actual contexto de realojamento – uma vez que a urbanização se situa numa zona tão periférica e isolada – essas redes de tráfico deixaram de existir ou são praticamente nulas

Entre os jovens a prática comum é o consumo de drogas leves: o *charro* – expressão utilizada para definir várias formas de consumo de *Cannabis*. «Dizem que a “ganza” e o “charro” é droga... ya, disso há, eles fumam. Agora, branca ou essa coisa, não há nada disso aqui» [Nuno]. Os jovens consomem em situações de convívio social, nomeadamente festas, e por vezes durante a noite em grupos na rua. Nesta população é visto usualmente como uma questão cultural, um ritual de passagem. Os jovens têm tendência para começar a consumir cerca dos 15/16 anos e para largar o consumo uns anos mais tarde. O consumo destas drogas leves assume-se como uma demonstração de emancipação e crescimento pessoal. O consumo não é regular, pelo que não são conhecidos casos de dependência.

Os jovens e a criminalidade

Se os comportamentos auto-destrutivos não são um problema relevante que afecte o grupo populacional em estudo, já os problemas ligados à criminalidade juvenil levam a que se considere – de forma não oficial – o Casal da Mira como o bairro mais inseguro do concelho da Amadora.

Uma grande parte dos jovens (masculinos) integra grupos com comportamentos criminosos e com práticas de vandalismo. As práticas mais comuns são os roubos a pessoas (fora da urbanização, mas também à população residente), roubos de carros e de bens do interior das viaturas e assaltos a habitações (tanto apartamentos na urbanização, como às moradias em redor).

«Há roubos, roubos de carros e roubos de pessoas. As pessoas sentem-se inseguras. Os jovens daqui roubam mesmo a vizinhança do bairro, as pessoas que moram aqui dentro. Assaltam mesmo, e as casas também.» [Nuno]

O sentimento de insegurança entre os moradores é generalizado, embora nem todos os jovens entrevistados o admitam. Os técnicos entrevistados deram conta do medo que os moradores sentem ao andar

nas ruas da urbanização a determinadas horas. Foram relatados casos de famílias com precariedade económica que preferiram alugar casas noutras zonas da cidade (a custos muito mais elevados) do que continuar a viver no Casal da Mira. Esta situação não era comum nos bairros de origem, onde o espírito de comunidade e o respeito pelas hierarquias sociais condicionavam as práticas criminosas dos jovens, que não assaltavam nem agrediam membros da comunidade. Com a passagem para a situação de realojamento, perderam o respeito pelas hierarquias e as suas práticas descontrolaram-se. Por outro lado, a mistura de pessoas vindas de diversos bairros num mesmo local levou a que não exista aqui uma noção de vizinhança. Embora partilhem o mesmo espaço físico, estas pessoas não se sentem membros na mesma comunidade e continuam a olhar-se mutuamente como “os outros”.

Para além dos roubos existem outras práticas de criminalidade e negócios ilícitos a correr na urbanização. Dentro destas, a que causa maior insegurança nos residentes são as corridas de automóveis e motos. Alguns grupos de jovens utilizam viaturas roubadas noutras zonas da cidade em corridas ilegais no interior da urbanização. A organização arquitectónica do espaço é favorável¹⁸: a urbanização é composta por três fileiras de prédios, separadas por duas avenidas compridas e largas, propícias a este tipo de práticas. Embora existam duas rotundas na avenida central, elas não são impedimento para as corridas. A população tem vindo a pedir a instalação de lombas na estrada, pedido que até ao momento não foi concretizado. Muitas pessoas sentem medo de sair à rua a partir do final do dia, não apenas pelos roubos, mas pelo perigo real causado pelo excesso de velocidade nas ruas. Um dos entrevistados deu conta da situação mais grave que aconteceu até agora: durante o verão uma menina de seis anos foi atropelada por um destes condutores e ficou paraplégica.

Outra das mais graves práticas criminais na urbanização é o tráfico de armas e de materiais roubados. Alguns dos jovens residentes estão inseridos em redes organizadas de roubo e tráfico espalhadas pelo município. O Casal da Mira, devido à sua localização periférica, à pouca iluminação nocturna e ao isolamento físico de que padece, torna-se um dos locais predilectos por estas redes para armazenar os materiais roubados. De uma forma informal – porque este assunto continua a ser algo *tabu* – soube-se que este local está marcado pela Polícia Judiciária com um dos locais onde há mais concentração deste tipo de crime na zona da Amadora. Embora existam diversos tipos de bens roubados por estas redes – nomeadamente aparelhos electrónicos (telemóveis, computadores, câmaras fotográficas, televisores, etc.) e viaturas (automóveis e motociclos) – o mais preocupante é o tráfico de armas. Não se tem noção – pelo menos oficialmente – da dimensão deste problema, mas é considerado o mais preocupante dado o risco acrescido que representa para a segurança pública. Foram inclusive relatados casos de crianças menores que participam com os pais e/ou os tios nestes processos.

A aliar a esta criminalidade mais grave, existem as pequenas práticas de vandalismo. Usualmente praticadas por grupos de jovens diferentes dos anteriores, que expressam os seus problemas

¹⁸ Confira a planta da urbanização no Anexo C

familiares e as dificuldades de inserção escolar e social através de pequenos actos de vandalismo como pintura nas paredes, quebra de vidros, entre outros.

A criminalidade é, portanto, um dos mais graves problemas a afectar o Casal da Mira. Assume contornos mais preocupantes uma vez que o défice de integração social da maioria dos jovens conduz a que muitos deles vejam nos grupos problemáticos um modelo de vida, um exemplo a seguir, e uma forma de inclusão social. É junto destes jovens que o trabalho das diversas instituições assume um papel relevante na sensibilização para outros estilos de vida e nas actividades de ocupação quotidiana que permitem mantê-los afastados o máximo de tempo possível da influência dos grupos mais problemáticos.

A ausência de perspectivas de futuro

Grande parte dos jovens residentes não tem definidos planos e/ou objectivos de vida. Os problemas de insucesso escolar, as carências familiares e uma certa cultura de pobreza que afecta o meio familiar em que se inserem, conduzem a sentimentos de desmotivação escolar e profissional. Por outro lado, estes jovens são marcados por altos níveis de desmotivação, alienação social e perspectivas fatalistas do futuro. Os modelos sociais de referência desta população são de gerações marcadas pela precariedade, exclusão social, baixas qualificações, desemprego e empregos precários. Assim, instalam-se nestes jovens perspectivas negativas e dogmáticas de como será o seu futuro. Não demonstram possuir planos de vida, nem objectivos escolares e/ou profissionais. Esta postura conduz à formação de um ciclo de exclusão: quanto maiores as dificuldades escolares e profissionais, maior a desmotivação; diminuem os projectos de vida, o que conduz a uma maior desmotivação e desinteresse pelas esferas escolares e profissionais.

«O que é que eu quero fazer do meu futuro?... sei lá! Viver a vida só.» [Vânia]

«Tipo, a escola... não me chama. Para quê? Não aprendo nada! E acho que nunca vou trabalhar no que queria. (...) Já viu esta crise? Nem vale a pena!» [Márcia]

«Não quero estudar... não sei bem o que vou fazer. É difícil arranjar trabalho... porque somos do bairro. Nem vale a pena procurar.» [Jéssica]

Assim, a ausência de projectos de vida assume-se simultaneamente como causa e efeito do processo de desintegração social que afecta estes indivíduos.

(Des) Ocupação Quotidiana

Num território onde a população é marcada por níveis elevados de inactividade laboral e por baixas qualificações e abandono escolar precoce, surgem questões relacionadas com a ocupação quotidiana dos jovens residentes. Ao longo da pesquisa empírica compreendeu-se que este é um dos factores que mais afecta a vida quotidiana dos jovens. Os jovens que não têm emprego e que não frequentam a

escola encontram-se desocupados durante a maior parte do dia. Parte destes jovens frequenta a associação Loja Mira Jovem (dias úteis, 10h-14h e 15h-19h). Embora a associação seja bastante frequentada, existem muitos jovens que não têm o hábito de ali passar os seus dias. Contudo, não existem outros espaços de convívio e lazer na urbanização. O campo de futebol não tem dimensão para responder às necessidades (“aquilo não é campo nem é nada”, “não dá para meter ali nenhuma equipa”, “não há espaço para correr”, “só é bom para as crianças pequenas” são os comentários mais comuns sobre o campo). Não existem cafés, biblioteca, ou outras zonas de ocupação dos tempos-livres. Assim sendo, grande parte dos jovens passa os dias em grupos espalhados pelas ruas da urbanização. Essa grave desocupação quotidiana, aliada a todas as características específicas e tendencialmente problemáticas que temos referido até aqui, conduzem por diversas vezes a práticas de vandalismo e pequena criminalidade. A maioria das paredes da urbanização está pintada, as lojas e prédios vandalizados. Os únicos locais em que não se notam estes tipos de actos são o parque infantil, o campo de futebol e o mural de graffiti pintado por jovens com o apoio da Loja Mira Jovem.

«Diz-me lá o que é que tu farias? Aqui no meu lugar, o que é que tu farias se fizesses as mesmas merdas todos os dias? Todo o dia sentado no mesmo degrau...»

[excerto de *rap* cantado por um grupo de jovens do Casal da Mira no documentário *Cinema de Bairro*.]

A desocupação quotidiana surge, então, como um problema social impulsionador de comportamentos problemáticos e influenciador de sentimentos de desmotivação a diversos níveis, de alienação social e de perspectivas negativas sobre o futuro.

3.5 - Positivo ou negativo? O papel do Realojamento na (des) integração social juvenil

Como tem sido referido até este ponto, são diversos e multidimensionais os problemas que condicionam a inserção social dos jovens residentes no Casal da Mira. Todavia, estes não podem ser compreendidos fora do contexto social em que ocorrem. Deve ter-se em consideração as características comuns a todos estes jovens: o facto de terem vivido num bairro social, a residência num bairro de realojamento e todo o processo e mudanças na sua vida que daí resultam.

Importa recordar que o Programa Especial de Realojamento se centra na atribuição de uma habitação a famílias que viviam em bairros ilegais, degradados e precários a diversos níveis. As opções políticas de realojamentos em massa, com meios, recursos e prazos limitados, sem espaço para o estudo aprofundado das populações, conduziram a maus resultados que ainda hoje – passada quase uma década – se continuam a reflectir no quotidiano destas populações. (Cachado, 2009)

«O pior do realojamento foi mandar a baixo tudo o que sempre tivemos» [Carlos]

Em primeiro lugar, há que ter presente as características da população: maioritariamente cabo-verdianos (ou descendentes directos), residiam em bairros que replicavam fielmente a organização,

cultura e vida quotidiana do seu país de origem. A vida em comunidade era gerida numa lógica de partilha quotidiana, com uma organização de “portas-abertas”: toda a vida social e familiar era virada para fora, para a vizinhança e a comunidade. Dividia-se entre os vizinhos o apoio às famílias, nomeadamente quando eram mais afectados por carências ao nível dos bens básicos (alimentação, por exemplo) e quando necessitavam de apoio no cuidado das crianças. Com a passagem para o realojamento tudo isso se alterou. A estrutura arquitectónica da urbanização condiciona as relações de vizinhança. A passagem de casas térreas construídas em proximidade, para um conjunto de 39 prédios, leva a que cada família se cinja ao seu apartamento, quebrando os laços sociais e contactos com os vizinhos que marcavam o quotidiano. Por outro lado, a própria divisão dos lotes por cores cria algum distanciamento entre os indivíduos. No processo de realojamento não foram respeitadas as relações próximas de sociabilidade (família e vizinhos) pelo que pessoas que viviam em casas perto umas das outras, que partilhavam a maioria do seu quotidiano, foram colocadas em zonas distintas da urbanização.

«(gostava mais da) Azinhaga. Porque lá todos convivíamos uns com os outros, nós íamos a casa uns dos outros. A amizade era outra coisa. Agora aqui não, eu entro em casa e fecho a porta. Não vejo ninguém.» [Ana]

«Tem pessoas que eram mais unidas no bairro, tipo na azinhaga, e vieram cada um... um mora nos azuis, outro nos vermelhos, outro nos amarelos... há sempre aquela distância.» [Márcia]

Este distanciamento social e quebra de sentido de comunidade causados pelo realojamento afecta a inclusão social dos indivíduos. Por um lado, aumentam os comportamentos problemáticos de alguns grupos de jovens, que sem hierarquias sociais que controlem os seus actos no seio da comunidade, são dominados por sentimentos de impunidade, que conduziram ao aumento das práticas criminais. Este aumento da criminalidade no interior da urbanização, em conjunto com o fim do respeito pelos membros da comunidade, conduz a um sentimento generalizado de insegurança sentido pela população residente.

Noutro sentido, a quebra dos laços sociais de vizinhança agravou as situações de privação de diversos segmentos da população. Em primeiro lugar, as crianças passaram a ter muito menos acompanhamento e redes de apoio. Nos bairros de origem, havia membros da população próximos das famílias mais ausentes da educação infantil que os apoiavam, que cuidavam das crianças e lhes davam as refeições enquanto os pais estavam no emprego. Estes membros da comunidade acompanhavam as crianças também nos casos de pais negligentes na educação dos filhos. Na urbanização de realojamento essa prática é muito menos recorrente¹⁹. No novo bairro a situação é diferente. Actualmente as crianças e jovens passam a maioria do tempo extra-curricular na rua, ou em casa a cuidar de irmãos

¹⁹ Informações prestadas pelos professores da Escola Básica / JI Casal da Mira

mais novos. As camadas mais idosas da população, por seu turno, enfrentam agora situações de isolamento que não aconteciam nos bairros de origem.

Por outro lado a mudança de casas térreas para prédios também se tem mostrado algo problemática a nível da gestão da vida doméstica quotidiana. Foram relatados pela Câmara Municipal da Amadora (CMA) casos de famílias que têm demonstrado graves dificuldades de adaptação à vida em apartamentos. Por outro lado, nos bairros de origem a maioria das pessoas tinha hortas e criava animais, o que minimizava os efeitos da carência económica. Nos apartamentos tal não é possível, pelo que algumas famílias demonstram maiores carências alimentares do que nos bairros de origem. Os terrenos em redor da urbanização têm progressivamente vindo a ser ocupados por moradores que os utilizam como hortas urbanas. Os produtos produzidos são para consumo próprio, embora segundo conversas informais com alguns moradores, algumas destas pessoas vendam aos vizinhos os excedentes. Esta é uma forma de garantir uma parte da alimentação em famílias desempregadas. Nestas hortas existe uma forte plantação de cana-de-açúcar, segundo os moradores utilizada para fazer mel de cana e *grogue* (bebida alcoólica típica cabo-verdiana). Também estes bens são comercializados informalmente na urbanização.

(quais foram os aspectos positivos do realojamento?) «Nada! Eu acho que nada! Porque eu tinha melhores condições do que aqui! Eu tinha mais condições, em tudo. Por acaso tinha lá casas que precisavam mesmo de reformas. Mas a minha não... a minha não havia necessidade. E lá tinha mais condições porque tinha quinta, tinha animais, tinha aves, não tinha essa necessidade como tenho aqui. Aqui quase não tenho nada! Aqui o Lidl parece que é em Benfica! O café parece que é em Belém! Aqui é tudo distante. Mas lá não, lá tínhamos tudo.» [Márcia]

A opção por um realojamento em massa, numa urbanização de grandes dimensões, construída num local periférico e isolado do município, faz com que este território não se funda na malha urbana envolvente. Por um lado, o “destaque” físico da urbanização num território maioritariamente de terrenos e casas térreas; por outro, a fraca iluminação nocturna e a escassez de serviços; conduzem ao isolamento deste território. Os preconceitos sociais que a sociedade do município tinha em relação aos bairros degradados de origem, foram transferidos para esta urbanização. Assim, a população residente continua a ser afectada por um isolamento social e territorial em relação ao restante município, o que dificulta o processo de integração social.

Mas nem tudo no realojamento foi negativo. O principal factor positivo deste processo foi a melhoria das condições habitacionais da população. As habitações dos bairros de origem eram ilegais, de auto-construção e na sua maioria precárias, não apresentando as condições mínimas de habitabilidade. As habitações de realojamento por seu lado são novas, e embora sejam de construção a custos limitados, no geral os apartamentos têm boa qualidade. A principal melhoria para as famílias deu-se ao

nível do espaço, visto que estas casas são atribuídas para que o número de assoalhadas esteja de acordo com o número de membros do agregado.

«Bom foi que nos mudaram para uma casa melhor. Porque lá morávamos numa barraca.» [Jéssica]

«(o realojamento) deu alguma ajuda, no aspecto da casa e de algum conforto.» [Vânia]

«A única coisa que eu gosto é que tenho um quarto só para mim! Porque antes era eu e a minha prima, partilhávamos o mesmo quarto. E agora tenho um quarto só meu, só eu é que mando.» [Márcia]

Assim, pode concluir-se que o processo de realojamento, embora tenha sido desenvolvido com o intuito de melhorar as condições de vida das populações e promover a sua integração social, no caso estudado do segmento juvenil do Casal da Mira não surtiu os efeitos desejados. Estes jovens continuam a ser afectados por uma situação complexa de exclusão social, em alguns casos aumentada com a transição para a urbanização de realojamento.

3.6 - Aproximação ao diagnóstico

Após a análise efectuada, chegou-se à conclusão que a situação em termos de integração social é problemática. A exclusão social continua a estar presente na vida desta população em diversas dimensões. Considera-se, portanto, que os dados recolhidos permitem traçar um diagnóstico social da população juvenil da urbanização Casal da Mira, no que respeita à temática em causa.

A metodologia de Diagnóstico Social é característica do ramo sociológico ligado à Investigação-Acção. Esta corrente metodológica caracteriza-se por práticas de investigação orientadas para a intervenção em contextos específicos. É, teoricamente, a fase que antecede a elaboração de projectos de intervenção com base científica. Tem como objectivo final a mudança da realidade através da definição de estratégias e planos de intervenção, e entende o conhecimento de um contexto como algo dinâmico, que só pode ser atingido na sua plenitude se forem tidos em conta todos os aspectos que o compõem. Ou seja, neste género de investigação tem-se em conta o fenómeno e todos os factores - intrínsecos e extrínsecos - que o influenciam. Este modelo de investigação pressupõe, também, o envolvimento de todos os actores na produção do conhecimento, passando estes de objecto passivo de análise, para intervenientes na própria investigação.

“As metodologias de investigação-acção permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes.” (Isabel Guerra, 2002:52)

Se a investigação tem como objectivo último a definição de estratégias de intervenção para mudar a realidade, importa possuir um conhecimento aprofundando e abrangente dessa mesma realidade. Para

definir linhas de intervenção é preciso em primeiro lugar perceber o contexto e os problemas que o afectam. A esta definição de problemas chama-se usualmente Análise de Necessidades ou Diagnóstico. Nesta fase pretende-se conhecer os principais problemas e necessidades que afectam o contexto, bem como fazer uma análise comparativa entre a situação actual e a situação desejada. Este processo é composto por três fases principais: pré-diagnóstico, diagnóstico e definição de prioridades de intervenção.

A fase de pré-diagnóstico é exploratória, pretende reunir, organizar e analisar as informações disponíveis acerca do grupo-alvo. É nesta etapa que se definem as dimensões centrais da análise, o modelo analítico e o quadro metodológico. A recolha de informações baseia-se maioritariamente na análise documental e nas entrevistas a informadores privilegiados.

É na fase do diagnóstico que se determinam os principais problemas que afectam o contexto em estudo, bem como as suas causas, efeitos e principais necessidades. Pressupõe uma análise multi-dimensional e relacional de todas as informações, pelo que é a etapa de investigação mais intensiva e a que requer uma maior mobilização de conhecimentos e recursos por parte do investigador. É aqui que se vão compreender quais as principais áreas problemáticas, quais as potencialidades de certos tipos de intervenção, bem como as relações causais e os processos estruturados que compõem a realidade em análise.

Por último, a fase de definição de prioridades de intervenção. Nesta fase definem-se as áreas em que é prioritário intervir, o tipo de intervenção a realizar e os actores a envolver, bem como os problemas e necessidades aos quais essa intervenção virá dar resposta. Importa sempre tentar agir sobre as causas dos problemas, de forma a não atenuar apenas a situação durante um período, mas sim a alterar a realidade para que os processos problemáticos não se realizem. Assim, aquando da concepção de projectos de intervenção a partir das linhas estratégicas é importante ter em conta que as acções a desenvolver deverão ser sustentáveis, ou seja, deverão ter capacidade de agir sobre as causas dos problemas para que os impactos se continuem a sentir na realidade mesmo após a conclusão das intervenções.

Tendo em conta o âmbito da presente pesquisa, não se pretende realizar um diagnóstico social completo em todas as suas etapas e exigências. Assim, é efectuada aqui uma aproximação a essa metodologia de estudo. Após a caracterização da população em estudo, bem como do contexto social e físico em que se insere, definiram-se as dimensões consideradas centrais para analisar a integração social deste segmento populacional. Seguidamente realizar-se-á uma sistematização articulada dos principais problemas, suas causas e efeitos. Dada a multidimensionalidade e complexidade deste contexto, alguns fenómenos surgem simultaneamente como problema, causa e efeito da situação presente. Para realizar esta análise recorreu-se à técnica de construção de Árvores de Problemas: para cada uma das áreas problemáticas definidas, seleccionou-se o problema central. Seguidamente, analisaram-se os restantes problemas para definir “*se um dado problema é uma causa ou um efeito particular do problema central.*” (Schiefer, 2006:124)

Começando pela Árvore de Problemas “Vida Escolar” (Anexo F, pág. XXIII), consideraram-se como problemas centrais o “abandono escolar precoce” e o “insucesso escolar”. Estes problemas têm como principais causas a alta “desmotivação” e “desinteresse” escolares, a “descrença na escolaridade enquanto factor de inserção profissional” e os próprios “contextos familiares”. Nestes últimos incluem-se os “modelos de baixa escolaridade” que são a referência dos jovens durante o processo de socialização, bem como o “afastamento em relação à educação” por parte dos responsáveis de educação. Estes processos traduzem-se em “padrões de reprodução de baixas qualificações” passados através da socialização e que têm vindo a afectar esta população em diversas gerações. Traduzem-se também numa “baixa formação profissional” e nas consequentes “dificuldades de inserção profissional”. A partir da análise desta árvore de problemas consideram-se, então, necessários processos de capacitação parental que estimulem um maior envolvimento dos familiares no processo educativo das crianças e jovens. Necessárias são também medidas escolares de prevenção do abandono e de diminuição do insucesso escolar. Para isso, considera-se pertinente uma intervenção a diversos níveis: não só em termos estritamente de ensino, mas também de capacitação social ao nível do relacionamento interpessoal, e regras de consciencialização para a escolarização.

No que respeita à árvore “vida profissional” (Anexo F, pág. XXIII) os maiores problemas detectados foram os altos níveis de “desemprego” e a concentração de “empregos desqualificados e precários”. Estes problemas derivam da “baixa escolaridade” e “baixa formação profissional”, da “falta de capacitação profissional” e dos “modelos familiares”. Também aqui a “desmotivação” assume um papel relevante. Considera-se também importante a influência do “território”, visto que por diversas ocasiões as dificuldades de conseguir emprego se encontram relacionadas com o local de residência, espelhando o “preconceito social” existente em relação a esta população. Estes problemas têm como efeito os “baixos rendimentos” característicos desta população, bem como a “dependência de apoios estatais”. Conduzem também a situações recorrentes de “pobreza” ao nível dos bens básicos de vida. Por outro lado, esta desocupação profissional, aliada à desocupação escolar acima referida, conduz uma forte e generalizada “desocupação quotidiana” entre os jovens. Face ao exposto, considera-se então necessário um reforço das intervenções ao nível da motivação e sensibilização para a importância da inserção no mercado de trabalho, bem como ao nível da formação para a capacitação profissional. Considera-se também pertinente a definição de um sistema de acompanhamento e apoio à inserção profissional, nomeadamente ao nível do incentivo à criação de postos de trabalhos por parte dos moradores, através da institucionalização dos sistemas de economias informais que existem nesta população. Poder-se-ia facilitar o acesso destes moradores aos espaços destinados a lojas e comércio existentes na urbanização. *«O bairro é grande e tem muitas lojas... podiam fazer um mini centro comercial aqui dentro e dar trabalhos a quem procura e não consegue»* [Vânia]

Passando então à árvore “relações sociais” (Anexo F, pág. XXIV), como principais problemas surgem o “isolamento social”, a “perda de sentido de comunidade” e as “carências afectivas”. Como causas destes problemas consideraram-se o processo de “relojamento”, o próprio “território”, a “inse-

gurança” sentida na urbanização e o “preconceito social”. Ao nível das relações familiares considerou-se como principal causa as “famílias ausentes” da vida quotidiana e da esfera sentimental dos jovens. Esta situação conduz à “quebra de laços sociais” a diversos níveis, ao “aumento de situações de pobreza e isolamento” e à “falta de regulação social” da própria comunidade. Surge então como necessidade a aplicação de processos de desenvolvimento comunitário, que surjam como impulsionadores da vida em comunidade e que apoiem no aumento das relações entre membros da comunidade. Estes processos são também importantes na restauração das hierarquias sociais, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento e reconhecimento de hierarquias comunitárias positivas que contribuam para a regulação social e para a melhoria da comunicação e relacionamento internos da população. Ao melhorar a comunicação e relação entre membros da sociedade está-se a contribuir não só para a redução do isolamento, como para a consciencialização familiar, e para a redução das práticas problemáticas dos jovens residentes. Este é considerado o primeiro passo para o fomento da visibilidade exterior desta população e a consequente diminuição do preconceito social existente. Importa referir que o Contrato Local de Desenvolvimento Social estabelecido em Maio pressupõe a implementação de um projecto de desenvolvimento comunitário que está actualmente a ser definido.

A árvore “intervenções institucionais” (Anexo F, pág. XXIV) diz respeito à percepção das intervenções por parte dos jovens – aqui são centrais as necessidades de infra-estruturas e intervenções ao nível psico-social na urbanização por parte das instituições com intervenção neste contexto. Estas necessidades são causadas pela “falta de respostas sociais” e pelas “dificuldades de comunicação” entre a população e as instituições. Aqui inclui-se os problemas de relacionamento entre a população e os agentes da autoridade policial, o que estará relacionado com a “necessidade de policiamento de proximidade” neste território. Visto ser um território com elevada concentração de criminalidade, a Polícia de Segurança Pública investe num policiamento baseado em rusgas policiais e no controlo destas práticas pela instauração de um clima de medo e distanciamento em relação a esta instituição de autoridade. Os jovens com comportamentos criminais, sentindo a sua liberdade ameaçada, adoptam práticas de violência contra os agentes da autoridade. Como efeito a “intervenção e prevenção policial dificultam-se”. A falta de infra-estruturas e de intervenções de apoio à população conduzem a “sentimentos de isolamento social” e de “descrédito nas instituições”. Traduzem-se também na “falta de serviços” e de “espaços de convívio e lazer”, bem como em algum “aumento dos actos de vandalismo”. Surge então como necessidade uma melhoria nas formas de comunicação e relacionamento entre as instituições e os jovens residentes, nomeadamente através da resposta a alguns pedidos formalizados e da aposta em acções de proximidade e de aumento da confiança.

No que respeita à árvore “criminalidade” (Anexo F, pág. XXV) os problemas centrais são os “roubos”, o “tráfico”, o “vandalismo” e o “consumo de drogas leves”. As causas principais destes problemas são a “falta de regulação da comunidade”, os “sentimentos de impunidade”, a “concentração de grupos com comportamentos problemáticos” no mesmo espaço, a “junção de diversos bairros”, bem como o próprio “território”. A estas acrescem a “desocupação quotidiana”, as “carências econó-

micas” e as “carências familiares”. Como efeitos destas práticas surgem a grave sensação de “insegurança” que afecta a população, a “visão exterior negativa da urbanização” e a “degradação do espaço público”. Por outro lado surgem também como efeitos o “desemprego” e o “abandono escolar precoce”. Afigura-se necessária a intervenção ao nível da desocupação quotidiana, através da implementação de programas de apoio à ocupação e da criação de espaços de convívio e lazer. A maior necessidade será possivelmente um reforço do policiamento de prevenção e a prática de um policiamento de proximidade de forma a conseguir a confiança dos moradores e possibilitar uma acção mais directa e eficaz a este nível.

Na árvore “ocupação quotidiana” (Anexo F, pág. XXV) o principal problema é precisamente o seu oposto, a “desocupação quotidiana”. Esta tem sido referida anteriormente com uma das principais causas para os diversos problemas que afectam a inclusão social destes jovens. As suas causas são principalmente o “abandono escolar”, o “desemprego”, a “falta de espaços de convívio, lazer e desporto” e os “modelos familiares” de referência. Como efeito deste problema surgem todos os “comportamentos problemáticos” já descritos, o “consumo de drogas leves” e a “alienação social”. Neste domínio a principal intervenção será a criação de respostas ao nível da ocupação quotidiana destes jovens. Um caminho possível poderia ser a aplicação de projectos de ocupação quotidiana que simultaneamente integrassem os jovens na comunidade, através de medidas de apoio comunitário, por exemplo. Torna-se também necessário o aumento dos serviços na urbanização, como café, biblioteca, salão de jogos. Ao longo deste estudo a necessidade mais referida por todos os jovens e técnicos é a construção de um campo de futebol com as medidas oficiais, que permita a prática de desportos de equipa, o que poderá afectar positivamente as relações sociais, os sentimentos de integração e as práticas quotidianas destes jovens. Alguns jovens referem a possibilidade de ocupar os jovens através de programas desportivos em que os mais velhos poderiam dar aulas e treinar as crianças da urbanização. Considera-se a prática desportiva como o meio possivelmente mais eficaz de redução da desocupação (com todas as consequências daí resultantes) por ser a predilecta dos jovens e por exigir um forte trabalho de cooperação no seio das equipas.

Por último, a árvore “perspectivas de futuro” (Anexo F, pág. XXVI). Aqui surge como problema central a “falta de projectos de vida”, causado pelo “insucesso escolar”, “desemprego”, “desinteresse escolar e profissional” e pelos “modelos familiares”. Como efeito surge simultaneamente o “desemprego”, as “baixas qualificações”, a “desmotivação” a diversos níveis e a “alienação social”. Surge então como necessidade a implementação de mais programas de apoio à orientação individual e à definição de projectos de vida.

Esta análise articulada entre os problemas, as suas causas e efeitos e as principais necessidades em cada área, permitem compreender de forma sistematizada quais os principais problemas a afectar a integração social destes jovens.

Conclusão

O objectivo central desta pesquisa consistia em compreender os processos de integração/desintegração social dos jovens residentes na urbanização de realojamento Casal da Mira. Neste sentido, concluiu-se que a exclusão social é uma constante no quotidiano destes jovens. Os jovens da urbanização constituem um segmento populacional marcado por ciclos geracionais de baixas qualificações, altos níveis de desemprego, empregos desqualificados e com baixas remunerações. As situações de privação económica, as carências afectivas e a ruptura dos laços sociais são características da população em estudo. Por outro lado, estes factores, associados à falta de respostas ao nível da ocupação quotidiana dos jovens, conduzem a padrões de comportamentos problemáticos, delinquentes e por vezes criminais.

O processo de realojamento tinha como principal objectivo a melhoria das condições habitacionais, mas esperava-se que conseqüentemente houvesse uma redução das situações de exclusão social que marcavam estas populações nos bairros degradados de origem. Tal não se veio a observar. Pelo contrário, se foram melhoradas as condições habitacionais e o conforto doméstico, nas restantes dimensões da vida social as alterações foram tendencialmente negativas. A principal consequência ocorreu ao nível da quebra dos laços sociais e conseqüente desaparecimento do sentido de comunidade. A individualização da vida familiar, aliada à perda das hierarquias sociais dominantes, resultou no agravamento de várias dimensões que caracterizam a exclusão social desta população. Por outro lado, o realojamento num território periférico e isolado, distante do centro do município e da maioria dos serviços de apoio à população, sem infraestruturas de apoio, trouxe novas situações de exclusão territorial. A organização e localização do espaço físico conduziram à transposição dos preconceitos e visões exteriores negativas que afectavam os bairros de origem para a urbanização de realojamento.

Verificou-se ainda que a exclusão se encontra também relacionada com as dificuldades de intervenção institucional neste contexto. Algumas chefias responsáveis não adoptam práticas de comunicação com a população. Por outro lado, a escassez de meios e recursos nas diversas instituições com acção no contexto condicionam a sua intervenção social.

De todas estas situações problemáticas ao nível da inclusão social dos jovens residentes, resultam diversas necessidades de intervenção neste contexto, como sejam uma melhoria das infraestruturas, criação de espaços de comércio, lazer e desporto, implementação de medidas de desenvolvimento comunitário, de formação parental e de sensibilização infanto-juvenil para a importância da escolarização e da empregabilidade.

Pode, então, concluir-se que a exclusão social da população juvenil residente é maioritariamente do tipo Social e Cultural. Social pois a quebra de laços sociais, as dificuldades de relacionamento comunitário e as carências afectivas são consideradas como algumas das principais causas dos problemas que afectam esta população. É também uma exclusão fortemente cultural, visto que os preconceitos exteriores em relação aos residentes na urbanização promovem o isolamento social desta população. Da mesma forma, reduzem as oportunidades de integração nos sistemas sociais do restante município, nomeadamente a inclusão no mercado de trabalho. Ao nível da construção identitária, estes

preconceitos sociais condicionam a percepção individual de pertença à sociedade exterior à urbanização, promovendo problemas de auto-estima, de fechamento em relação ao exterior e de consequentes práticas de auto-exclusão.

A pesquisa realizada, embora multidimensional, teve – pelo próprio âmbito académico em que se insere – um carácter exploratório. A pesquisa empírica e a aproximação à metodologia de diagnóstico social, através da articulação dos problemas, suas causas, variáveis de influência e possíveis áreas de intervenção, revelaram a pertinência do desenvolvimento de outros estudos no mesmo contexto e tendo como alvo a mesma população, explorando outras metodologias complementares de recolha de dados.

Neste sentido, o estudo que se considera mais pertinente e urgente é o desenvolvimento de um diagnóstico social alargado às situações de exclusão que afectam toda a população residente. Considera-se de extrema importância que este estudo recorra a metodologias de investigação-acção, incluindo todos os *stakeholders*, actores sociais intervenientes no contexto (instituições, moradores, residentes noutras zonas do concelho). Análise deverá ser orientada com vista à definição de reais estratégias de intervenção social neste território. Seria interessante que esse trabalho se desenvolvesse com uma lógica idêntica à pensada para o Programa Rede Social²⁰. Ou seja, a fase de diagnóstico social resultaria de um Plano de Desenvolvimento Social, aprofundado e específico, que incluísse todas as áreas problemáticas (incluindo causas e efeitos), as necessidades da urbanização e, consequentemente, os eixos estratégicos de intervenção. Para cada eixo estratégico, seria realizado um levantamento de experiências de intervenção em áreas semelhantes desenvolvidas noutros territórios. Seriam também enumeradas, para cada eixo, as intervenções já existentes na urbanização, os actores que as protagonizam e os seus âmbitos e estratégias de intervenção. Deste trabalho resultaria, por um lado, um “manual de boas práticas” que facilitaria o desenvolvimento de projectos e políticas de apoio e desenvolvimento social. Por outro lado, seria possível a construção de um Plano de Acção desenvolvido de acordo com as necessidades sentidas e exprimidas pelos vários actores sociais com intervenção na urbanização e pelos próprios destinatários das intervenções. Este plano permitirá não só construir uma lógica de intervenção dirigida e concertada em torno dos problemas e necessidades existentes na urbanização; mas também efectuar um balanço das intervenções previamente existentes neste território, efectuando-se uma avaliação das mesmas no que diz respeito aos efeitos e impactos e implementando-se ajustes e correcções com vista a uma melhor adequação à realidade em causa.

Noutro sentido – ou em complementaridade com o anterior – considera-se interessante cientificamente a concepção de um estudo sociológico que aprofunde a questão da diferença de género nos processos de integração social desta comunidade. Tal como ficou evidenciado ao longo da pesquisa, os problemas mais graves de exclusão social afectam maioritariamente os moradores do sexo masculino. A particularidade cultural desta população de uma muito maior responsabilização feminina nos pro-

²⁰ Vide informações em: www.seg-social.pt/redesocial

cessos de sustento do agregado familiar, conduzem a maiores taxas de empregabilidade no sexo feminino do que no masculino e a um menor predomínio dos problemas de exclusão social juvenil nas raparigas do que nos rapazes.

Ligada à questão da precoce responsabilização e emancipação femininas, surge a problemática da gravidez na adolescência, também uma característica cultural desta população. As jovens são incentivadas socialmente desde cedo a iniciar-se na maternidade. A união destes factores leva a situações recorrentes de gravidez na adolescência contribuindo para a perpetuação dos ciclos de pobreza e exclusão. Assim, considera-se pertinente a realização de um diagnóstico específico a esta situação que poderia ser um módulo específico de aprofundamento do Diagnóstico Social da urbanização. Este diagnóstico permitiria identificar as causas reais destas situações e definir estratégias de intervenção para a minimização destas ocorrências que se revelam causas extremamente importantes e relevantes no que respeita à exclusão social. Considera-se que as questões da desigualdade de género poderão estar na base de vários dos fenómenos descritos como causas da exclusão social vivida na urbanização. Uma intervenção a este nível poderia ser uma importante ferramenta para a inclusão social.

O realojamento na urbanização Casal da Mira teve impactos positivos ao nível da qualidade de vida no que concerne às condições habitacionais da população. Como é sabido os fenómenos sociais são multidimensionais. A população agora residente nesta urbanização trazia consigo todo um background cultural e vivencial que devia ter merecido especial atenção aquando o processo de realojamento. Tal como foi observado o realojamento introduziu mudanças no quotidiano dos habitantes da urbanização alterando aspectos essenciais dos seus modos de vida e implicando alterações em factores determinantes na inclusão social. Não tendo o realojamento equacionado todas as restantes dimensões que influem ao nível da exclusão social, resolvido o problema da habitação importa conhecer e intervir para uma verdadeira inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população: *“o desejo de qualquer sociólogo é intervir nessa mudança, identificando as dinâmicas do sistema e os sentidos da acção e prevendo a condução da acção para objectivos colectivamente assumidos e contratualizados.”* (Guerra, 2002: 108).

Fontes

Decreto-lei 163/93, 7 de Maio, Diário da República – I Série A, nº106

Fundação Inatel e Instituto de Segurança Social (2010), Documentário *Cinema de Bairro*, Distribuição Digital (mais informações: <http://www.inatel.pt/content.aspx?menuid=599>)

Sociologia da cidade e do território, Acetatos das aulas

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (1993), “Integração e Exclusão Social: algumas questões”, *Análise Social*, Vol. 28, nºs 123/124, p. 829-834

Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal : experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Lisboa, Bureau Internacional do Trabalho

Ariés, Philippe (1975) *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Zahar Editores

Atkinson, Tony (1998), “La pauvreté et l’exclusion sociale en Europe”, em Tony Atkinson e tal., *Pauvreté et Exclusion*, Paris, La Documentation Française

Cachado, Rita (2009), “Habitação social nas últimas décadas”, *Vírus*, edição online

Capucha, Luís (1998), “Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir”, *Sociedade e Trabalho*, Nº 3, Ministério para a Qualificação e o Emprego

Capucha, Luís (1998 b), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta

Costa, António Bruto da (2002), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações

Estivil, Jordi (2003), *Panorama de Luta Contra a Exclusão Social: conceitos e estratégias*, Lisboa, Bureau International du Travail

Gans, Herbert J. (1996), “From 'Underclass' to 'Undercaste': Some Observations About the Future of the Post-industrial Economy and its Major Victims”, in *Urban poverty and the underclass : a reader*, Enzo Mingione (ed.), Oxford, Blackwell

Gonçalves, Alda e Teresa Costa Pinto (2001), “Os bairros sociais vistos por si mesmos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, p. 111-131

Guerra, Isabel (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia

Guerreiro, Maria das Dores, Frederico Cantante e Margarida Barroso (2010), “O abandono escolar precoce e as suas implicações nos percursos profissionais dos jovens”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, p.153-164

Guiddens, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição

- Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2009), *Quantos Caminhos há no Mundo?: transições para a vida adulta num bairro social*, Lisboa, Príncípia
- Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2010), “Trabalho e desemprego entre os jovens de um bairro social”, em Renato Miguel do Carmo (org.), *Desigualdades Sociais 2010: estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, p.199-206
- Mingione, Enzo (1996), “Urban Poverty in the Advanced Industrial World: Concepts, Analysis and Debates”, in *Urban poverty and the underclass : a reader*, Enzo Mingione (ed.), Oxford, Blackwell
- OCDE (2003), *Relatório Conjunto Sobre a Inclusão Social*, COM
- Pereira, Álvaro Pires, Delta de Sousa e Silva, Isabel Baptista e Pedro Perista (2001), “Habitat e Minorias”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, p. 91-109
- Pereirinha, José (1996), “Pobreza e Exclusão Social: algumas reflexões sobre os conceitos e aspectos de medição”, em J. M. Carvalho Ferreira, Rafaela Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, p. 208-232
- Savage, Mike e Alan Warde (2002), *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*, Oeiras, Celta
- Sebastião, João (1998), *Crianças da Rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora
- Shiefer, Ulrich (2006), *MAPA: Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, São João do Estoril, Príncipia
- Xiberras, Martine (1996), *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget

Anexos

Anexo A
Legislação PER – Decreto Lei 163/93

2380

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

N.º 106 — 7-5-1993

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

Decreto-Lei n.º 162/93

de 7 de Maio

A política de habitação social consubstancia-se no apoio financeiro do Estado por forma a permitir a qualquer agregado familiar o acesso a uma habitação condigna.

Para a construção de habitações de custos controlados, o Estado concede financiamentos bonificados, quer para aquisição e infra-estruturação de terrenos, quer para a construção, para além de diversos benefícios fiscais e parafiscais, materializados na isenção ou na redução de impostos, taxas e outros custos.

A concessão destes financiamentos tem como pressuposto a construção de qualidade, mas a custos controlados, apenas inserida dentro de certos parâmetros a nível de áreas por tipologia, a que corresponde um valor máximo de venda, mas que satisfaz plenamente as necessidades de habitação própria dos seus adquirentes.

Nestes termos, a posterior transmissibilidade de habitações de custos controlados não pode desvirtuar os fins que estão na origem do financiamento, impondo-se garantir que ao esforço do Estado correspondam os benefícios sociais que lhe estão subjacentes.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 183/92, de 22 de Abril, veio estabelecer como condição necessária de concessão de financiamentos bonificados a adopção pelos diversos promotores de habitações de custos controlados do regime de empreitadas de obras públicas, o que os obriga ao regime de concurso público. Convém agora explicitar quando é que o concurso público pode ser dispensado, adoptando-se para o efeito o critério idêntico previsto para as entidades promotoras públicas, em igualdade de circunstâncias.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os fogos construídos com financiamentos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 264/82, de 8 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 349/83, de 30 de Julho, ficam sujeitos ao regime de intransmissibilidade previsto no presente diploma.

Art. 2.º — 1 — O regime de intransmissibilidade de fogos destinados à habitação própria permanente tem a duração de cinco anos e conta-se a partir da data de aquisição ou da emissão da respectiva licença de utilização, se esta for posterior.

2 — No caso de habitações destinadas a arrendamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/92, de 5 de Agosto, o regime de intransmissibilidade conta-se a partir da data de emissão da licença de utilização.

Art. 3.º — 1 — Dentro do respectivo prazo, o regime de intransmissibilidade está sujeito a registo e cessa automaticamente com a morte ou invalidez permanente e absoluta do cooperador ou do respectivo cônjuge.

2 — O regime de intransmissibilidade não prejudica a possibilidade de alienação do fogo ao arrendatário, no caso de este se encontrar arrendado ao abrigo do

Decreto-Lei n.º 163/92, de 5 de Agosto, mantendo-se, contudo, o decurso do respectivo prazo.

3 — Se o proprietário ou a cooperativa pretender alienar o fogo antes do decurso do prazo referido no artigo 2.º, pode solicitar ao Instituto Nacional de Habitação (INH) o levantamento do regime de intransmissibilidade, reembolsando a bonificação relativa à respectiva fracção, nos termos a definir em portaria conjunta dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

4 — A verificação do disposto nos números anteriores é aferida pelo notário no momento da celebração da escritura de compra e venda do fogo perante documento emitido, para o efeito, pelo INH.

Art. 4.º — 1 — A cooperativa só pode receber dos sócios, a título de sinal e ou início de pagamento, as importâncias correspondentes à fracção do valor do fogo que não é financiado pelo INH.

2 — As importâncias que excedam o montante referido no número anterior são obrigatoriamente afectas à imediata amortização dos financiamentos em dívida.

Art. 5.º As cooperativas ficam obrigadas a divulgar, nos termos a fixar por portaria do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os elementos referentes ao projecto e ao financiamento, os valores de venda iniciais e previsíveis dos respectivos fogos e os demais que se mostrem adequados ao correcto conhecimento das condições de aquisição.

Art. 6.º — 1 — A violação do disposto nos artigos 4.º e 5.º pode dar lugar à imediata suspensão do financiamento à cooperativa, para além da inibição de acesso ao crédito bonificado por um período de dois anos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação do artigo 4.º e dos preços máximos de venda fixados constitui crime de especulação, nos termos do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro.

Art. 7.º — 1 — Para efeitos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/92, de 22 de Agosto, as cooperativas podem adjudicar, por ajuste directo, as obras de valor inferior ao limite de competência para autorização de despesas com dispensa de concurso legalmente definido para os órgãos dirigentes dos serviços dotados de autonomia administrativa e financeira.

2 — As normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 183/92, de 22 de Agosto, designadamente no tocante à padronização de cadernos de encargos, são definidas por portaria do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Março de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Promulgado em 26 de Abril de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 27 de Abril de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 163/93

de 7 de Maio

O problema da habitação, sendo, sem dúvida, um dos mais importantes, pelo reflexo na qualidade de vida

das populações, encontra-se longe de estar resolvido, quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos.

A procura de soluções para este problema leva a considerar a necessidade da implementação urgente de medidas prioritárias, com incidência especial nas zonas em que tais carências mais se fazem sentir, ou seja, nas áreas de Lisboa e Porto.

A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção.

Apesar do esforço desenvolvido ao nível do apoio à construção de habitação de custos controlados e dos diversos acordos de colaboração celebrados entre a administração central e as autarquias locais para erradicação de barracas, continuam a verificar-se muitas situações de mau alojamento e de sobrealojamento.

O regime de cooperação entre a administração central e local no que respeita ao desenvolvimento de programas de habitação social para arrendamento que se destinem ao realojamento de populações residentes em barracas está definido pelo Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, em articulação com o Decreto-Lei n.º 110/85, de 17 de Abril.

Segundo o presente diploma, podem ser estabelecidos acordos de colaboração entre a administração central e os municípios, ao abrigo dos quais aquela participa a fundo perdido, através do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), até 50% do custo de construção dos empreendimentos, sendo que os municípios podem ainda recorrer, em relação aos restantes custos, a financiamento bonificado a longo prazo, ao Instituto Nacional de Habitação (INH) ou, desde 1991, a qualquer instituição de crédito.

Por estes factos, as iniciativas neste domínio implicam a assunção por parte do Estado, através do IGAPHE e do INH, de uma parte muitíssimo significativa dos encargos.

A decisão agora tomada vem na sequência do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, lançado pelo Governo em 1991, através do qual estão em curso cerca de 100 projectos em todo o território nacional.

Os resultados alcançados pela aplicação dos mecanismos citados são, na sua generalidade, satisfatórios. O problema habitacional assume, porém, entre nós proporções que impõem a adopção de novas medidas a ele direccionadas, tendo em vista a sua resolução. É nas áreas de Lisboa e Porto que se concentra o maior número de situações de degradação habitacional, pelo que devem estas ser eleitas como áreas prioritárias de intervenção em matéria habitacional.

É neste contexto que surge o presente diploma, consubstanciando um aumento significativo do esforço financeiro do Estado para a área da habitação com vista à erradicação das barracas nas áreas de Lisboa e Porto. Tal esforço traduz uma determinação profunda para a extinção de situações sociais de degradação habitacional, pelo que se promove, para o efeito, um programa acelerado de realojamento. Tal programa compreende a disponibilização de recursos financeiros através do IGAPHE e do INH para os custos de construção de habitações destinadas ao realojamento, assim como para a aquisição e infra-estruturação dos terrenos, e ainda a possibilidade de transferência gratuita do património edificado do IGAPHE para os municípios.

A efectiva resolução do grave problema social de habitação exige que as autarquias locais envolvidas neste programa assumam claramente o objectivo da eliminação das barracas como uma das suas tarefas prioritárias, envolvendo o estabelecimento de um compromisso sério com a administração central e, sobretudo, com os cidadãos para a resolução deste problema.

A consolidar este programa, o esforço de participação e financiamento do IGAPHE e do INH torna-se, pelo presente diploma, extensivo ao financiamento para a aquisição de fogos, dentro dos limites máximos predefinidos, tornando, assim, o projecto mais flexível na sua execução e permitindo o contributo do mercado para a rápida erradicação das barracas.

A concretização deste programa depende da adesão dos respectivos municípios, que terão de efectuar um levantamento exaustivo e rigoroso das barracas existentes no seu concelho, e será executada em função das carências efectivas apresentadas.

Para os efeitos deste programa, será alterado o montante máximo de endividamento dos municípios envolvidos, por forma a possibilitar o natural esforço financeiro exigido.

Refira-se também a possibilidade de instituições de natureza social, por acordo com as autarquias, aderirem em iguais condições ao programa, substituindo ou complementando as funções dos municípios.

Complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicod dependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Pelo presente diploma é criado o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, adiante designado por Programa.

2 — O Programa tem como objectivo a erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mediante o realojamento em habitações condignas das famílias que nelas residem.

Art. 2.º Podem aderir ao Programa todos os municípios abrangidos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que identifiquem a existência de barracas na respectiva área territorial.

Art. 3.º — 1 — A adesão dos municípios a este Programa faz-se mediante a assinatura de um acordo geral de adesão, a celebrar entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, abreviadamente designado por IGAPHE, e o Instituto Nacional de Habitação, abreviadamente designado por INH, por um lado, e os municípios, por outro.

2 — A minuta do acordo é aprovada por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Art. 4.º Os municípios para aderirem ao Programa têm de apresentar ao IGAPHE:

a) Levantamento exaustivo e rigoroso dos núcleos de barracas existentes na área do respectivo mu-

nício, com a respectiva caracterização, que deve incluir a sua localização, o número de construções existentes, os agregados familiares a realojar e a sua identificação, composição e respectivos rendimentos anuais brutos;

- b) Identificação dos proprietários dos terrenos onde estão implantados os núcleos de barracas referidos na alínea anterior;
- c) Programação cronológica dos empreendimentos a construir e ou plano de aquisição de fogos e sua afectação aos agregados familiares a realojar.

Art. 5.º Os municípios têm ainda de assumir, no acto de adesão, que se comprometem a:

- a) Proceder a uma fiscalização rigorosa de ocupação do solo na respectiva área, por forma a neutralizar de imediato a eventual tentativa de construção de qualquer nova barraca, garantindo a sua pronta demolição;
- b) Demolir integralmente as barracas em simultâneo com o realojamento;
- c) Assegurar que os terrenos presentemente ocupados por núcleos de barracas a demolir que estejam na sua propriedade ou posse e se destinem à construção de habitação ficam prioritariamente afectos à execução do programa ou à promoção de habitação de custos controlados.

Art. 6.º — 1 — Cabe ao IGAPHE disponibilizar recursos financeiros, sob a forma de participações a fundo perdido, destinados a financiar:

- a) Até 50% do custo de aquisição e de infra-estruturação dos terrenos, bem como do custo de construção dos empreendimentos promovidos pelos municípios;
- b) Até 50% do valor de aquisição de fogos pelos municípios.

2 — Para efeitos da alínea b) do número anterior, os fogos a adquirir ficam sujeitos a tipologias e preços máximos a fixar por portaria dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Art. 7.º — 1 — Cabe ao INH, directamente ou através de instituições de crédito, conceder empréstimos destinados a financiar:

- a) Até 50% do custo de aquisição e de infra-estruturação dos terrenos, bem como do custo de construção dos empreendimentos promovidos pelos municípios;
- b) Até 50% do valor de aquisição de fogos pelos municípios.

2 — Para efeitos da alínea b) do número anterior apenas se consideram os fogos cujos custos se enquadram nos preços máximos fixados nos termos do artigo anterior.

3 — As condições dos empréstimos são fixadas nos termos do Decreto-Lei n.º 110/85, de 17 de Abril.

Art. 8.º — 1 — No caso de construção, os valores máximos dos fogos são os fixados para a habitação de custos controlados, não podendo o montante da res-

pectiva participação e ou financiamento exceder 80% desse valor.

2 — No caso de aquisição de fogos, as taxas de participação e financiamento referidas nos artigos anteriores reportam-se a 80% dos preços máximos fixados nos termos do n.º 2 do artigo 6.º

Art. 9.º A concretização dos objectivos definidos no acordo geral de adesão faz-se mediante a assinatura de um contrato para cada projecto a celebrar entre o IGAPHE, o INH e o respectivo município.

Art. 10.º — 1 — Para a celebração dos contratos os municípios aderentes têm de apresentar ao IGAPHE os seguintes elementos:

- a) Documento comprovativo da propriedade dos terrenos a afectar ao empreendimento;
- b) Deliberação camarária em que o município assume o compromisso de que os terrenos se encontram ou estarão infra-estruturados à data da conclusão dos fogos;
- c) Projectos de execução do empreendimento;
- d) Programação física e cronograma financeiro do empreendimento, com indicação das respectivas fontes;
- e) Relatório de apreciação das propostas dos concorrentes aos empreendimentos;
- f) Plano de atribuição dos fogos e origem dos agregados familiares a realojar;
- g) Plano de ocupação dos terrenos a libertar com a demolição dos núcleos de barracas;
- h) Quaisquer outros que se mostrem indispensáveis à regular formação do contrato.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior a posse administrativa dos terrenos expropriados substitui o documento comprovativo da propriedade desde que o município ofereça adequadas garantias dos empréstimos a contratar.

3 — Para a aquisição de fogos os municípios têm de apresentar os elementos necessários à sua identificação, condições e preços de aquisição, bem como os elementos a que se referem as alíneas f), g) e h) do n.º 1.

Art. 11.º — 1 — Os municípios ficam obrigados a promover a construção ou a aquisição dos fogos nos termos do acordo geral de adesão e dos contratos celebrados e proceder à aplicação das verbas de acordo com o escalonamento plurianual previsto nos contratos, sob pena da perda ou redução dos recursos financeiros que haviam sido previstos, com a reafectação dos mesmos a favor dos demais municípios aderentes.

2 — Os municípios ficam ainda obrigados a manter actualizado o registo dos agregados familiares a realojar e dos respectivos rendimentos.

Art. 12.º — 1 — A participação do IGAPHE não é acumulável com qualquer outra participação ou subsídio concedidos por outras entidades para o mesmo fim, salvo se tal participação ou subsídio estiver expressamente previsto no acordo geral de adesão celebrado.

2 — Em caso de incumprimento do disposto no número anterior, o município fica obrigado a restituir ao IGAPHE o valor da participação recebida, até ao limite do valor da participação ou subsídio concedido por outra entidade.

Art. 13.º — 1 — Os fogos construídos ou adquiridos ao abrigo do presente diploma constituem propriedade dos municípios, estão sujeitos a um regime de intransmissibilidade pelo período de 15 anos a contar da

data da sua conclusão ou da escritura de aquisição e têm de ser atribuídos em regime de renda apoiada, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2 — A intransmissibilidade está sujeita a registo.

Art. 14.º — 1 — A intransmissibilidade referida no artigo anterior pode ser levantada para alienação ao arrendatário, mediante declaração emitida pelo IGAPHE, a requerimento do município.

2 — No caso previsto no número anterior, se tiver havido financiamento do INH ou de qualquer instituição de crédito, a emissão da declaração pelo IGAPHE fica condicionada pela regularização da parcela dos corresponsáveis empréstimos, nos termos legais aplicáveis.

3 — O regime de alienação dos fogos é objecto de portaria conjunta dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

4 — Os fogos alienados pelo município aos arrendatários destinam-se a sua habitação própria e permanente e do seu agregado familiar e ficam sujeitos a um regime de inalienabilidade, sujeito a registo, pelo período em falta relativamente ao regime de intransmissibilidade referido no artigo anterior.

Art. 15.º — 1 — A administração central pode recusar a celebração de quaisquer acordos de colaboração, contratos-programa plurisectoriais ou sectoriais, com perda de prioridade na atribuição de quaisquer fundos comunitários, aos municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto que tenham barracas na respectiva área e não adiram ao Programa a que se refere o presente diploma.

2 — Aos municípios aderentes que não concretizem total ou parcialmente as obrigações assumidas no acordo geral de adesão aplica-se o disposto no número anterior.

3 — Se o IGAPHE constatar que surgiram novas barracas em determinado município, pode suspender ou reduzir os apoios financeiros com o município, em função da gravidade da situação e enquanto o município não promover a demolição das barracas detectadas.

Art. 16.º — 1 — As instituições particulares de solidariedade social que demonstrem capacidade para concretizar os respectivos projectos podem aderir ao Programa a que se refere o presente diploma, desde que actuem na área dos municípios abrangidos e se proponham proceder a operações de realojamento.

2 — No caso previsto no número anterior, as instituições particulares de solidariedade social têm acesso aos apoios financeiros previstos no presente diploma nas mesmas condições que os municípios, podendo para o efeito celebrar contratos com o INH e o IGAPHE.

3 — Para efeito do disposto neste artigo devem as instituições particulares de solidariedade social comunicar aos respectivos municípios os elementos que identifiquem as áreas e os agregados familiares a realojar e obter deles a garantia das respectivas demolições após o realojamento.

4 — Os municípios devem prestar a colaboração necessária ao programa de realojamento a promover pelas instituições particulares de solidariedade social.

5 — Os fogos construídos nos termos do presente artigo ficam propriedade das instituições particulares de solidariedade social e têm de ser atribuídos em regime de renda apoiada, aplicando-se-lhes o disposto nos artigos 13.º e 14.º

Art. 17.º — 1 — É facultada aos municípios aderentes a possibilidade de celebrar com o Ministério do Emprego e da Segurança Social acordos complementares no âmbito do Programa Nacional da Luta contra a Po-

breza, visando a inserção social dos agregados familiares a realojar.

2 — Os acordos complementares podem também ser celebrados com instituições particulares de solidariedade social, isoladamente, quando estas participem no Programa nos termos do artigo anterior, ou de parceria com os municípios, quando sejam estes os aderentes ao programa de realojamento.

3 — Os encargos decorrentes da execução das acções estabelecidas em cada acordo complementar são comparticipados a fundo perdido pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social até um máximo de 80%.

Art. 18.º O disposto no presente diploma não se aplica aos acordos de colaboração já celebrados entre o IGAPHE, o INH e os respectivos municípios.

Art. 19.º — 1 — O IGAPHE pode, sem exigir qualquer contrapartida, acordar com os municípios aderentes ao programa previsto neste diploma a transferência de prédios ou suas fracções que constituem agrupamentos habitacionais ou bairros, bem como os direitos e obrigações a estes relativos e aos fogos em regime de propriedade resolúvel, podendo o município alienar esses fogos aos respectivos moradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril.

2 — O produto da alienação dos fogos transferidos fica, numa percentagem não inferior a 50%, prioritariamente afecto ao pagamento de dívidas ao INH, sob pena de invalidade do negócio.

Art. 20.º O disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, e no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de Outubro, não releva para efeitos de adesão ao Programa estabelecido no presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Março de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *Luís Francisco Valente de Oliveira* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral* — *José Albino da Silva Peneda*.

Promulgado em 26 de Abril de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 27 de Abril de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 164/93

de 7 de Maio

A falta ou relativa escassez de terrenos para a construção a preços acessíveis, ainda que não infra-estruturados, é um dos factores que mais peso tem na determinação do preço final da habitação.

São várias, nesta matéria, as dificuldades da disponibilização de terrenos aptos para a construção, quer por acções de ordem especulativa quer por limitações decorrentes dos procedimentos burocrático-administrativos, tendentes às operações de loteamento e obras de urbanização.

Os terrenos constituem, porém, um dos vectores fundamentais para o desenvolvimento de uma correcta política de habitação, pelo que importa combater os movimentos especulativos que em torno daqueles se desenvolvem.

Anexo B
Caracterização da urbanização

Espaços Comerciais



Antes



Depois





Parque Infantil



Campo de Futebol



Gradeamentos nos prédios

Imagens da urbanização



Avenida central



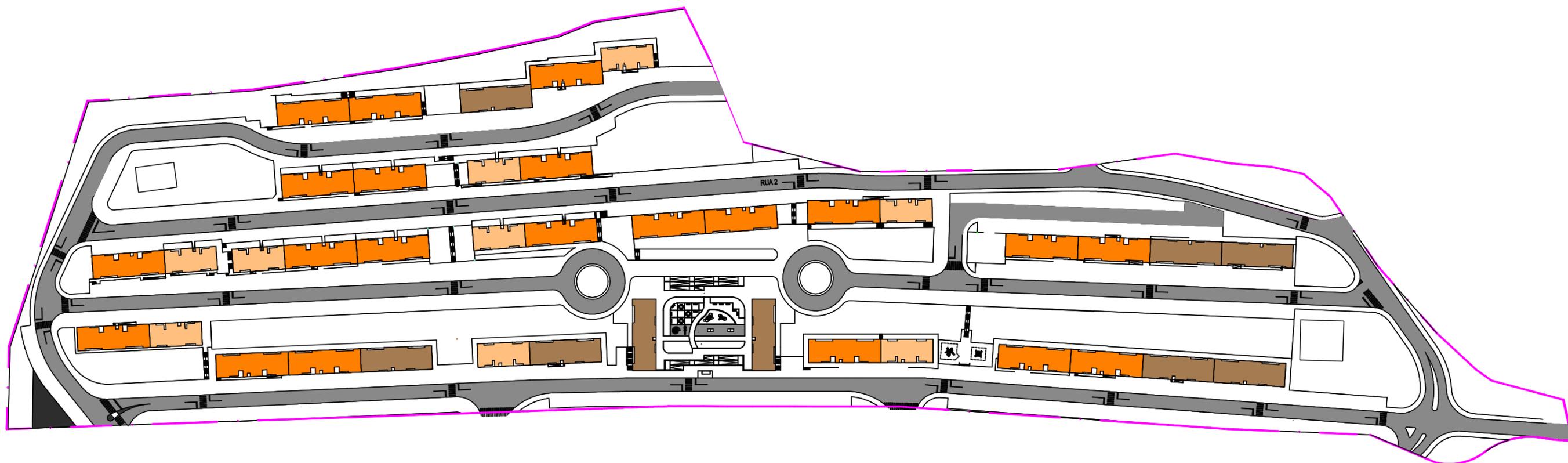
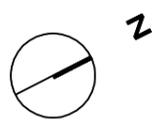
Hortas urbanas



Jardim de Infância Unidos de Cabo Verde

Anexo C
Planta da Urbanização

(Imagem na página seguinte)



— — LIMITE DO ARTº Nº 1 SECÇÃO A DISCRIÇÃO Nº 00878 - 100.039,00m²
+ + + ÁREA DOS LOTES 14.845,35m²

Anexo D

Caracterização da população residente

Tabela 1 – Bairros de origem

Bairros de Origem	Total	%
Estrada Militar da Mina	4	1
Santa Filomena	12	2
Serra Pequena	4	1
Quinta do Conde Araújo	1	0
Quinta da Laje	0	0
Travessa da Reboleira	2	0
Casal De Alforneiros	13	2
Azinhaga dos Besouros	485	64
Bairro da Alegria	20	3
Bairro novo	58	8
Bairro Azul	39	5
Fontainhas	16	2
Bairro 6 de maio	8	1
Estrada de àfrica	47	6
Estrada Militar do Alto da damaia	7	1
Cova da Moura	6	1
Dispersos	6	1
Pré-Fabricados da Brandoa	5	1
Estrada dos Salgados	1	0
Bairro Novo das Fontainhas	15	2
Quinta da conceição	1	0
Pãia	0	0
Não PER	3	0
Total	753	100

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Tabela 2 - Composição dos agregados familiares

Dimensão	N	%
1-2	259	35
3-4	313	42
5-6	135	18
7-8	34	5
9-10	3	0
>10	1	0
Total	745	100

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Tabela 3 – Distribuição etária da população

Escalão	Total	%
0-4	47	2%
5-9	185	7%
10-14	248	10%
15-19	255	10%
20-24	266	10%
25-29	289	11%
30-34	221	9%
35-39	150	6%
40-44	131	5%
45-49	147	6%
50-54	151	6%
55-59	166	7%
60-64	93	4%
65-69	66	3%
70-74	69	3%
75-79	47	2%
80-84	14	1%
85-90	3	0%
Total	2548	100%

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Tabela 4 – Escolaridade dos moradores

Escolaridade	Total	%
Não sabe ler nem escrever	22	3
Sabe ler e escrever	9	1
Ensino básico 1º ciclo	316	40
Ensino básico 2º ciclo	178	22
Ensino básico 3º ciclo	168	21
Ensino secundário	69	9
Ensino técnico profissional	23	3
Ensino politécnico/bachelorato	0	0
Ensino superior licenciatura	9	1
Ensino superior mestrado/doutoramento	0	0
Ns/Nr	2	0
Total	796	100

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Tabela 5 – Sector de Actividade Económica

	Sector de actividade	Total	%
Activos 26%	Agricultura silvicultura caça e pescas	0	0%
	Indústrias extractivas	1	0%
	Indústrias transformadoras	7	0%
	Electricidade, água e gás	7	0%
	Construção civil e obras públicas	176	7%
	Comércio por grosso e retalho; Reparação de bens de uso pessoal e doméstico; Alojamento e restauração	110	4%
	Transportes, armazéns e comunicações	28	1%
	Bancos e outras instituições financeiras	2	0%
	Serviços pessoais e colectivos	323	13%
	Inactivos 53%	Estudante	628
Doméstica		34	1%
Pensionista / Reformado		189	8%
Desempregados		468	19%
NS/NR		506	20%
Total		2479	100%

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Tabela 6 – Distribuição das Rendas

Renda (euros)	Nº de Inclinos		%(Percentagem)	
	Parcial	Acumulado	Parcial	Acumulado
< 0	0	0	0	0
< 10	115	115	15,44	15,44
< 20	101	216	13,56	29
< 30	104	320	13,96	42,96
< 40	77	397	10,34	53,3
< 50	61	458	8,19	61,49
< 60	37	495	4,97	66,46
< 70	35	530	4,7	71,16
< 80	35	565	4,7	75,86
< 90	18	583	2,42	78,28
< 100	26	609	3,49	81,77
< 150	66	675	8,86	90,63
< 200	32	707	4,3	94,93
< 250	18	725	2,42	97,35
< 300	8	733	1,07	98,42
< 350	7	740	0,94	99,36
< 400	0	740	0	99,36
< 450	5	745	0,67	100
Total	745		100	

Fonte: Dados da Divisão de Habitação e Realojamento da CMA

Anexo E

Guiões de Entrevista

Guião de entrevista

Jovens

- Caracterização

Nome

Idade

Nacionalidade

Bairro de origem

Há quanto tempo se mudou para a Urbanização?

Composição do agregado familiar (grau de parentesco, idade, nacionalidade)

- Relação com a Urbanização

- Fala-me um pouco do bairro, da vida aqui... como é?

- Gostas de viver na Urbanização?

- Quais pensas serem os principais problemas da Urbanização?

E as suas causas?

- Preferes esta Urbanização ou o bairro anterior? Razões.

- E em relação aos vizinhos, identificas-te com eles, com a sua forma de vida?

Se não, em que aspectos?

- Sente que o facto de viver no bairro o isola em relação às pessoas que vivem fora?

- Sente que quando sabem onde mora as pessoas o tratam de maneira diferente?

Se sim, porque pensa que isso acontece?

- Sentes-te diferente por viver na Urbanização?

Se sim, porquê? Em que aspectos?

- Desde que te mudaste para a Urbanização sentes-te mais integrado na sociedade?

- Educacional

- Nível de ensino mais elevado que concluiu

- Encontras-te a frequentar algum nível de ensino?

Se sim, qual? Até que nível pretendes estudar? Costumas ser assíduo? Sentes-te motivado para a continuação dos estudos?

Se não, há quanto tempo abandonaste os estudos? Porque razão deixaste de estudar? Pensas retomar os estudos um dia?

Para ambas as opções: tens/tinhas problemas de relacionamento com colegas e/ou professores? Tens/tinhas algumas dificuldades de aprendizagem?

- (caso tenha irmãos em idade escolar) estão a frequentar a escola? Se não, porquê? Qual o grau mais elevado que concluíram?

(caso tenha irmãos mais velhos, já fora do sistema de ensino) qual o grau de ensino mais elevado que concluíram? Porque deixaram de estudar?

- Os teus pais incentivam-te / incentivaram-te a continuar os estudos?

- Sentes diferença na tua relação com a escola desde que te mudaste para a Urbanização?

- Económico

- Estás a trabalhar? Qual é o teu emprego? É o teu primeiro emprego?

- (se não estiver a trabalhar, e/ou se não for o primeiro emprego) já trabalhaste anteriormente? Qual era o teu emprego?

- Qual a profissão que gostavas de ter?

- Achas que um dia a vai conseguir exercer?
- Tens planos / estratégias para conseguir esse emprego? Quais?
- Do teu ponto de vista, achas que viver num bairro de realojamento condiciona o processo de encontrar emprego? Porquê?
- Recebes algum subsídio / apoio? Qual?
 - Social
- Em relação aos teus pais, qual o seu nível de ensino?
- Eles trabalham? Em quê?
- O rendimento do teu agregado permite-te ter acesso aos bens essenciais: alimentação, luz, água, vestuário, escola, saúde?
- Consideras que o nível de vida do seu agregado se insere na média da restante população?
- Relação com pais, irmãos e amigos:
- Têm uma relação próxima?
- Consideras que entre vocês existem problemas de maior? Se sim, quais?
- Eles são um exemplo de vida para ti?
- Do teu ponto de vista, achas que houve alterações nas relações desde que te mudaste para o bairro de realojamento? Se sim, porque achas que aconteceram?
 - Institucional
- Sentes que as instituições (câmara municipal, escola, associações) têm uma boa relação com a população da Urbanização?
- Alguma vez sentiste dificuldades de acesso a uma instituição por viver na Urbanização?
 - Se sim, em que situações?
 - Ocupação quotidiana
- Como ocupas os teus dias?
- O que fazes nos tempos-livres?
- Partilhas esses tempos-livres com outras pessoas? Quem?
- Comportamentos auto-destrutivos / criminalidade
- Em relação à Urbanização em geral, achas que há problemas graves de alcoolismo e toxicod dependência?
 - Que seja do teu conhecimento, há muitos moradores afectados?
 - Em que medida é que isso afecta a vida na Urbanização?
 - Em comparação com o bairro de origem, achas que aqui há mais ou menos casos?
- Nas tuas relações próximas (família, amigos) existem casos de toxicod dependência e/ou alcoolismo?
- Consomes, ou alguma vez consumiste, estupefacientes?
 - Se sim, desde quando? Porque começaste? Alguém te incentivou? Quem?
- Na Urbanização existem problemas de criminalidade? Quais?
- As pessoas que aqui moram sentem-se inseguras?
 - Para terminar:
- Achas que o realojamento melhorou a tua vida?
 - Em que aspectos?
- Diz-me cinco aspectos positivos e cinco aspectos negativos do realojamento.
- Do teu ponto de vista, que medidas é necessário para a Urbanização e para apoiar a população?

Guião de Entrevista

Instituições

Instituição:

Nome:

Função na organização:

1 – Urbanização

Breve apresentação da Instituição

Explicitação das áreas de actividade e formas de intervenção no bairro

Recursos humanos, físicos e materiais

2 – Urbanização

Caracterização geral da urbanização e da população residente

Quais os principais problemas do bairro? E quais pensa serem as suas causas?

No geral, pensa que os jovens gostam de viver na urbanização?

Identificam-se com os espaços e os vizinhos?

Preferem esta urbanização ou o bairro anterior? Razões.

O realojamento melhorou a vida desta população? Em que aspectos?

Considera que se adaptaram bem ao processo de realojamento?

Quais os aspectos positivos e negativos do realojamento?

(falando agora especificamente dos jovens)

3 – Educacional

(começando pela relação dos jovens com a escola)

Qual considera ser a relação dos jovens com a escola? Gostam de a frequentar? Têm problemas de comportamento?

Quais pensa serem as razões para o insucesso e abandono escolar destes jovens?

As famílias incentivam à continuação dos estudos?

Pensa que os jovens se interessam mais pela escola depois de se mudarem para aqui?

Do seu ponto de vista, qual a influência da escola (organização, funcionários e professores) na situação actual? Lutam por uma mudança, ou pensa que deveriam agir de forma diferente?

4 – Económico

Sabe-me dizer se a maioria dos jovens – que não estão a frequentar a escola – estão a trabalhar?

Os que estão, quais as áreas?

Os que não estão, estão à procura?

Na sua maioria, os jovens têm planos de vida futura?

Do seu ponto de vista, acha que viver num bairro de realojamento lhes condiciona o acesso ao mercado de trabalho? De que forma?

A maioria das famílias recebe apoios de subsídios?

Existem situações graves de pobreza no bairro? (famílias sem acesso aos bens básicos: alimentação, saúde, etc.)

Quais os apoios disponíveis para essas famílias? Conseguem dar uma resposta adequada?

5 – Social

(falemos agora da relação dos jovens com a sua família)

Como caracteriza as famílias residentes?

Há muitas situações de famílias desestruturadas?

Os jovens costumam ter uma relação próxima com os membros da família?

Como são as relações entre irmãos? (os mais velhos protegem os mais novos? Os mais novos seguem as práticas e exemplos dos mais velhos?) Quais as consequências destas relações?

Acha que as relações familiares se alteraram desde a mudança para a urbanização? Em que sentido? (relação dos jovens com a restante população)

Como caracteriza a relação dos jovens com os moradores do bairro?

Pensa que a população se identifica com o estilo de vida dos jovens?

Existem problemas entre os jovens e a população?

E as pessoas de fora da urbanização, sente que discriminam os moradores?

Considera que a integração na sociedade melhorou desde o realojamento?

6 – Ocupação quotidiana

Como é que os jovens do bairro ocupam os dias?

Há situações de grupos de jovens reunidos nas ruas? Assumem comportamentos marginais e/ou criminosos?

7 – Comportamentos auto-destrutivos / criminalidade

Em relação à Urbanização em geral, considera que o alcoolismo e a toxicodependência são problemas graves?

Os jovens são muito afectados?

Em que medida é que isso afecta a vida na Urbanização?

Em comparação com o bairro de origem, acha que aqui há mais ou menos casos?

Na Urbanização existem problemas de criminalidade? Quais? Praticados por que grupos populacionais?

Sente que a vida quotidiana e a segurança na Urbanização são afectados por isso?

Na sua opinião, o que se poderia fazer para diminuir a toxicodependência e a criminalidade na Urbanização?

8 – Institucional

Sente que as instituições (câmara municipal, escola, associações) têm uma boa relação com a população da Urbanização?

Sabe de pessoas que tenham sentido dificuldades de acesso a uma instituição por viver na Urbanização? Se sim, em que situações?

Pense agora na rede de instituições que actuam na urbanização...

Como caracteriza a relação e comunicação entre instituições?

Os recursos são partilhados de forma a uma máximizção da sua utilização?

As intervenções sobrepõem-se? Porquê? Em que aspectos?

O que pensa que se poderia melhorar na relação entre instituições?

9 – Conclusões

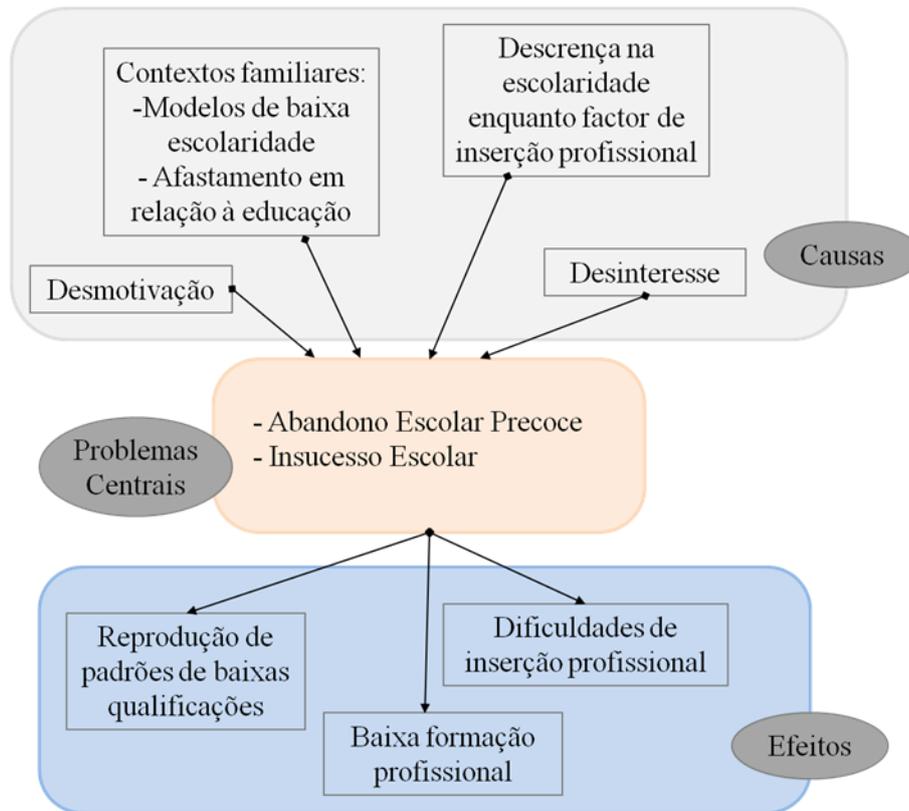
Pense agora nos principais problemas que afectam estes jovens...

Qual considera ser a influência destes aspectos nessa situação:

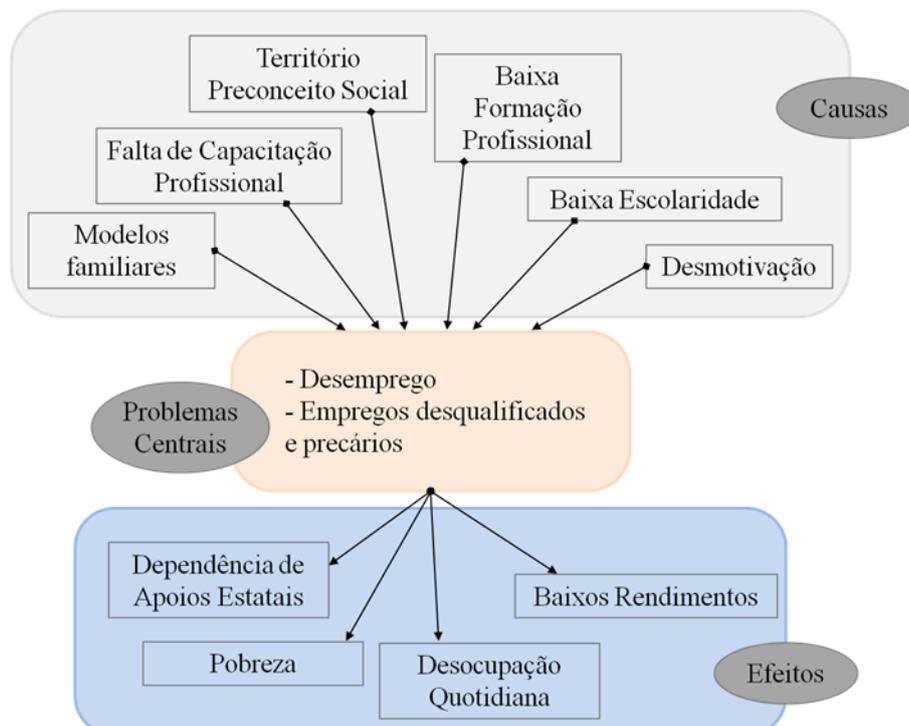
- Família
- Processo de realojamento
- Urbanização de realojamento

Anexo F
Árvores de Problemas

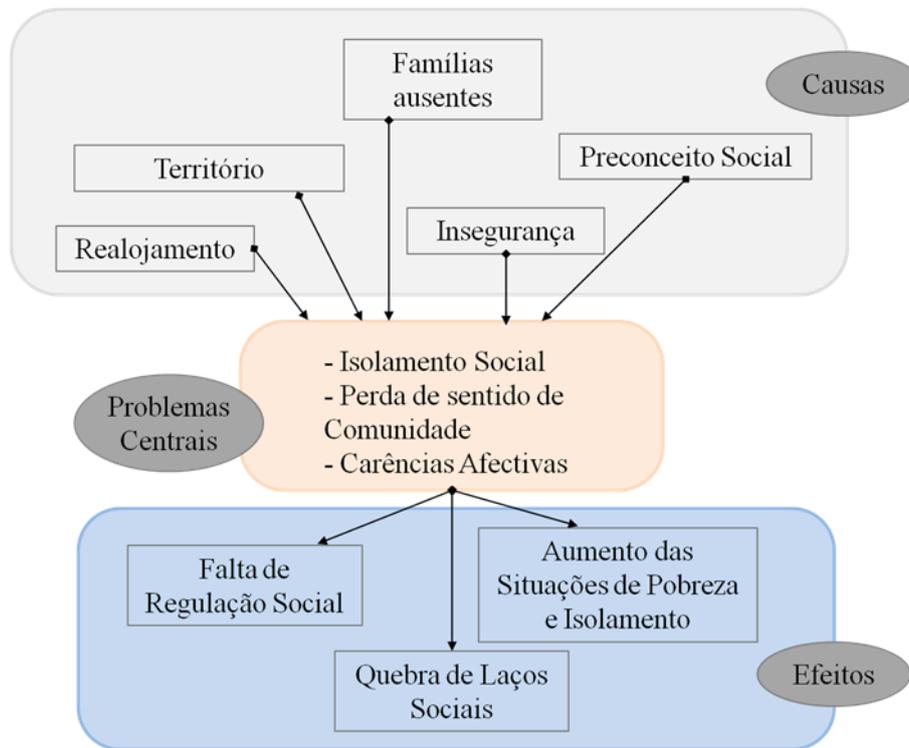
Árvore 1 - Educacional



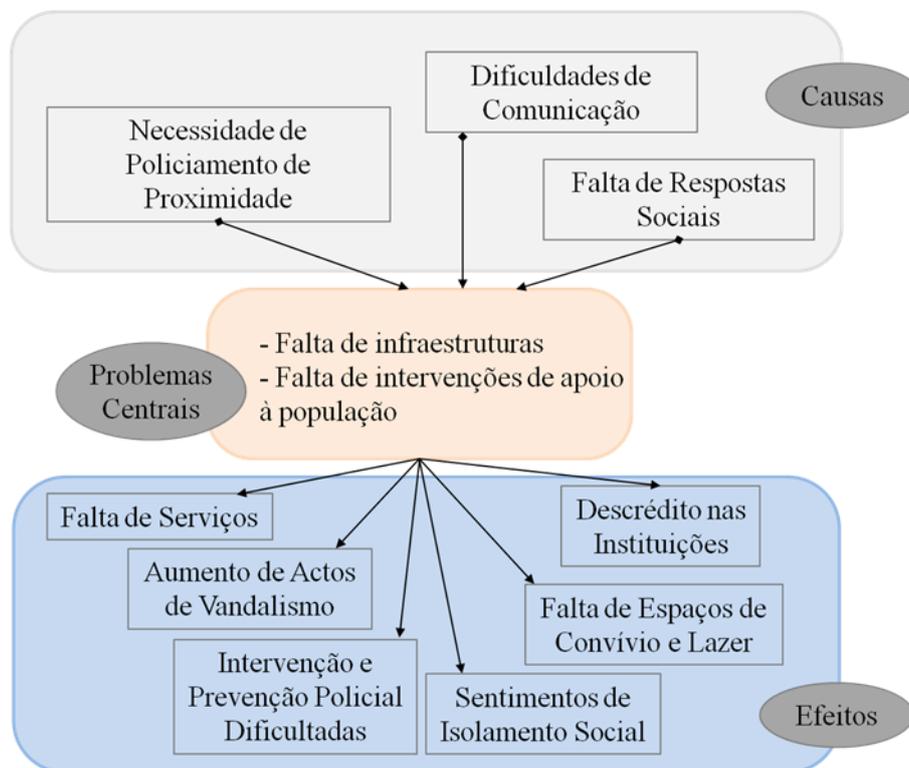
Árvore 2 - Vida Profissional



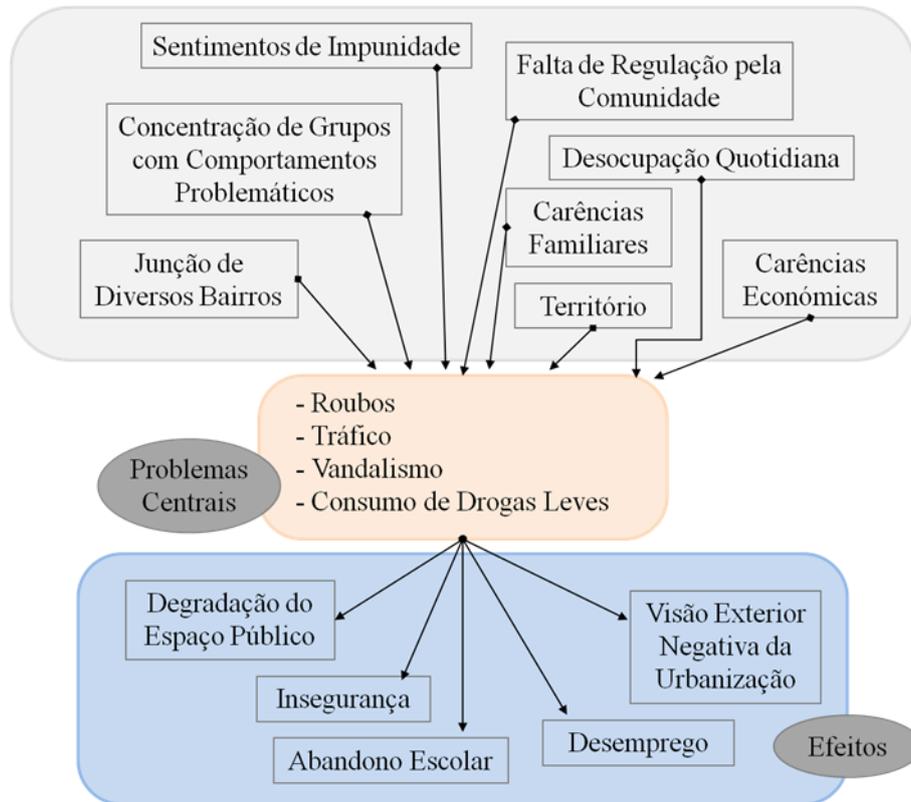
Árvore 3 – Relações Sociais



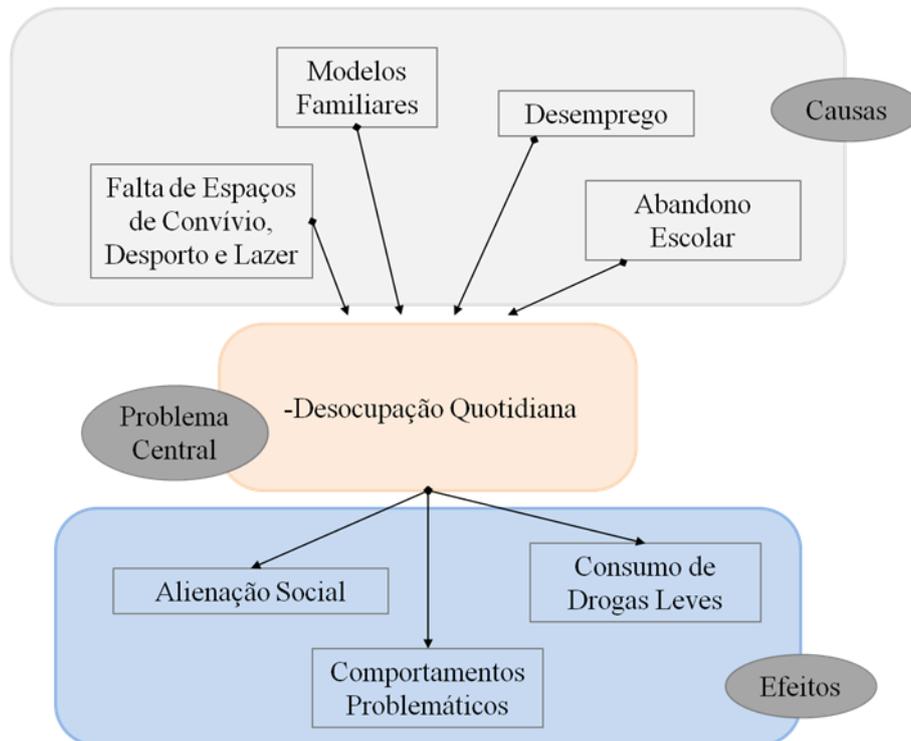
Árvore 4 – Intervenções Institucionais



Árvore 5 – Criminalidade



Árvore 6 – Ocupação Quotidiana



Árvore 7 – Perspectivas de Futuro

